



PLANO DIRETOR – BOCAIÚVA DO SUL

DIRETRIZES E PROPOSTAS



PRODUTO 5 – Versão final

novembro 2020

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BOCAIÚVA DO SUL

Contrato Nº 99/2019

REALIZAÇÃO:



PREFEITURA
MUNICIPAL
DE BOCAIÚVA DO SUL

ELABORAÇÃO:



APRESENTAÇÃO

O presente relatório compõe o **PRODUTO 5: DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL** decorrente do Contrato de Prestação de Serviços Nº 099/2019, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul e a FUNPAR - Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, para a elaboração da Revisão do Plano Diretor do Município de Bocaiúva do Sul, Paraná.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. DIRETRIZES DO PDBS	11
1.1. CENÁRIO DESEJÁVEL	11
1.2. ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO	13
2. PROPOSTA DE REORDENAMENTO TERRITORIAL	29
2.1. MACROZONEAMENTO MUNICIPAL.....	29
2.2. ZONEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	40
2.3. SISTEMA VIÁRIO	61
3. INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	66
3.1. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE, PEUC, IPTU PROGRESSIVO E DESAPROPRIAÇÃO	66
3.2. CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO	70
3.3. ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA	71
3.4. DIREITO DE PREENHÇAÇÃO OU PREFERÊNCIA.....	73
3.5. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DIREITO A MORADIA.....	75
4. CONSULTA PÚBLICA.....	80
ANEXO 01 – Parecer Técnico da Mineropar – imóvel matrícula 4986	97
ANEXO 02 – Cálculo de área necessária para habitação de interesse social.	101
ANEXO 03 – Formulários de consulta pública pelo método Delphi.	105
ANEXO 04 – Memória das reuniões técnicas e eventos participativos.....	130

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Estudo dos macrozoneamentos limítrofes a Bocaiúva do Sul – macrozonas vigentes (2020)	31
Figura 2: Estudo dos macrozoneamentos limítrofes a Bocaiúva do Sul – usos predominantes (2020)	32
Figura 3: zoneamento em área frágil no entorno do poço de abastecimento público de água.....	45
Figura 4: Parque Dois Pilares – proposta de plano de massas em ZPOP	47
Figura 5: Parque Rio Tapera – proposta de plano de massas em ZPOP	48
Figura 6: Zoneamento e perímetros urbanos propostos para os distritos industriais	50
Figura 7: Perímetro urbano proposto – Belle Vie	51
Figura 8: Modelo para avaliação geoambiental para novos empreendimentos.	53
Figura 9: equívocos na classificação do sistema viário rural.	61
Figura 10: Zonas Especiais de Interesse Social.	75
Figura 11: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais aos 8 eixos estratégicos definidos para o PDBS.	81
Figura 12: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao eixo “Desenvolvimento Rural Integrado”. 82	
Figura 13: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao eixo “Desenvolvimento da Economia Urbana”.	82
Figura 14: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao eixo “Qualificação Institucional e Financeira”.	83
Figura 15: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao eixo “Fortalecimento da Gestão Territorial”.	84
Figura 16: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao programa “Transparência e participação social”.	85
Figura 17: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao eixo “Promoção de moradia digna e regularização fundiária”.	86
Figura 18: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao programa “Promoção de qualificação urbanística e paisagística”.	87
Figura 19: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao programa “Qualificação dos serviços sociais”.	88
Figura 20: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao programa de “Qualificação da mobilidade urbana”.	89
Figura 21: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao programa de “Melhoria dos serviços de saneamento básico”.	90
Figura 22: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao Eixo “Redução dos riscos geoambientais”.	91
Figura 23: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao Programa de “Conservação e recuperação dos recursos hídricos”.	92
Figura 24: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao Programa de “Valorização dos bens socioambientais”.	93



ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1: Macrozoneamento municipal.	39
Mapa 2: Zoneamento urbano proposto - Sede.....	59
Mapa 3: Zoneamento urbano proposto – Barra do Capivari e Macieira.	60
Mapa 4: Proposta de hierarquia do sistema viário rural.....	64
Mapa 5: Proposta de hierarquia do sistema urbano.....	65
Mapa 6: Incidência PEUC, IPTU progressivo e desapropriação.....	69
Mapa 7: Áreas de incidência do Direito de Preenpção.	74

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Diretrizes para revisão da legislação do PDBS.	12
Quadro 2: Estudo dos macrozoneamentos limítrofes a Bocaiúva do Sul – quadro de usos previstos.	30
Quadro 3: Parâmetros de uso das Macrozonas Municipais propostas.....	37
Quadro 4: Ponderação das contribuições da sociedade durante a Live do Plano Diretor (set/2020)	42
Quadro 5: Parâmetros de ocupação das Zonas Urbanas propostas.	55
Quadro 6: Parâmetros de uso das Zonas Urbanas propostas	57
Quadro 7: Sugestões de ações prioritárias feitas pelos atores locais na consulta pública.	94

INTRODUÇÃO

Este relatório tem como objetivo propor uma visão estratégica para o desenvolvimento territorial do município, definindo um conjunto de diretrizes a partir da análise dos aspectos relevantes da realidade atual nas dimensões ambiental, socioeconômica, de uso e ocupação do solo, de infraestrutura e institucional.

A conformação do cenário atual e tendencial (deficiências e potencialidades), apresentados ao final da Análise Temática Integrada, demonstrou que a realidade municipal passou por intensas transformações no último decênio com implicações expressivas para ordenamento do uso e ocupação do solo no município. Também foi possível avaliar as práticas bem sucedidas e as que não aderiram à realidade municipal, a partir da experiência acumulada durante o período de implantação do primeiro plano diretor do município.

Neste contexto, ressaltam-se os condicionantes impostos pelas condições geoambientais do território de Bocaiúva do Sul, bem como os processos e a estrutura legal e administrativa que decorrem tanto da fragilidade ambiental como pelo fato de grande parte do território de configurar como área de interesse de manancial metropolitano. Esta conjuntura lança o desafio de se propor diretrizes que possibilitem o uso e ocupação do solo de forma otimizada e, ao mesmo tempo, ofereçam a segurança social e ambiental condizente com a realidade municipal.

Nesse sentido, o presente documento descreve, num primeiro momento, o cenário desejável para o município de Bocaiúva do Sul, incluindo as principais formas de intervenção para se alcançar este cenário.

Em um segundo momento, apresenta as propostas de reordenamento territorial, buscando-se adequar o macrozoneamento municipal, zoneamento das áreas urbanas e sistema viário às diretrizes do cenário desejável, considerando-se a conjuntura atual e as tendências identificadas na Análise Temática Integrada.

Em seguida, discorre-se sobre os instrumentos urbanísticos necessários à implementação das estratégias do PDBS.

Devido às medidas sanitárias aplicadas para conter a pandemia do Covid-19, e observando-se as recomendações do Ministério Público do Paraná, não foi possível realizar as oficinas comunitárias presenciais e a Audiência Pública no período de elaboração deste documento. Pelo mesmo motivo, os trabalhos de revisão do PDBS serão suspensos antes do início da Fase 4, e retomados a partir do momento em que os protocolos de saúde para evitar a contaminação pelo vírus forem interrompidos. Após a retomada, serão realizados os eventos públicos para apresentação, discussão e deliberações referentes às propostas contidas neste documento. As considerações e complementações ao trabalho de revisão do PDBS provenientes das reuniões públicas serão incorporadas aos relatórios posteriormente.

Apesar disso, também considerando as recomendações do Ministério Público do Paraná, com vistas a manter a mobilização da comunidade para a revisão do PDBS, assim como para obter informações importantes para a elaboração das propostas em direção a um cenário desejado, foi realizada uma consulta pública entre os meses de agosto e setembro, que trataram dos eixos estratégicos do PDBS.



No mesmo sentido, foi realizada um *'live'* sobre o diagnóstico e as propostas para a revisão do PDBS ao final de setembro. O registro destes eventos e demais reuniões e capacitações são apresentados ao final deste documento.



1. DIRETRIZES DO PDBS

No presente item são apresentadas as diretrizes de revisão do PDBS pelo delineamento de um cenário desejável, construído a partir das contribuições advindas dos eventos realizados até o momento, articuladas com as conclusões do cenário atual e tendencial (deficiências e potencialidades) decorrentes da Análise Temática Integrada. Para a consecução deste cenário, apresenta-se uma série de eixos estratégicos, que deverão orientar a implementação do PDBS nos próximos dez anos.

Vale lembrar que essas propostas têm caráter preliminar, configurando-se como ponto de partida para as discussões que vem sendo realizadas com a equipe técnica municipal e com a comunidade de Bocaiúva do Sul.

1.1. CENÁRIO DESEJÁVEL

Como apontado na Análise Temática Integrada, o desenvolvimento territorial de Bocaiúva do Sul enfrenta vários obstáculos, sendo possível destacar (i) alto grau de fragilidade ambiental e potencial de risco de acidentes pelo fato da sede urbana estar localizada sobre terrenos cársticos; (ii) uma grande dificuldade nos processos de aprovação de novas construções e parcelamentos do solo, em grande parte causados por restrições impostas pelo Decreto 745/2015, promulgado alguns anos após a aprovação da legislação de ordenamento territorial municipal; (iii) alto índice de irregularidade urbanística e fundiária, em grande parte causado por deficiências da administração pública municipal, com destaque para a falta de um sistema de fiscalização eficaz, falta de pessoal e ferramentas adequadas para a gestão territorial; (iv) falta de moradia a preços acessíveis à população de baixa renda; baixa arrecadação municipal e dificuldade de captação de recursos para investimentos das esferas estadual e federal.

Por outro lado, o município apresenta alguns potenciais que, ao serem valorizados e desenvolvidos, podem afetar positivamente o nível socioeconômico e a qualidade de vida dos seus habitantes. Dentre eles, ressaltam-se: (i) potencial para o aumento da produção agrícola, como destaque para o segmento hortifrutigranjeiro, com possibilidade para formação de arranjos produtivos locais; (ii) potencial de desenvolvimento do turismo rural e ecoturismo, aproveitando a cultura, a paisagem e os ativos ambientais do município; (iii) alto índice de mata nativa preservada, apresentando potencial para instalação de novas Unidades de Conservação ambiental; (iv) os terrenos cársticos oferecem água de ótima qualidade para uso urbano, industrial e agrícola.

Tendo em vista as deficiências e potencialidades sintetizadas acima, propõe-se qualificar o espaço e a paisagem urbana e rural, promovendo a qualificação de uma gestão territorial participativa, a regularização fundiária e urbanística, a produção de moradia para a população de baixa renda e a equidade no acesso e a eficiência dos serviços e infraestrutura, de forma sustentável, conservando os bens culturais e ambientais, oferecendo espaços de educação socioambiental e fruição da paisagem e diminuindo os riscos à população e ao meio ambiente, de modo a valorizar a cultura e a paisagem de Bocaiúva do Sul e incrementar o nível socioeconômico e a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Para a consecução deste objetivo, abrem-se duas frentes de trabalho: diretrizes de revisão da legislação do PDBS e diretrizes de desenvolvimento territorial.

A primeira delas, mais imediata e integrante do escopo de revisão do PDBS, consiste em realizar modificações na estrutura institucional do município, em especial nas leis do Plano Diretor, de forma a resolver alguns obstáculos e/ou possibilitar a implantação de ações necessárias para o

desenvolvimento territorial de Bocaiúva do Sul. Neste caso destaca-se a compatibilização das normas de uso e ocupação do solo com a legislação estadual, buscando a flexibilização de alguns parâmetros urbanísticos para facilitar a produção de novas moradias. O quadro abaixo mostra as principais diretrizes de alteração da legislação urbanística.

Quadro 1: Diretrizes para revisão da legislação do PDBS.

DIRETRIZES DE REVISÃO DA LEGISLAÇÃO DO PDBS (Acontece durante este período de revisão do PDBS, para ser aprovado pela Câmara dos Vereadores)	
Revisão da Lei do Plano Diretor	a) Relação do plano diretor com Plano de Ação e Investimentos - PAI e orçamento municipal - reforçar a importância do PAI e sua relação com o plano diretor e o orçamento municipal; b) Função social da propriedade urbana - estabelecer critérios específicos para o cumprimento da função social e os casos de aplicação do IPTU progressivo e PEUC; c) Instrumentos urbanísticos - estabelecer os critérios e processos necessários à aplicação dos instrumentos urbanísticos úteis ao município, em especial o IPTU Progressivo, EIV e instrumentos ligados à regularização fundiária; d) Revisar texto da lei, atualizando estratégias, planos, ações e prazos.
Revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo	a) Revisão do zoneamento, enquadrando à legislação estadual, considerando a revisão do Decreto 745/2015. b) Revisão das tabelas de parâmetros de uso e ocupação do solo (tamanho mínimo do lote, altura máxima, taxa de ocupação, nº de habitações por lote etc); c) Complementação da tabela de usos, definindo zonas para instalação de supermercados, borracharia etc; d) Criação de eixos de comércio e serviços; e) Regulamentação de condomínios; f) Criação de Zona especial de interesse turístico (permitindo condomínio de chácaras); g) Estabelecimento de usos permitidos e proibidos nas zonas rurais.
Revisão dos demais códigos	Correção, complementação e simplificação no que for possível.

A segunda frente de trabalho, de longo prazo, consiste na implantação de políticas e estratégias definidas pelo Plano Diretor durante os próximos 10 anos, até o momento de uma nova revisão do instrumento.

No sentido de se efetivar o cenário desejável para o município, para além das alterações no arcabouço jurídico municipal, propõe-se os seguintes eixos estratégicos:

1. Desenvolvimento Rural Sustentável Integrado
2. Desenvolvimento da Economia Urbana
3. Qualificação Institucional e Financeira
4. Promoção da moradia digna e regularização fundiária
5. Fortalecimento institucional
6. Qualificação do espaço urbano e serviços sociais



7. Redução de riscos geoambientais
8. Valorização dos bens socioambientais

Cabe ressaltar que os eixos estratégicos acima listados estão ordenados a partir do resultado da consulta pública realizada durante a fase de diretrizes de propostas, a partir do método Delphi (ver item CONSULTA PÚBLICA). Além da consulta pública, as propostas vem sendo debatidas com a Equipe Técnica Municipal e com o Grupo de Acompanhamento desde o mês de agosto.

No próximo item são apresentados os objetivos, justificativas, as principais intervenções e os resultados esperados de cada eixo estratégico.

Considera-se que o cenário desejável e as estratégias dele decorrentes ainda são de caráter preliminar, uma vez que sua consolidação se dá a partir dos debates e contribuições resultantes da Audiência Pública a ser realizada em breve.

1.2. ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

Para se alcançar o cenário desejável delineado no item anterior, há a necessidade de se definir estratégias claras de intervenção na realidade municipal. Nesse sentido, propõe-se a seguir uma série de eixos estratégicos, especificando-se seus objetivos, a escala de atuação, justificativa, as principais linhas de intervenção necessárias para sua consecução e os efeitos esperados na realidade municipal. Esses elementos servirão como base para a formulação do Plano de Ação e Investimentos, objeto da próxima fase do plano.

Estratégia 1: Desenvolvimento Rural Sustentável Integrado	
Escala	Municipal
Objetivo	Construir, de forma participativa, o processo de desenvolvimento rural sustentável por meio de ações integradas em agroecologia, agricultura orgânica, agrofloresta, hortifrutigranjeiros, suinocultura, aquicultura, turismo, fruticultura, meliponicultura, promovendo a diversificação de oportunidades de negócios, emprego e renda, a difusão de novas tecnologias e culturas e a capacitação da força de trabalho.
Justificativa	<p>Na última década houve uma perda de dinamismo na agropecuária hortifrutigranjeira e de participação no Cinturão Verde da RMC – há uma taxa de contração média de 7,6% ao ano, nos últimos 10 anos (2007-2017), revelando uma forte retirada e encolhimento das atividades agrícolas do município. No mesmo sentido, percebe-se o encolhimento superior a 25% em estabelecimentos rurais, com concentração das atividades agropecuárias, reduzindo representatividade de produtores hortifrutigranjeiros, lavoura temporária e pecuária, com crescimento dos estabelecimentos florestais - de menor ocupação de força de trabalho e renda-concentrador.</p> <p>As principais culturas hortícolas no município são Couve-Flor, Chuchu, Alface, Mandioca, Pepino e Pimentão. Apesar da contração observada em 2017 e 2018, é uma atividade ainda relevante na produção agropecuária do município, representando 23% do VBP (Valor Bruto da Produção Agropecuária), atrás da produção florestal, que em 2018 representou 53,4% do VBP municipal;</p> <p>O município se caracteriza pelo baixo associativismo rural: do total de estabelecimentos, somente 27 (7,5%) possuem algum vínculo com Cooperativa, 37</p>

	<p>(9,8%) são associados à entidade de classe e 5 (1,3%) participam de algum movimento ou associação de produtores.</p> <p>Destaca-se o Potencial de diversificação da agropecuária em produtos com presença e potencial em Bocaiúva do Sul: frutas (caqui, tomate e uva), derivados animais (mel), grãos (milho, feijão e vagem), e pecuária suína;</p> <p>No turismo, Bocaiúva do Sul possui mais potenciais para atividades rurais, com o turismo agroecológico, de natureza, gastronômico, de lazer e de aventura, com diversos atrativos turísticos;</p> <p>Por fim, não existe uma articulação de atores municipais e regionais para a promoção turística e formação de mão de obra e capacitação de novos empreendedores para o setor.</p>
<p>Principais intervenções</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer e ampliar a representatividade do Conselho de Desenvolvimento Agropecuário do Município, com participação de Agricultores Agroflorestais, Turismo Rural, Aquicultura, Fruticultura, Meliponicultura, Laticínios, Pecuária, Agricultura Orgânica e Hortifrutigranjeiros; • Reativar o Conselho de Turismo Rural (na forma de Câmara Técnica do Conselho de Desenvolvimento Agropecuário do Município), • Promover o Turismo Rural: Reativação das Caminhadas da Natureza e Roteiros/Circuitos Agroecológicos, Mapeamento de Atrativos Turísticos, Marketing, Qualificação de Estabelecimentos e Força de Trabalho; • Elaborar o Plano de Desenvolvimento Agropecuário e o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE), visando a diversificação da produção, a ampliação da comercialização, a promoção do associativismo, a difusão de novas tecnologias e culturas e ações de capacitação da força de trabalho e extensão rural; • Promover parcerias técnicas para expandir a atuação da extensão rural no município; • Implantar, em parceria com a Cohapar e outros órgãos afins, Assentamentos Rurais, em dimensões de módulos rurais mínimos, com infraestrutura de Transporte e escoamento da Produção, Acesso a Equipamentos Sociais e Assistência Técnica. • Qualificar Produtores, Implantar Serviço de Inspeção Municipal e Certificação (Selo Arte, Selo de Produção Orgânica, SIM/SIP) da produção para ampliar oportunidades de mercado para produção agropecuária em escala artesanal, orgânicos e produção de hortifrutigranjeiros.
<p>Efeito esperado no desenvolvimento territorial</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ativação, de forma transparente, democrática e participativa do Conselho de Desenvolvimento Agropecuário e Câmara Técnica de Turismo Rural ▪ Reativação dos Caminhos e Roteiros de Turismo Rural do Município, ampliando oportunidades de empreendimento, emprego e renda, e presença do município nas Rotas do Turismo Rural da RMC e Vale do Ribeira; ▪ Elaboração do Plano de Desenvolvimento Agropecuário e o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE), permitindo um desenvolvimento rural integrado e sustentável; ▪ Atuação ampla da extensão rural promovendo o associativismo, qualificação de agricultores e diversificação das culturas, ampliação da agricultura agroecológica e orgânica, produção de hortifrutigranjeiros e fruticultura; ▪ Ampliação da produção agropecuária municipal, com maior presença no Cinturão Verde da RMC, permitindo maior número de estabelecimentos, valor adicionado e empregos rurais.



Estratégia 2: Desenvolvimento da Economia Urbana	
Escala	Urbana
Objetivo	Promover oportunidades de negócios, emprego e renda, qualificando e capacitando a força de trabalho e a difusão de novas tecnologias, associada às vocações produtivas, ampliando o valor adicionado da economia municipal.
Justificativa	<p>Pela proximidade de Curitiba, há um risco de inserção de Bocaiúva do Sul como cidade dormitório da RMC, pelo reduzido dinamismo econômico e pressão de ocupação – extensão periférica da mancha urbana metropolitana atinge as bordas do município</p> <p>Além disso, o crescimento urbano desordenado pode resultar em uma ocupação de baixa renda, como cidade dormitório e agricultura de subsistência e desalento pela baixa oportunidade de emprego e renda e fortes limites na geração de receita fiscal para o município, resultando em seu empobrecimento na renda per capita e na capacidade de realização de políticas urbanas;</p> <p>Também se verifica uma baixa intensidade tecnológica dos estabelecimentos produtivos, bem como a concentração da estrutura produtiva municipal em atividades básicas: (i) Extrativismo Florestal e Mineral; (ii) Indústria de Carne.</p> <p>O PIB per capita do município, de R\$ 15.859,00, é cerca de um terço da média da RMC (R\$ 43.681,00) e menos da metade do Paraná (R\$ 37.221,00).</p> <p>Bocaiúva do Sul, ao contrário dos principais municípios do norte metropolitano e Vale do Ribeira, não possui nenhuma unidade de transformação mineral de médio ou grande porte.</p> <p>O município possui uma área industrial bastante restrita no seu perímetro urbano, decorrente da carência de terrenos geologicamente adequados - área de incidência do Karst, sem microzoneamentos específicos;</p> <p>Com relação a trabalho e emprego, verifica-se muitas relações informais de produção e ocupação nas atividades primárias, bem como a baixa participação na massa salarial na RMC e Vale do Ribeira.</p> <p>A taxa de empreendedorismo de Bocaiúva do Sul, contemplando inclusive os MEI, em 2017, atingiu 3,53 estabelecimentos por 100 habitantes, reduzida considerando a média da RMC.</p>
Principais intervenções	<ul style="list-style-type: none">• Implantar e revisar instrumentos de estímulo e atração de investimentos empresariais, conformando o distrito da agroindústria e o arranjo produtivo local da produção orgânica e artesanal, adequados às peculiaridades econômicas, físicas e geológicas do município;• Promover acesso e orientação a canais de crédito e assistência técnica e empresarial para as micro e pequenas empresas e empreendedores individuais;• Implantar instrumentos do Programa Cidade Empreendedora em parcerias com instituições de desenvolvimento regional;• Ampliar parcerias metropolitanas e do Vale do Ribeira para articulação de ações de desenvolvimento econômico sustentável.
Efeito esperado no desenvolvimento territorial	<ul style="list-style-type: none">▪ Implantação do Distrito Agroindustrial e do arranjo produtivo local de produção orgânica e artesanal de Bocaiúva do Sul;▪ Participação do Município no Programa Cidade Empreendedora, em parceria com o Sebrae/PR e adesão do município aos instrumentos da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa para qualificação do ambiente de negócios e Elevação da Taxa

	<p>de Empreendedorismo e do Acesso ao Crédito e Orientação aos pequenos empreendedores, sustentando a diversificação da estrutura produtiva municipal.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Diversificação das atividades industriais, comerciais e de serviços, com maiores oportunidades a novos negócios, geração de empregos e elevação da renda salarial e valor adicionado; ▪ Crescimento do PIB per capita e Renda domiciliar per capita;
--	--

Estratégia 3: Qualificação Institucional e Financeira	
Escala	Municipal
Objetivo	Desenvolver a capacidade de planejamento e ampliar a capacidade de investimento para a orientação ao crescimento urbano sustentável, por meio de estrutura legal, unidades administrativas dedicadas, capacitação e profissionalização funcional, instituição e desenvolvimento do potencial tributário e estabelecimento de parcerias, financiamento e convênios intergovernamentais para transferências de capital.
Justificativa	<p>A Inexistência de mecanismos e processos formalizados e sistemáticos de planejamento estratégico, bem como a carência de estrutura e pessoal para elaboração de projetos e execução de convênios, resultam em uma inexpressiva receita de Transferências de Capital no Orçamento de Investimentos do Município. Ainda, sobre as finanças públicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apesar de relativa situação fiscal normalizada para 2017 e 2018, foi agravada em 2019, quando observou-se considerável déficit nominal, mesmo com forte contração nos Investimentos, dada expansão em despesas corrente (97% em 2019); • A evolução da RCL (Receita Corrente Líquida) de Bocaiúva do Sul entre 2017 e 2019, descontada a inflação acumulada, cresceu 0,13%, ou seja está estagnada. A RCL per capita decresceu 3,4%, em termos reais, desde 2017; • A RCL é bastante subordinada à transferências correntes (FPM e Cota Parte do ICMS e IPVA), com baixa autonomia fiscal, pois receitas tributárias próprias são muito limitadas (8,5% da RCL); • A dependência elevada das despesas correntes com as transferências, afeta a disponibilidade de poupança corrente do município, o que limita sua capacidade de pagamento, portanto de realização operações de crédito com aval da União, por apresentar classificação de risco de crédito – Nota CAPAG B (Tesouro Nacional). • A condição financeira do Município de Bocaiúva do Sul apresenta-se com disponibilidade de caixa líquido (depois de Restos a Pagar) importante, fechando 2019 com uma poupança de R\$ 3,9 milhões, ou 12% em relação à Receita Corrente Líquida (RCL); <p>Em parte pela baixa arrecadação, o município extrapola frequentemente o teto de gastos com pessoal previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.</p> <p>Percebe-se um esforço recente da Prefeitura em enfrentar a fragilidade de baixa autonomia fiscal, com acréscimo real na Receita Tributária Própria per capita em 20%, entre 2017 e 2019, e de 40% na Receita real do IPTU per capita, no mesmo período.</p> <p>No entanto, há espaço para arrecadação tributária por meio de diligências e aperfeiçoamentos na fiscalização, modernização de procedimentos e acompanhamento da contabilidade junto aos maiores contribuintes do ISS, bem como a fiscalização junto a empresas de setores com resultados discrepantes em relação à movimentação econômica (faturamento).</p>



	<p>No mesmo sentido, há espaço para incremento na arrecadação tributária por meio da atualização da planta genérica de valores imobiliários, corrigindo o valor venal dos imóveis para incidência do IPTU e ITBI, bem como arrecadação adicional sobre cumprimento de quesitos de obras e posturas municipais, bem como com a regularização fundiária urbana.</p> <p>Por fim, ressalta-se que há condições para ampliar capacidade de investimento adicional relevante com recursos de operações de crédito e transferências de capital intergovernamentais.</p>
Principais intervenções	<ul style="list-style-type: none">▪ Articular o Plano de Ação e Investimentos às leis orçamentárias municipais;▪ Implantar unidade funcional para a elaboração de projetos, acompanhamento de oportunidades de convênios e emendas parlamentares, para transferências de capital;▪ Atualizar a Planta Genérica de Valores Mobiliários;▪ Atualizar o cadastro tributário, de forma a se integrar ao Sistema de Informações Municipais, nos padrões de cadastro multifinalitário e de SIG;▪ Profissionalizar e dotar de estrutura funcional adequada e dedicada para a fiscalização tributária;▪ Estabelecer consórcios e parcerias metropolitanas e no Vale do Ribeira para programas de investimento de interesse intermunicipal.
Efeito esperado no desenvolvimento territorial	<ul style="list-style-type: none">▪ Ampliação das transferências de capital, viabilizando parcerias e convênios com os governos federal e estadual para realização de investimentos no município, possibilitando a execução dos investimentos previstos no plano Diretor;▪ Elevação da arrecadação tributária e maior participação da receita própria e autonomia fiscal/financeira do município, melhorando a nota de CAPAG no Tesouro Nacional, com expansão da RCL condizente com as necessidades de ampliação de serviços e investimentos públicos.

Estratégia 4: Qualificação da gestão territorial	
Escala	Transescalar
Objetivo	Desenvolver a capacidade de gestão territorial por meio de implantação de estruturas funcionais específicas adequada às atribuições concernentes à área, com ampla participação da sociedade civil e da qualificação dos servidores municipais, de forma a aumentar a eficiência e eficácia dos serviços oferecidos à comunidade.
Justificativa	<p>Analisando-se a estrutura organizacional atual da administração pública do município, verifica-se que uma série de atribuições essenciais para a gestão territorial não tem sido contempladas por suas unidades administrativas, em especial: Planejamento e gestão territorial do município, habitação e regularização fundiária, mobilidade e trânsito e segurança pública. Cabe ainda ressaltar as deficiências no exercício das funções de gestão ambiental por falta de técnicos especializados.</p> <p>Durante o processo de elaboração do Plano Diretor vigente propôs-se uma estrutura organizacional para implantação das estratégias do Plano, articulada a partir de uma Secretaria de Urbanismo, apoiada por um Conselho de Desenvolvimento Territorial e um sistema de informações. Entretanto, nenhuma destas estruturas foram implantadas, resultando na organização informal de um departamento de urbanismo para dar conta das necessidades cotidianas da gestão territorial. Este departamento é subdimensionado frente às atividades que exerce e não possui toda a qualificação</p>

	<p>necessária para o uso de ferramentas que aumentariam a eficiência e eficácia dos serviços (especialmente as relacionadas ao Sistema de Informações Geográficas – SIG).</p> <p>Por fim, observa-se que grande parte dos problemas enfrentados pelo município em relação à gestão do seu território se deve à inexistência de um sistema eficaz de fiscalização urbanística e ambiental.</p>
<p>Principais intervenções</p>	<p><u>Programa de reestruturação administrativa</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituir e implantar uma estrutura funcional de gestão territorial (Secretaria ou Serviços Social Autônomo), responsável por: <ul style="list-style-type: none"> • planejamento, gestão territorial e mobilidade; • gestão ambiental (função transferida da pasta de Agricultura) • fiscalização urbanística e ambiental; • habitação e regularização fundiária urbana e rural; ▪ Instituir e implantar departamentos integrantes à Secretaria de Obras e Serviços Públicos, com responsabilidades e atribuições relacionadas ao território: <ul style="list-style-type: none"> • Departamento de obras e serviços rurais; • Departamento de obras e serviços urbanos. ▪ Incrementar a estrutura física e administrativa para a ampliação do serviço de Coleta Pública de resíduos; <p>Obs.: a implantação das unidades funcionais contempla a contratação de técnicos, qualificação funcional dos existentes e compra de equipamentos necessários.</p> <p><u>Programa de fortalecimento da gestão territorial</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualificar, de forma continuada, os técnicos de gestão territorial e tributação para o uso de ferramentas de SIG, priorizando o uso de softwares livres; ▪ Implantar o Sistema de Informações Geográficas municipal, observando-se as diretrizes de cadastro multifinalitário, por meio da conversão dos arquivos analógicos e digitais dos parcelamentos municipais, de forma integrada com o Cadastro Tributário. ▪ Contratar serviços especializados de geologia para avaliação e expedição de laudos técnicos; ▪ Captar recursos para a implantação da política habitacional/de regularização fundiária. ▪ Ordenar nomes e numeração de ruas e definir os limites dos bairros como unidades de gestão territorial; ▪ Firmar parcerias com entidades do governo estadual para o monitoramento do uso do solo na área rural de interesse metropolitano; ▪ Regularizar a divisa municipal com Rio Branco do Sul, considerando a gestão dos territórios da Macieira e do Ribeirãozinho, onde a Prefeitura de Bocaiúva do Sul presta serviços públicos. <p><u>Programa de transparência e participação social</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementar o Conselho de Desenvolvimento Territorial - CODET, de caráter deliberativo, contemplando: (i) nomeação dos representantes do poder público; (ii) eleição dos representantes da iniciativa privada; (iii) estabelecimento do regimento interno; (iv) criação do Fundo de Desenvolvimento Municipal e demais fundos exigidos pelas políticas federais. ▪ Promover a instituição legal, nomeação, instalação e operação das Câmaras Técnicas vinculadas ao CODET: Câmara Técnica de planejamento e gestão territorial



	<p>(inclui mobilidade), Câmara Técnica de Meio Ambiente e Saneamento, Câmara Técnica de Habitação e Regularização Fundiária e Câmara Técnica de Desenvolvimento Econômico Sustentável;</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Implementar o fundo de Desenvolvimento Territorial e o Fundo de Meio Ambiente, vinculados à Câmara Técnica de planejamento e gestão territorial e à Câmara Técnica de Meio Ambiente e Saneamento respectivamente;▪ Manter espaço dedicado ao Plano Diretor no website da Prefeitura disponibilizando, no mínimo, as seguintes informações: Relatórios Plano Diretor / Legislação / Plano de Ações Integradas com indicadores de monitoramento atualizados / informações sobre audiências públicas, conferências municipais e outras ligadas ao Plano.▪ Implementar canal de comunicação permanente para receber sugestões e esclarecer dúvidas referentes ao PDBS e à gestão territorial.▪ Implementar o sistema participativo de monitoramento e avaliação do PDBS, contemplando (i) a elaboração de relatório anual do Executivo com vistas ao replanejamento de ações para programação futura e correção das efetivadas; (ii) a realização de Conferências Municipais para debater de forma participativa o replanejamento das ações.
Efeito esperado no desenvolvimento territorial	<ul style="list-style-type: none">▪ Aumento da satisfação do munícipe em relação aos serviços públicos de gestão territorial.▪ Diminuição dos índices de irregularidade fundiária e urbanística.▪ Aumento da efetividade do PDBS, por meio da implantação das diretrizes e ações propostas.▪ Aumento da participação da população no controle social da gestão pública.

Estratégia 5: Promoção da moradia digna e regularização fundiária	
Escala	Municipal e urbana
Objetivo	Garantir o direito fundamental à moradia por meio de planejamento articulado com as demais políticas públicas, diversificando alternativas de acesso ao direito à moradia, promovendo a regularização urbanística em todo o território municipal e a regularização fundiária plena, gratuita e acompanhada de urbanização para a população de baixa renda.
Justificativa	<p>Bocaiúva do Sul apresenta deficiências significativas quanto a regularidade fundiária de interesse social, que envolve a população em vulnerabilidade social, bem como a irregularidade específica, que envolve a população em condições para habitar a cidade conforme as normas.</p> <p>Em relação ao direito à moradia ligado à vulnerabilidade social, esta população geralmente está assentada em áreas sem infraestrutura, de acesso precário a serviços públicos ou com risco de deslizamento. Geralmente isso ocorre pela ausência de políticas públicas de moradia, que lança os segmentos mais vulneráveis da população para áreas de menor valor econômico, com topografia mais acidentada, mais frágeis do ponto de vista ambiental e sem infraestrutura urbana adequada à moradia. Não há planos de Habitação de Interesse Social ou de Regularização Fundiária, cadastro de pessoas necessitadas ou estrutura administrativa para planejar, angariar recursos e gerenciar políticas de habitação e de regularização fundiária. Considerando a taxa de urbanização do município, a dimensão e baixa renda da população; as áreas carentes de infraestrutura e as sujeitas a risco; o alto índice de informalidade e a necessidade de regularização fundiária, é importante que</p>

	<p>o município desenvolva um sistema próprio de gestão da questão habitacional, conforme as ações que serão listadas.</p> <p>Destaca-se que a regularização fundiária de interesse social necessita ser acompanhada de urbanização plena (não mínima) e evitar o reassentamento da população em vulnerabilidade quando não oferecer risco à vida, evitando gastos extras da população e do poder público, problemas sociais associados e buscando superar estigmas que associam de maneira simplista a degradação ambiental a ocupações informais. Também, que há necessidade de assistência técnica habitacional para população de baixa renda, mas esta não substitui a urbanização de favelas, a ser priorizada para o bem-estar e segurança da população.</p> <p>Em relação à irregularidade fundiária de interesse específico, foram diagnosticados poucos imóveis regularizados, residenciais ou comerciais. Assim, não há um registro completo sobre se essas ocupações estão efetivamente cumprindo as normas urbanísticas ou respeitando a fragilidade ambiental da Área de Influência Direta do Karst, sensível ao adensamento demográfico e sobre a qual a maioria da área urbana se localiza. Foram identificados parcelamentos clandestinos (sem aprovação da Prefeitura) e irregulares (diferentes do aprovado), que têm contornado a necessidade de doação e infraestruturação de áreas públicas. Essas situações são agravadas pela ausência de fiscalização eficaz da ocupação na área urbana por parte do poder público. Além disso, são comuns por parte da Prefeitura práticas de ceder terrenos (nem sempre públicos ou regulares) como comodatos para a moradia de pessoas em vulnerabilidade social, que, sem controle ou critérios claros para a seleção de pessoas contempladas, se conformam como ações clientelistas. Na área rural, em conjunto com a agricultura, a incorporação imobiliária por meio de chácaras vem pressionando áreas ambientalmente frágeis e parcelando irregularmente a terra, com frações inferiores ao módulo rural.</p> <p>A irregularidade, associada aos obstáculos levantados na Estratégia 04, dificulta e onera a gestão urbana. Sendo assim, faz-se urgente a regularização fundiária no município, em conjunto com a estratégia de fortalecimento institucional da gestão territorial.</p>
<p>Principais intervenções</p>	<p><u>Programa emergencial de segurança fundiária e jurídica</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Realocar moradias de áreas que já foram identificadas pela revisão do Plano Diretor como de alto risco à segurança à população para terrenos sem risco e bem inseridos na área urbana, recuperando e dando uso às áreas de risco para evitar novas ocupações; ▪ Aprofundar os estudos de risco potencial nas áreas classificadas como de médio risco pelo plano diretor, utilizando o termo de referência para laudo geológico-geotécnico elaborado para/incorporado aos processos de aprovação de parcelamento; ▪ Estabelecer procedimentos para concessão do uso de terrenos públicos para fins de moradia (atual figura do comodato). <p><u>Programa de regularização fundiária</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar e mapear os terrenos e imóveis de propriedade do Município; ▪ Elaborar e implementar uma Campanha de educação urbanística para a construção regular e para a regularização fundiária, contemplando: plano de comunicação e mídia que incentive o uso e ocupação em conformidade com a lei; parceria com o cartório de registro de imóveis local e com o Ministério Público do Paraná para ações de regularização; programa de incentivos para regularização administrativa (adequação ao zoneamento e código de obras);



	<ul style="list-style-type: none">▪ Realizar parceria com a Cohapar para a alimentação do cadastro habitacional de Bocaiúva do Sul, para a área urbana e rural (por ex. PNHR).▪ Elaborar e implantar Plano Participativo de Regularização Fundiária de Interesse Social, com urbanização de favelas, abordando os aspectos de irregularidade jurídico-administrativas em conjunto com a precariedade da habitação, de infraestrutura e de acesso a serviços públicos, contemplando: regularização dos comodatos destinados à habitação de interesse social; regularização acessível e infraestruturação de habitações enquadradas como de interesse social; regularização de ocupações localizadas na área rural; integração com o Programa de Habitação de Interesse Social. <p><u>Programa de habitação de interesse social</u></p> <ul style="list-style-type: none">▪ Iniciar processo de regularização da situação do município com o SNHIS para viabilizar o repasse de recursos do governo federal, envolvendo o Conselho de HIS e seu fundo;▪ Elaborar e implantar Plano Participativo de Habitação de Interesse Social, articulado com a legislação do Plano Diretor, contemplando: cadastro municipal de famílias sem acesso à moradia; estratégias para a melhoria das condições de habitação nas áreas urbanas e rural para a população de baixa renda; programas diversificados de oferta de moradia; inclusão das ZEIS definidas na lei de uso do solo; indicação de critérios para a escolha das famílias que serão contempladas.▪ Desenvolver e implementar um Plano Estratégico de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), contemplando: promoção do acesso aos serviços e acompanhamento técnicos dos profissionais da área da arquitetura, urbanismo, engenharia e outros para a população de baixa renda; contribuição para a permanência das famílias em seus territórios a partir da qualificação da sua moradia dentro dos princípios de habitabilidade; estabelecimento de parcerias com departamentos de universidades, CAU-PR, ONGs, Emater, Sindarq e/ou escritórios e profissionais liberais que trabalham com ATHIS.
Efeito esperado no desenvolvimento territorial	<ul style="list-style-type: none">▪ Incremento da Regularidade urbanística;▪ Aumento da produção de habitação de interesse social;▪ Regularização, urbanização e integração de territórios precários à cidade formal;▪ Melhoria da qualidade das habitações de interesse social.

Estratégia 6: Qualificação do espaço urbano e dos serviços sociais	
Escala	Regional, Municipal e Urbana
Objetivo	Melhorar a qualidade e o acesso dos bocaiuvenses à infraestrutura e serviços, por meio do incremento, descentralização e qualificação dos equipamentos, melhoria das condições de circulação e do saneamento básico de modo a ampliar a cobertura de atendimento, fomentar a acessibilidade universal e zelar pela saúde e bem estar urbano da população.
Justificativa	Em relação à qualidade urbanística e paisagística, a área urbana carece de espaços livres, formais (praças, parques) ou informais (ruas), que sejam confortáveis ao uso por pedestres, que estimulem o caminhar, ofereçam a possibilidade de livre apropriação para o desenvolvimento de atividades diversas, uso e permanência confortável no espaço público. As vias que concentram atividades comerciais –BR476 e R. Lauro de Carvalho Osório – são eixos de aglomeração pública ou potencial, que necessitam de qualificação para melhorar a experiência do pedestre. Além disso, o

diagnóstico mostrou ser necessária a oferta de um espaço próprio mais adequado ao comércio ambulante que ocorre no trecho urbano da rodovia.

É importante que o poder público promova espaços livres seguros, bem distribuídos e estruturados para o desenvolvimento da vida urbana, planejados para uso público e que ofereçam igual acesso à população. A qualificação urbanística e paisagística envolve a justa distribuição dos ônus e bônus da urbanização; isto é, a promoção da qualidade urbanística em áreas de urbanização precária, visando justiça na distribuição de recursos e no atendimento da população. Assim sendo, é prioritário que áreas de ocupação precária, como a Vila Angélica, o Boqueirão, o Jardim Iolanda, a Barra do Capivari, a Macieira/Vila Pedrozo, entre outras, sejam urbanizadas com qualidade, além de regularizadas conforme a Estratégia 05.

Em relação ao perfil socioeconômico da população, apesar da evolução positiva nas últimas décadas, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Bocaiúva do Sul figura entre os mais baixos da Região Metropolitana de Curitiba e do Paraná, sugerindo precariedade das condições de vida dos munícipes. Verifica-se que o município apresenta índices elevados e crescentes de populações em situações de vulnerabilidade de renda e risco social, bem como deficiências de cobertura e acesso aos serviços sociais, especialmente nas porções territoriais externas à sede urbana. Soma-se a este cenário a tendência de continuidade do elevado crescimento demográfico de Bocaiúva do Sul, o que resultará na maior pressão sobre os serviços e equipamentos públicos, os quais já não conseguem atender a demanda atual.

Em relação à mobilidade urbana, apesar da cidade de Bocaiúva do Sul apresentar pequenas extensões e baixa densidade populacional, a tendência do aumento da população somado à falta de planejamento prévio e infraestrutura viária inadequada podem acirrar os conflitos existentes entre o tráfego de passagem rodoviária e o tráfego local. Outro quesito de relevância é a respeito da qualidade das calçadas, onde grande parte encontra-se fora dos padrões técnicos e dos preceitos da acessibilidade universal e em condições regulares a ruínas de uso (descontínuas e desniveladas). Isto posto, além de ações estratégicas para melhoria dos deslocamentos dos bocaiuvenses, faz-se necessário a elaboração do Plano de Mobilidade, que contemple as características locais do município, como a grande importância da zona rural e da conservação ambiental.

Em relação às condições de saneamento básico, Bocaiúva do Sul possui um índice de atendimento com rede coletora de esgoto de 58%, valor que não condiz com a realidade do município no domínio do manancial subterrâneo Karst (incluindo a sede urbana), caracterizado por apresentar alto potencial hídrico e padrões de qualidade para abastecimento público, mas que também compreende alta vulnerabilidade à contaminação. A precariedade das condições de saneamento é um dos principais problemas no âmbito da preservação das águas e afeta diretamente a qualidade hídrica do Karst.

É importante que o Plano Municipal de Saneamento Básico seja revisto com o objetivo de priorizar as ampliações do sistema de esgotamento sanitário na área urbana, principalmente nas regiões de ocupação consolidada (formais ou não) e de fragilidade ambiental (áreas de influência direta do Karst).

Quanto à gestão dos resíduos sólidos, faz-se necessário implantar um programa municipal de coleta seletiva visando a redução da geração, mudanças de comportamento e como oportunidade de trabalho e renda para os catadores, o



	<p>que requer articulação e integração entre ações de cunho social, ambiental e de ordem econômica.</p> <p>Em relação à drenagem urbana, existem pontos de alagamento principalmente em áreas de ocupação consolidada ao longo do curso do rio Tapera (sede urbana). É importante a implementação de melhorias hidráulicas nos trechos críticos, visando diminuir os problemas e prejuízos causados, bem como evitar usos inadequados em áreas sujeitas a inundações. Considerando que o município não dispõe de um mapeamento preciso da rede de drenagem, com os diâmetros de tubulação e capacidade de vazão das águas, aponta-se a necessidade de levantamento da rede existente para o melhor planejamento das obras necessárias.</p>
<p>Principais intervenções</p>	<p><u>Programa de qualificação urbanística e paisagística</u></p> <ul style="list-style-type: none">▪ Elaborar projeto e implantar espaço próprio adequado ao comércio ambulante no Centro, adequado à aglomeração de pessoas, com infraestrutura e de fácil acesso;▪ Estruturar o eixo de comércio e serviço no bairro Fazenda São Marcos, com adequação dos passeios, espaço regulamentado para publicidade, estacionamento, com espaços adequados para acesso, permanência e circulação de pedestres;▪ Elaborar projeto e implantar um parque urbano em Bocaiúva do Sul, com espaço para a prática de esportes e eventos culturais, contemplando dispositivos de educação socioambiental;▪ Elaborar e implantar projeto de arborização e de adequação de calçadas da área central às normas de acessibilidade;▪ Mapear, sinalizar e preservar as referências culturais e históricas de interesse municipal;▪ Urbanizar áreas precárias que concentram população (Vila Angélica, Barra do Capivari, Macieira, Boqueirão, Vila Torre, Jardim Iolanda, entre outras). <p><u>Programa de qualificação dos serviços sociais</u></p> <ul style="list-style-type: none">▪ Implantar equipamentos e serviços para Educação Infantil e Ensino Fundamental, de forma a atender a demanda atual e projetada;▪ Implantar um CREAS;▪ Implantar uma nova UBS e contratar equipe para seu funcionamento;▪ Adequar a estrutura e ampliar os serviços do Hospital Municipal, implantando serviço de Pronto Atendimento e maternidade;▪ Melhorar os serviços e implantar novos equipamentos de cultura, esporte e lazer de forma descentralizada;▪ Melhorar a infraestrutura física de equipamentos sociais, priorizando a reforma das escolas, hospital e espaços de esporte e lazer;▪ Promover serviços sociais itinerantes de forma a melhorar o atendimento na área rural;▪ Realizar consórcio com o município de Barra do Turvo/SP para atendimento de serviços sociais da comunidade de Areia Branca. <p><u>Programa de qualificação da mobilidade urbana</u></p> <ul style="list-style-type: none">▪ Promover manutenção dos dispositivos de segurança, sobretudo na área urbana, e implantação de mais pontos de ultrapassagens na BR-476;▪ Elaborar um padrão-modelo de calçadas acessíveis que atenda aos princípios da acessibilidade universal, garantindo que o deslocamento do pedestre seja realizado de forma confortável, fluída e segura;▪ Estabelecer prioridades para obras de pavimentação e sinalização viária;

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover medidas de controle da circulação urbana do transporte de cargas, regulamentadas em lei municipal: sinalização específica; rotas preferenciais; regulamentar dos estacionamentos de carga e descarga; proibir da circulação de veículos de carga de grande porte; ▪ Delimitar e implantar um pátio coletivo de estacionamentos de caminhões; ▪ Ampliar a cobertura do transporte público coletivo: ampliar horários de ônibus; implantar linha que integre a área urbana com Campina Grande do Sul; ▪ Elaborar o Plano de Mobilidade Urbana, abordando prioritariamente as seguintes temáticas: classificação e organização da circulação; promoção da acessibilidade universal; criação de condições adequadas à circulação de pedestres e ciclistas; circulação viária em condições seguras e humanizadas; acessibilidade, transporte coletivo e escolar para a área rural; estruturação institucional. <p><u>Programa de melhoria dos serviços de saneamento básico</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Revisar o Plano Municipal de Água e Esgoto e as metas do Contrato de Programa com a Sanepar para: Prever a ampliação do sistema de esgotamento sanitário abrangendo as zonas de expansão urbana, de modo a atingir 100% da cobertura nas áreas de fragilidade ambiental; adequar o sistema de tratamento dos efluentes (ETE Tapera) aos parâmetros legais de lançamento. ▪ Prever o repasse ao Fundo Municipal de Meio Ambiente e Saneamento um percentual do faturamento total da Sanepar no município de Bocaiúva do Sul, a serem pagos mensalmente durante a vigência do Contrato. ▪ Promover sistemas de tratamento alternativo de esgoto em áreas não atendidas pelo serviço público de coleta e tratamento de esgoto, principalmente na área rural e áreas urbanas afastadas; ▪ Implantar sistemas eficientes de drenagem nos locais com maior incidência de alagamentos; ▪ Realizar levantamento sistemático e paulatino da rede de drenagem existente, a partir do registro de suas características durante obras de manutenção; ▪ Criar programa de coleta municipal dos resíduos sólidos, sobretudo a seletiva, com campanhas educativas e publicitárias para adesão da população na correta separação dos resíduos.
<p>Efeito esperado no desenvolvimento territorial</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estruturação de vias públicas com acessibilidade e condições adequadas de conforto, segurança e fluidez para pedestres; ▪ Consolidação dos eixos de comércio e serviços; ▪ Integração de áreas com urbanização precária à infraestrutura e serviços; ▪ Valorização do patrimônio cultural e ambiental do município; ▪ Melhoria da qualidade e incremento da cobertura dos serviços de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer; ▪ Melhoria das infraestruturas físicas dos equipamentos públicos existentes; ▪ Maior inclusão, proteção social e redução de situações de vulnerabilidade; ▪ Pleno acesso da Comunidade de Remanescentes de Quilombos de Areia Branca aos serviços sociais; ▪ Redução do número de acidentes no trecho urbano da BR-476; ▪ Otimização dos recursos destinados à manutenção de vias e adequação quanto ao tipo de pavimentação, sinalização e função desempenhada, conforme padrões estabelecidos pela legislação; ▪ Melhoria do transporte público municipal e metropolitano, com condições adequadas de conforto, segurança e redução do tempo de deslocamento; ▪ Melhoria das condições ambientais, sobretudo dos recursos hídricos; ▪ Diminuição dos riscos ambientais à saúde pública e promoção de influência positiva no bem-estar da população.



Estratégia 7: REDUÇÃO DE RISCOS GEOAMBIENTAIS	
Escala	Municipal
Objetivo	Eliminar e/ou reduzir os riscos causados por ocupações urbanas em áreas de altas declividades e nas regiões de afloramento de rochas associadas ao aquífero Karst
Justificativa	<p>A área urbana de Bocaiúva do Sul e respectivas áreas passíveis de expansão encontram-se assentadas sobre rochas que constituem o aquífero Karst, de fundamental importância para o abastecimento de água do município, atualmente atendido somente por um poço operado pela SANEPAR, sem previsão de que outros poços com este objetivo sejam instalados na região.</p> <p>Outro fator relevante, e impeditivo para a ocupação humana é a existência de relevo com declividades superiores a 30%, e respectivas existências de áreas de risco geológico, relacionadas a movimentação gravitacional de massa, bem como áreas sujeitas a risco hidrológico (inundação), localizadas nos arredores do único poço tubular que abastece o município, conforme descrito nos levantamentos realizados pela CPRM (Serviço Geológico do Brasil) e naquelas áreas indicadas pela prefeitura que foram avaliadas e setorizadas pela FUNPAR, as quais encontram-se descritas no novo Plano Diretor.</p> <p>Mediante estes cenários verifica-se a necessidade de que a Prefeitura possa montar um banco de dados relacionados aos aspectos físicos da área urbana (relevo, geologia, hidrogeologia, etc.) de modo que seja alcançada uma maior autonomia para avaliação de propostas de uso e ocupação de terrenos nas áreas urbanas, ou seja, o fortalecimento de autonomia do município quanto a emissão de anuências para uso e ocupação visando a proteção do aquífero Karst.</p>
Principais intervenções	<ul style="list-style-type: none">▪ Promover ações de esclarecimento e orientação à população quanto aos problemas relacionados à ocupação de terrenos localizados em áreas com altas declividades e nas regiões de afloramento/exposição de rochas e solo associados ao aquífero Karst;▪ Complementar os estudos de áreas de risco geoambiental realizado no PDBS, mapeando, qualificando e quantificando os riscos em áreas ocupadas e de expansão urbana, incluindo a delimitação de áreas inundáveis;▪ Efetuar a identificação, cadastro e mapeamento das nascentes, dolinas e áreas de recarga do Aquífero Karst localizadas no perímetro urbano, determinando o seu raio de proteção; orientar a população quanto a importância de proteger estas feições naturais e restringir o uso do solo onde estas existirem e no seu entorno;▪ Realizar parceria com o IAT para (i) que a prefeitura seja informada continuamente sobre os licenciamentos ambientais novos e/ou em andamento e de licenças de operação em processo de renovação no Município; (ii) promover ações conjuntas de fiscalização;▪ Incorporar a exigência de laudo Geológico-Geotécnico com termo de referência específico elaborado para a realidade local, em processos de aprovação de parcelamentos (inclusive para regularização fundiária) e construções de grande porte.▪ Elaborar e implantar projetos de recuperação e usos compatíveis das áreas de risco geoambiental, priorizando-se as que são alvo de realocação.▪ Elaborar e implantar programa de monitoramento das áreas de risco, contemplando (i) sistema de fiscalização das áreas de risco e áreas ambientalmente protegidas, envolvendo a sociedade civil; (ii) plano municipal de gerenciamento de crises e (iii) treinamento de um funcionário da prefeitura para coordenar ações de defesa civil no nível municipal;▪ Elaborar estudo para ampliação do cemitério contemplando um estudo hidrogeológico e geotécnico abrangendo raio de 100 metros do terreno atual.

<p>Efeito esperado no desenvolvimento territorial</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conscientização da população quanto a necessidade de proteção e manutenção do meio físico. ▪ Remoção de famílias de áreas de risco e encaminhamento destas para áreas apropriadas para uso e ocupação em conformidade com estabelecido no Plano Diretor. ▪ Identificação e impedimento de ocupação de novas áreas de risco. ▪ Proteção do aquífero que abastece o município e manutenção da qualidade água. ▪ Autonomia do município para emissão de anuências, mediante critérios técnicos para uso e ocupação do solo em conformidade com estabelecido no Plano Diretor. ▪ Aproximação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente com o IAT, Sanepar e Defesa Civil visando a ampliação da fiscalização de modo a impedir ocupações clandestinas em áreas não apropriadas.
---	---

Estratégia 8: Valorização dos bens socioambientais	
Escala	Municipal e Regional
Objetivo	<p>Proteger os ecossistemas e as referências culturais do município por meio da preservação das áreas verdes representativas, conservação e recuperação dos potenciais hídricos, uso sustentável dos bens socioambientais e educação socioambiental, de modo a valorizar a cultura e a paisagem de Bocaiúva do Sul.</p>
Justificativa	<p>Bocaiúva do Sul possui extensas áreas de mata nativa preservada com potencial para a conservação ambiental, incluindo espaços territoriais legalmente protegidos, ambientalmente frágeis e com características naturais relevantes.</p> <p>Uma forte ameaça identificada no município e em processo de crescente fomento, são os reflorestamentos de espécies exóticas como o pinus e eucaliptos, que podem ter impacto negativo sobre os remanescentes de mata nativa, inclusive pelo efeito de fragmentação dos maciços de vegetação, dificultando a formação de corredores de biodiversidade naturais.</p> <p>Por isso, é importante que o município incentive o incremento de áreas legalmente protegidas, como possibilidade de resultar em aumento de arrecadação por meio do ICMS ecológico, além de ampliar a oferta de atividades turísticas (ecoturismo) e de pesquisa científica na região.</p> <p>O município se destaca pela possibilidade de servir como manancial de abastecimento regional futuro, com inserção de mais da metade do seu território (56%) em Área de Interesse de Mananciais de Abastecimento Público da RMC (delimitada por Decreto Estadual), incluindo todo o perímetro urbano, com potencial de aproveitamento do Rio Capivari e também pela presença do manancial subterrâneo Karst, constituindo uma reserva estratégica com grande disponibilidade hídrica.</p> <p>As áreas de ocorrência do Karst apresentam, naturalmente, restrições para assentamentos urbanos e vulnerabilidade à poluição, aumentando as possibilidades de conflito para o uso e ocupação do solo, principalmente na sede e nas áreas de expansão urbana do município, pois está diretamente relacionada à fragilidade ambiental que estas representam. As possibilidades de ocupação urbana sobre as áreas de manancial devem assegurar as condições de qualidade da água compatíveis com o abastecimento público, bem como o equilíbrio na dinâmica de circulação das águas subterrâneas.</p> <p>A história e a cultura de Bocaiúva do Sul estão intimamente ligadas a sua paisagem, formada pelo relevo, flora e fauna características da região. Esta característica se</p>



	<p>coaduna com o conceito de bens socioambientais, que engloba tanto o meio ambiente natural como o meio ambiente cultural, tendo-se como pressuposto que, “enquanto o patrimônio natural é a garantia de sobrevivência física da humanidade, que necessita do ecossistema – ar, água, alimentos – para viver, o patrimônio cultural é a garantia de sobrevivência social dos povos, porque é produto e testemunho de sua vida”¹. O bem socioambiental surge da soma do bem material, que suporta a referência cultural ou a importância ambiental, com o bem imaterial. Nesse contexto está a importância de se desenvolver uma política de educação cultural e ambiental que valorizem de forma articulada os bens ambientais e culturais do município, de forma a fortalecer a identidade e o sentimento de pertencimento no cidadão bocaiuvense.</p>
<p>Principais intervenções</p>	<p><u>Programa de conservação e recuperação dos recursos hídricos:</u></p> <ul style="list-style-type: none">▪ Promover o monitoramento e o controle do adensamento urbano sobre as áreas ambientalmente frágeis;▪ Promover a recuperação das áreas de preservação permanente degradadas dos rios e córregos urbanos, especialmente do Rio Tapera;▪ Realizar vistorias nos imóveis urbanos, visando identificar possíveis irregularidades no lançamento de efluente doméstico sem tratamento;▪ Definir áreas estratégicas com vegetação residual na sede urbana para a manutenção da permeabilidade e recarga do lençol freático, formando um sistema de áreas verdes urbanas. <p><u>Programa de valorização dos bens socioambientais:</u></p> <ul style="list-style-type: none">▪ Criar mecanismos para a compensação ambiental para os proprietários de áreas verdes, por meio do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA);▪ Viabilizar estudo para implantação da redução do IPTU nos terrenos urbanos que mantem áreas verdes representativas e em bom estado de conservação, em especial os fundos de vale;▪ Incentivar à criação de RPPNM, com divulgação de vantagens (ecoturismo; pesquisa científica) e apoio técnico e institucional, bem como parcerias com ONG’s;▪ Prestar apoio à inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) para os proprietários de imóveis rurais;▪ Criar mecanismos para frear o aumento das áreas com reflorestamento de espécies exóticas (Pinus e Eucalipto).▪ Elaborar e implantar o Programa Municipal de Educação Socioambiental como processo permanente, integrado e multidisciplinar, em todos os níveis de ensino, formal e informal, abordando de forma integrada os aspectos ambientais - fauna, flora e características geofísicas – e aspectos culturais – patrimônio edificado, história e costumes – que constituem a identidade do cidadão bocaiuvense.▪ Implantar a Casa da Cultura de Bocaiúva do Sul, prevendo espaço que aborde de forma interativa os aspectos ambientais e culturais do município.

¹ SOUZA FILHO, C. F. M. de. **Bens Culturais e Proteção Jurídica**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1999, 2ª. edição.

<p>Efeito esperado no desenvolvimento territorial</p>	<ul style="list-style-type: none">▪ Melhoria das condições socioambientais do município, sobretudo (i) pela preservação da qualidade dos remanescentes de mata nativa e (ii) pela manutenção do regime hídrico, colaborando com a recarga do Aquífero Karst e evitando o comprometimento do abastecimento público de água em qualidade e em quantidade.▪ Valorização da cultura e da paisagem de Bocaiúva do Sul.▪ Fortalecimento da consciência crítica sobre as questões ambientais e socioculturais, comprometida com a preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida de Bocaiúva do Sul.
--	---



2. PROPOSTA DE REORDENAMENTO TERRITORIAL

A revisão do ordenamento territorial de Bocaiúva do Sul tem como objetivo a gestão eficiente e sustentável do município, realizada a partir da análise da adequação dos modelos adotados na legislação vigente frente às mudanças conjunturais ocorridas desde 2008, bem como pela incorporação do conhecimento advindo da experiência adquirida na aplicação destas normativas durante os últimos anos.

2.1. MACROZONEAMENTO MUNICIPAL

O presente capítulo apresenta a proposta de revisão do Macrozoneamento Municipal como instrumento de gestão territorial. Este instrumento fixa as regras fundamentais de uso do solo em Bocaiúva do Sul e as reflete em macrozonas no território.

A proposta de macrozoneamento municipal decorre das análises realizadas durante o processo de Análise Temática Integrada da revisão do plano diretor municipal e levou em consideração o uso do solo municipal e a vocação dos territórios rurais. Constata-se a necessidade de adequar o macrozoneamento vigente com relação aos seguintes aspectos:

- ajuste na nomenclatura das macrozonas e clareza na redação da Lei do Plano Diretor;
- manutenção da demarcação da célula do Aquífero Karst em território municipal, onde território frágil à ocupação antrópica e onde se encontram os poços de abastecimento urbano;
- necessidade de demarcar o território das áreas de interesse de manancial para abastecimento público como áreas adequadas à produção rural sustentável e de incentivar a recuperação da produção de agricultura orgânica, incentivando a melhor distribuição de renda nessa região;
- necessidade de estabelecer delimitação para a atividade de agrossilvipastoril no município para evitar o conflito com a preservação ambiental com o remanescente de Mata Atlântica em Bocaiúva do Sul;
- necessidade de compatibilização com o zoneamento do entorno da represa do rio Capivari, resultante do PACUERA;
- necessidade de espacialização de diretrizes específicas para o atendimento da comunidade remanescente quilombola Areia Branca.

Na presente etapa, a análise foi complementada considerando as estratégias e ações propostas para o plano diretor em revisão, apresentadas neste produto, e visando a compatibilização com o ordenamento territorial vigente nas macrozonas dos municípios vizinhos com as quais Bocaiúva do Sul faz divisa, para que a proposta seja coerente do ponto de vista da integração de usos e atividades de abrangência regional, levando em consideração as especificidades locais.

As macrozonas dos municípios paranaenses que fazem divisa com Bocaiúva do Sul estão descritas no quadro abaixo e apresentadas nas figuras a seguir.

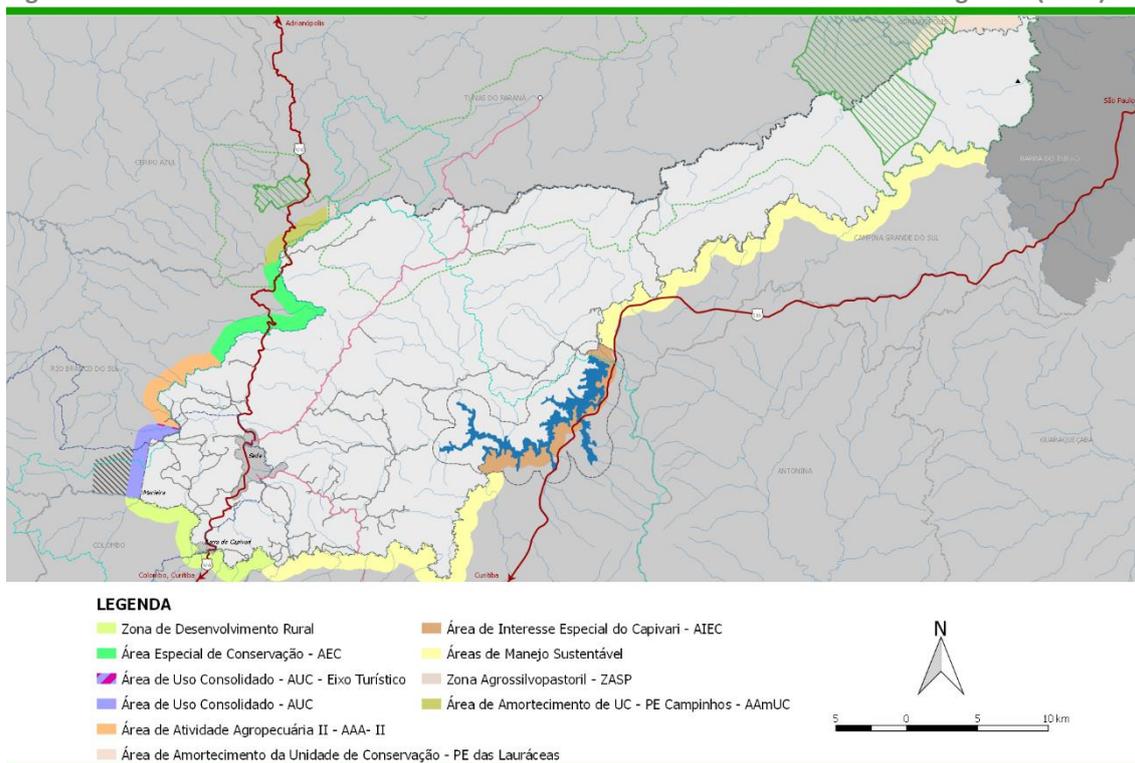
Quadro 2: Estudo dos macrozoneamentos limítrofes a Bocaiúva do Sul – quadro de usos previstos.

Municípios	Nome Macrozona	Lei Municipal	Usos permitidos ¹
Adrianópolis	Área de Amortecimento da Unidade de Conservação - PE das Lauráceas	Plano Diretor Municipal Lei Nº 760/2011	Conforme Plano de Manejo
Campina Grande do Sul	Área de Interesse Especial Do Capivari – AIEC	Revisão do Plano Diretor Municipal, Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal	Atividades produtivas compatíveis com a proteção ao patrimônio ambiental: lazer, turismo, proteção e implantação do PACUERA
	Áreas de Manejo Sustentável	Lei Complementar Nº 22/2015	Atividades produtivas compatíveis com a proteção ao patrimônio ambiental: turismo, educação ambiental, conservação de recursos hídricos, valorização cultural, incentivo à produção de orgânicos, melhoria das estradas vicinais
Cerro Azul	Zona Agrossilvopastoril – ZASP	Plano Diretor Municipal Lei Municipal Nº055/2008	Atividades agrícolas, pecuárias e florestais
	Área de Amortecimento de UC - PE Campinhos – AAMUC		Conforme Plano de Manejo
Colombo	Zona de Desenvolvimento Rural	Plano Diretor do Município de Colombo Lei Nº 875/2004 - Pub. Curitiba Metrópole Nº 417, de 27/05/2004	Desenvolvimento de atividades agropecuárias, extrativas, turísticas, de pesca artesanal, de artesanato e apicultura; preservação ambiental e atividades turísticas
Rio Branco do Sul	Área de Uso Consolidado – AUC	Macrozoneamento Municipal	Conservação dos recursos naturais, difusão de práticas e atividades sustentáveis, como agricultura orgânica
	Área de Atividade Agropecuária – AAA – II		Atividades agropecuárias sustentáveis, com incentivo à agricultura não poluidora
	Área de Uso Consolidado - AUC - Eixo Turístico		Atividades e empreendimentos turísticos; consolidação de rota turística
	Área Especial de Conservação – AEC		Perpetuação e conservação da diversidade biológica
Tunas do Paraná	A Funpar não teve acesso a informações sobre a macrozona desse município		

Fonte: FUNPAR (2020), com base nas leis municipais citadas.

NOTAS: 1: Conforme a descrição das macrozonas nas referidas leis.

Figura 1: Estudo dos macrozoneamentos limítrofes a Bocaiúva do Sul – macrozonas vigentes (2020)



Fonte: FUNPAR (2020), com base nas leis municipais citadas.

De modo geral, as macrozonas preveem:

- Usos ligados à proteção ambiental e ao turismo ecológico na divisa norte com o município de Campina Grande do Sul;
- Conservação ambiental em respeito aos planos de manejo dos Parques Estaduais das Lauráceas e Campinhos, e implantação do PACUERA do reservatório Capivari-Cachoeira, da UHE GPS entre o município e Campina Grande do Sul;
- Produção compatível com a proteção ambiental, e turismo ecológico na região sul do município, que faz divisa com a porção sul de Campina Grande do Sul, com Colombo e com Rio Branco do Sul.

Estas tendências foram identificadas na figura abaixo e serviram como referência para o macrozoneamento de Bocaiúva do Sul, de maneira complementar às características próprias do município, levantadas na Análise Temática Integrada para a revisão do plano diretor.



- I. Captar recursos estaduais e federais de proteção do patrimônio cultural e ambiental;
 - II. Realizar parcerias e convênios com o Estado do Paraná e com municípios vizinhos para o atendimento de serviços básicos, habitacionais e para a promoção de atividades de fomento à Comunidade de Remanescentes de Quilombos Areia Branca;
 - III. Na Área de Amortecimento da Unidade de Conservação (AAMUC), seguir as indicações do Plano de Manejo do Parque Estadual das Lauráceas, aplicando as determinações mais restritivas quando houver divergências entre a legislação municipal e o Plano estadual.
2. **Macrozona de Atingimento do Aquífero Karst:** Compreende a região na qual incide o Aquífero Karst, conforme Decreto Nº 4.435/2016 (COMEC); excluindo os perímetros urbanos definidos pela legislação municipal. Caracteriza-se pelo uso rural, de turismo e lazer compatibilizado ao Aquífero Karst, conforme as normas estaduais e metropolitanas. Devido à fragilidade ambiental, apresenta possibilidades de uso mais restritiva à ocupação antrópica. Tem por objetivos **implementar ações de desenvolvimento rural sustentável, compatibilizando o uso do solo rural com o Aquífero Karst e com as fragilidades do solo**, por meio das seguintes **diretrizes**:
- I. Promover a conservação dos recursos naturais e dos compartimentos hidrogeológicos, garantindo a qualidade ambiental do Aquífero Karst;
 - II. Priorizar apoio e assistência técnica para a utilização do solo rural e desenvolvimento de atividades econômicas e produtivas sustentáveis, de acordo com a aptidão do solo e com as restrições ambientais, como a agricultura orgânica e sistemas agroflorestais;
 - III. Incentivar atividades de ecoturismo e turismo rural compatíveis com as condições geoambientais da região;
 - IV. Restringir a ocupação e a expansão urbana fora dos limites do perímetro urbano, priorizando ações de fiscalização do uso e ocupação do solo em parceria com o Governo do Estado do Paraná.
3. **Macrozona de atingimento do Reservatório Capivari-Cachoeira:** Compreende a área de amortecimento de 1 km (um quilômetro) de largura no entorno do reservatório Capivari-Cachoeira, conforme o Zoneamento Socioambiental da Usina Hidrelétrica Governador Parigot de Souza (UHE GPS), definido no Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA) da UHE GPS. Tem por objetivo **promover o aproveitamento sustentável dos recursos naturais e atividades de lazer e de recreação compatíveis com a proteção do patrimônio ambiental**, por meio das seguintes **diretrizes**:
- I. Implantar o Zoneamento Socioambiental da UHE PGS, de acordo com o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA);
 - II. Disciplinar atividades de lazer e de recreação no entorno do reservatório Capivari-Cachoeira, de acordo com a legislação federal e estadual de uso do solo rural;
 - III. Fomentar práticas ligadas ao turismo ecológico e ao desenvolvimento rural sustentável no entorno do reservatório Capivari-Cachoeira;
 - IV. Garantir o acesso livre ao lago do reservatório Capivari-Cachoeira;

- V. Proteger e recuperar a mata ciliar no entorno da reservatório Capivari-Cachoeira.
4. **Macrozona de Atingimento dos Mananciais²**: Compreende a região na qual incidem as Áreas de Interesse de Manancial de Abastecimento Público da RMC, conforme Decreto Nº 4.435/2016 (COMEC). Esse decreto estadual declara as bacias do Rio Capivari, Rio Ouro Fino e Rio Santana como Áreas de Interesse de Mananciais de Abastecimento Público; excluindo a área de incidência do Aquífero Karst e os perímetros urbanos definidos pela legislação municipal. Além disso, abrange a área de incidência da Área de Amortecimento do Parque Estadual de Campinhos e do Parque Estadual das Lauráceas no município de Bocaiúva do Sul. Caracteriza-se pela estabilização do crescimento populacional rural e pela retração das atividades agrícolas. Tem por objetivo **promover usos e atividades rurais sustentáveis, compatíveis com a preservação da qualidade hídrica de Bocaiúva do Sul**, por meio das seguintes **diretrizes**:
- I. Proteger e recuperar a vegetação nativa na área de mananciais, em especial os fundos de vale;
 - II. Incentivar o incremento das atividades hortifrutigranjeiras compatíveis com a preservação da qualidade hídrica em Bocaiúva do Sul, articuladas com o desenvolvimento rural sustentável;
 - III. Fornecer apoio para o desenvolvimento de estabelecimentos e de atividades turísticas, que valorizem os atributos físicos e naturais da região, em integração com municípios vizinhos;
 - IV. Fortalecer o desenvolvimento econômico³ da agricultura familiar, agropecuária, agroindústria, mineração, extrativismo, de pesca sustentável, turismo e lazer, desde que compatíveis com a conservação ambiental, com a capacidade do solo e devidamente licenciadas pelos órgãos pertinentes;
 - V. Apoiar o desenvolvimento da agroindústria e da comercialização de produtos e mercadorias ligados à produção de alimentos orgânicos cultivados na região;
 - VI. Recomendar o desenvolvimento de projetos de assentamentos rurais nessa região, em conformidade com as diretrizes do Incra;
 - VII. Garantir o fornecimento de serviços públicos e de melhorias habitacionais às comunidades rurais;
 - VIII. Atender às normas estaduais de manejo sustentável e de uso e ocupação do solo sobre o Aquífero Karst;
 - IX. Na Área de Amortecimento da Unidade de Conservação (AAMUC), seguir as indicações do Plano de Manejo do Parque Estadual de Campinhos e do Parque

² Caso uma das áreas de interesse incidentes em Bocaiúva do Sul seja revogada como manancial metropolitano, caberá ao Poder Público Municipal alterar as diretrizes e delimitação da Macrozona.

³ O aproveitamento econômico deverá estar em consonância com os objetivos e as diretrizes de proteção do patrimônio ambiental, das Áreas de Interesse de Mananciais de Abastecimento Público para a Região Metropolitana de Curitiba e dos sistemas territoriais de referência.



Estadual das Lauráceas, aplicando as determinações mais restritivas quando houver divergências entre a legislação municipal e o Plano estadual.

5. **Macrozona de Conservação Ambiental:** Corresponde à área rural com vegetação nativa em estado de conservação ambiental. Está situada entre a Macrozona de Produção Florestal Sustentável, com a qual faz divisa por meio da Estrada Rural Sem Nome, e a Macrozona da Areia Branca, com a qual faz divisa por meio dos Rios Sem Nome 1 e 2. Além disso, abrange a área de incidência da Área de Amortecimento do Parque Estadual das Lauráceas no município de Bocaiúva do Sul. Tem por objetivo **promover a proteção e conservação dos remanescentes de Mata Atlântica**, por meio das seguintes **diretrizes**:
 - I. Promover a proteção da biodiversidade e da vegetação nativa;
 - II. Promover o uso sustentável da Mata Atlântica, por meio de atividades de pesquisa, de educação ambiental e de ecoturismo;
 - III. Promover a integração com as ações de conservação e uso sustentável dos remanescentes de Mata Atlântica dos municípios da região;
 - IV. Incentivar a criação (implantação) de Unidades de Conservação;
 - V. Na Área de Amortecimento da Unidade de Conservação (AAMUC), seguir as indicações do Plano de Manejo do Parque Estadual das Lauráceas, aplicando as determinações mais restritivas quando houver divergências entre a legislação municipal e o Plano estadual.

6. **Macrozona de Produção Florestal Sustentável:** Compreende a área de cobertura vegetal mista, que concentra plantios florestais de espécies exóticas, em conflito com áreas de preservação de mata nativa. É limitada ao sudoeste pelo limite das Áreas de Interesse de Manancial Metropolitano, ao nordeste pela Macrozona de Conservação Ambiental, demarcada pela Estrada Rural Sem Nome, e ao sul pelo limite do PACUERA do reservatório Capivari-Cachoeira. Além disso, abrange a área de incidência da Área de Amortecimento do Parque Estadual das Lauráceas no município de Bocaiúva do Sul. Tem por objetivo **equacionar a produção florestal com a conservação ambiental, protegendo os remanescentes de Mata Atlântica e mantendo a qualidade hídrica em Bocaiúva do Sul**, por meio das seguintes **diretrizes**:
 - I. Monitorar as áreas preservadas da Mata Atlântica, mantendo e incentivando a interligação dos fragmentos de vegetação nativa;
 - II. Promover o apoio ao manejo sustentável das atividades agrícolas e de produção florestal devidamente licenciadas pelos órgãos competentes;
 - III. Na Área de Amortecimento da Unidade de Conservação (AAMUC), seguir as indicações do Plano de Manejo do Parque Estadual das Lauráceas, aplicando as determinações mais restritivas quando houver divergências entre a legislação municipal e o Plano estadual.

7. **Macrozona de Estruturação Urbana:** Corresponde aos perímetros urbanos descritos e institucionalizados pela Lei do Perímetro Urbano e cujos parâmetros de uso e ocupação constam na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo. Tem por objetivo **qualificar as áreas urbanas de Bocaiúva do Sul**, por meio das seguintes **diretrizes**:
 - I. Estruturar o espaço urbano de acordo com as diretrizes do plano diretor;

- II. Atender aos parâmetros de uso, ocupação e parcelamento do solo conforme disposições do Decreto Estadual Nº 745 de 13/03/2015 e legislação complementar;
- III. Qualificar as áreas urbanas ocupadas com a implantação de infraestrutura e a garantia do acesso igualitário da população a serviços e equipamentos públicos;
- IV. Estimular a ocupação urbana de lotes e glebas urbanas desocupados, subutilizadas ou utilizadas para fins rurais, conforme a Lei do Plano Diretor e as normas estaduais que incidem nas Áreas de Interesse de Manancial de Abastecimento Público na RMC;
- V. Promover a regularização fundiária e urbanística plena, com especial destaque aos locais que concentram população de baixa renda;
- VI. Ampliar as redes de esgotamento sanitário à totalidade da macrozona;
- VII. Priorizar ações de saneamento e recuperação ambiental, assim como programas de regularização fundiária de áreas de fragilidade socioambiental, com a participação dos órgãos estaduais e metropolitanos;
- VIII. Restringir o parcelamento de áreas distantes da área central e desprovidas de infraestruturas, evitando vazios urbanos e sobregastos públicos;
- IX. Promover a localização de atividades geradoras de emprego em locais potencializados pelos investimentos públicos, conforme o Plano Diretor;
- X. Controlar o avanço das ocupações e parcelamentos irregulares, com o aumento da fiscalização, a promoção de campanhas informativas e o oferecimento de alternativas habitacionais à população;
- XI. Recuperar as Áreas de Preservação Permanente (APPs) de nascentes, rios, córregos e solos hidromórficos, conforme legislação estadual e federal, com atenção ao Rio Tapera.

O Quadro 3 apresenta a proposta de regulamentação do uso do solo nas macrozonas acima descritas. Depois, apresenta-se o Mapa 1 com a espacialização das macrozonas propostas.



Quadro 3: Parâmetros de uso das Macrozonas Municipais propostas.

SIGLA	MACROZONA (1)	RESIDENCIAL			CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU COMERCIAL				COMÉRCIO E SERVIÇO			INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIO		INDUSTRIAL			EXTRATIVISTA		AGROPECUÁRIO
		UNIFAMILIAR	TRANSITÓRIA	INSTITUCIONAL	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3	TIPO 4	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3	MINERAL	ANIMAL / VEGETAL	
MAB	Macrozona da Areia Branca	P	X	X	XX	XX	XX	XX	P	X	XX	P	X	P	XX	XX	X	X	X
MAAK	Macrozona de Atingimento do Aquífero Karst	P	P	X	XX	XX	XX	XX	P	X	XX	P	X	X	X	XX	X	X	X
MARC	Macrozona de Atingimento do Reservatório Capivari-Cachoeira	P	X	XX	XX	X (2)	X (2)	XX	P	X	XX	P	X	X	X	XX	X	X	X
MAM	Macrozona de Atingimento dos Mananciais	P	P	X	XX	XX	XX	XX	P	X	XX	P	X	X	X	XX	X	X	X
MCA	Macrozona de Conservação Ambiental	P	P	XX	XX	XX	XX	XX	P	X	XX	P	X	X	X	XX	X	XX	XX
MEU	Macrozona de Estruturação Urbana	CONFORME O ZONEAMENTO URBANO																	
MPF	Macrozona de Produção Florestal Sustentável	P	X	XX	XX	XX	XX	XX	P	X	XX	P	X	X	X	XX	X	P	X

Fonte: Funpar (2020). **NOTAS:** (1) Os usos nas macrozonas são de baixo impacto e de atendimento às comunidades; (2) Nos condomínios rurais, a fração mínima de parcelamento é de 2500 m².

LEGENDA:

XX	USO PROIBIDO
X	USO PERMISSÍVEL - Usos e atividades devem ser submetidos à aprovação do Conselho de Desenvolvimento Territorial (CODET)
P	USO PERMITIDO

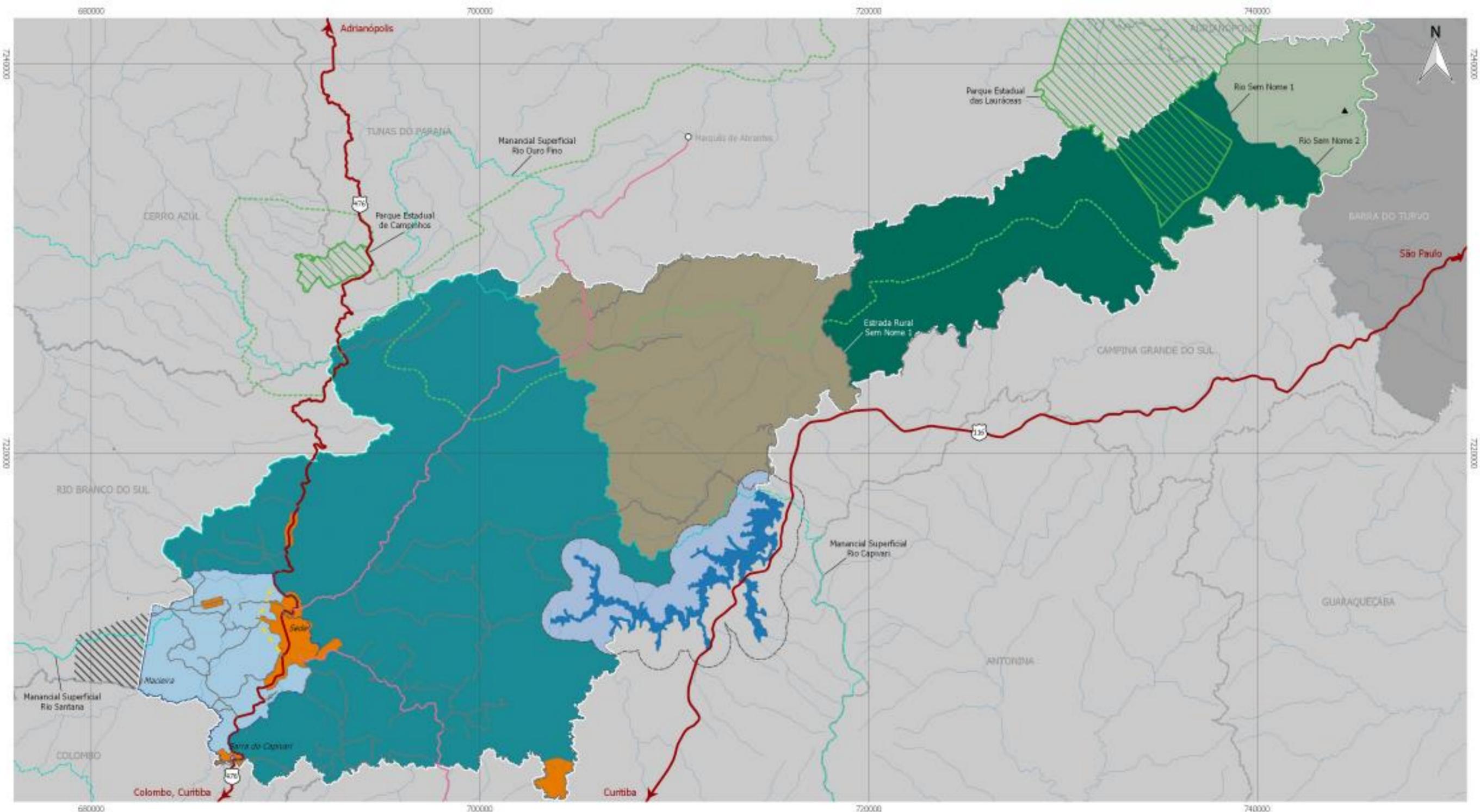
RESIDENCIAL: UNIFAMILIAR - Habitação isolada destinada a servir de moradia a uma só família; TRANSITÓRIA - unidades habitacionais onde se recebem hóspedes mediante remuneração; INSTITUCIONAL - destinada à assistência social, abrigando estudantes, crianças, idosos e necessitados.

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU COMERCIAL: TIPO 1 - Geminadas paralelas ou transversais ao alinhamento predial, com até 8 (oito) unidades habitacionais; TIPO 2 – Unidades autônomas isoladas, com mais de 8 unidades habitacionais e área máxima de 1 ha (um hectare); TIPO 3 – Unidades autônomas isoladas, com área máxima de 6 ha (cinco hectares); TIPO 4 – Condomínio Edifício Vertical.

COMÉRCIO E SERVIÇO: TIPO 1 Atividades de atendimento ao uso residencial, de pequeno porte; TIPO 2 - Atividades de médio porte ou polos geradores de tráfego; TIPO 3 - Atividades não compatíveis com uso residencial ou de grande porte.

INDUSTRIAL: TIPO 1 - Atividades compatíveis com o uso residencial, de pequeno porte (<180m²); TIPO 2 - Atividades compatíveis com comércio, serviço e habitação ou de médio porte (180<500m²); TIPO 3 - Atividades não compatíveis com uso residencial ou de grande porte (>500m²).

INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIO: TIPO 1 - Atividades de atendimento ao uso residencial, de pequeno porte, com área menor que 180 m² (cento e oitenta metros quadrados); TIPO 2 - Atividades de atendimento ao uso residencial ou não, de médio ou grande porte, usos religiosos e polos geradores de tráfego, com área maior do que 180 m² (cento e oitenta metros quadrados).



LEGENDA

- Macrozona da Areia Branca
- Macrozona de Atingimento do Karst
- Macrozona de Atingimento Reservatório Capivari-Cachoeira
- Macrozona de Atingimento dos Mananciais
- Macrozona de Conservação Ambiental
- Macrozona de Estruturação Urbana
- Macrozona de Produção Florestal Sustentável

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Rodovias Federais
- Estradas de Ligação Intermunicipal
- Estradas Municipais
- Contorno Rodoviário Projetado
- Hidrografia
- Represa do Rio Capivari
- Limite Municipal de Boissira do Sul
- Área suprimida por retificação de divisa municipal*
- Comunidade Quilombola de Areia Branca
- Manancial Subterrâneo Aquífero Karst
- Mananciais Superficiais
- Parques Estaduais
- Zonas de Amortecimento
- Área do Pacovera da UHE GPS

*A diferença de área do território municipal decorre da retificação da divisa municipal realizada pelo ITCG em 2016, com base na legislação estadual pertinente.

ESCALA: 1:200.000

Datum: SIRGAS 2000 | Projção: UTM 22 S
 Base Cartográfica: DNIT (2010); FUNPAR (2020); IBGE (2016); ITCG (2019); PARANACIDADE (2019) PD1 (2006)
 Fontes: COPEC (2016); IBGE (2015); ITCG (2019); FUNPAR (2020); PHBS (2000).

MAPA 01

PROPOSTA DE MACROZONEAMENTO MUNICIPAL

2.2. ZONEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

A partir das propostas de macrozoneamento municipal, este item detalha as diretrizes de uso e ocupação do solo urbano, incidentes nas Macrozonas de Estruturação Urbana, que compreendem os perímetros urbanos da Sede Municipal de Bocaiúva do Sul, dos distritos da Macieira e da Barra do Capivari, e dos dois distritos industriais propostos.

- A Macrozona de Estruturação Urbana na Sede engloba o perímetro urbano vigente, instituído pela Lei N 536/2012, que foi reajustado para envolver novas áreas destinadas à Zona de Serviços que se conecta com o Distrito Industrial oeste.
- A Macrozona de Estruturação Urbana na Macieira engloba o perímetro urbano do distrito da Macieira, cujo perímetro foi revisto para envolver a comunidade urbana que se desenvolveu para além do perímetro urbano atual (Lei N 536/2012).
- A Macrozona de Estruturação Urbana na Barra do Capivari mantém o perímetro urbano vigente (Lei N 536/2012) readequando o traçado ao perímetro municipal definido pelo ITCG e aos limites marcados pela Estrada da Ribeira (BR-476).
- As Macrozonas de Estruturação Urbana dos distritos industriais foram marcadas para redirecionar a instalação de atividades industriais para localidades mais apropriadas do ponto de vista logístico, de fragilidade ambiental, e de potencial incomodidade com usos residenciais.

O zoneamento urbano é o instrumento que define os parâmetros mínimos e máximos para a construção nas áreas urbanas do município e os tipos de uso que são adequados, considerando a capacidade de suporte do meio ambiente físico e da infraestrutura instalada nessas regiões. Em Bocaiúva do Sul, isso significa que a possibilidade de diversificação de usos e a forma de construção são condicionadas sobretudo pela fragilidade do solo, como limitante principal. As principais diretrizes que orientaram a revisão do uso do solo urbano foram:

- **Condições à urbanização sobre o Aquífero Karst:** conforme foi anteriormente explorado, esta formação geológica possui abrangência em vários municípios no norte da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e apresenta fragilidades em relação ao adensamento suportado na sua superfície, devido à sua formação cavernosa e propensa a subsidências (afundamentos). Além disso, possui alta fragilidade à permeabilidade, o que significa dizer que as áreas de recarga do aquífero sobre o solo (dolinas) precisam ser protegidas e que a ocupação do solo com usos urbanos está condicionada à existência ou à provisão com soluções adequadas de esgotamento sanitário, que evitem a contaminação das águas subterrâneas. O Aquífero Karst, conforme já foi explorado, é um potencial manancial de abastecimento da RMC. Além disso, o único poço de abastecimento de água potável de Bocaiúva do Sul está na área urbana, sobre o aquífero do qual extrai água, e precisa ser protegido para que o município não seja prejudicado pela sua eventual contaminação. Isso posto, pode-se afirmar que as fragilidades do Aquífero Karst foram as principais determinantes para a revisão do uso do solo urbano de Bocaiúva do Sul;
- **Proteção da população a riscos e melhoria do bem-estar urbano:** a partir dessa diretriz, foram reconhecidas áreas onde a regularização fundiária com urbanização adequada é urgente; áreas onde a permanência da população oferece riscos à segurança; e áreas a serem urbanizadas para melhorar a qualidade do bem-estar urbano;
- **Necessidade de valorização do patrimônio ambiental e cultural:** essa diretriz foi base para a propostas de duas zonas de parque na área urbana da Sede, que em conjunto com a diretriz anterior, oferecem áreas de lazer para a sociedade. Estas zonas possuem o principal objetivo



de proteger e recuperar as margens do Rio Tapera enquanto patrimônio ambiental e cultural do município, bem como evitar a ocupação sobre a célula do Aquífero Karst utilizada para abastecimento público. Além disso, protegem áreas suscetíveis a alagamento ao longo do trajeto do rio na Sede urbana. Nessas áreas, sugere-se a reserva de espaços para o desenvolvimento de atividades culturais que possam expressar a identidade cultural de Bocaiúva do Sul. Esta diretriz se reflete no nome do Parque Dois Pilares, sugerido pelo Grupo de Acompanhamento do Plano Diretor e que busca resgatar elementos históricos da formação do município.

- **Manutenção e especialização do zoneamento vigente:** buscou-se manter as zonas vigentes e seus objetivos, bem como, foram propostas zonas adicionais, mais especializadas e com objetivos específicos, conforme será detalhado nesse capítulo. A opção pela manutenção das zonas vigentes (ZOC, ZMD, ZBD, ZEIAA, ZS, ZI, ZE) preza pela coesão e facilidade de compreensão proporcionada pela continuidade da linguagem urbanística desenvolvida e aplicada em Bocaiúva do Sul.

Assim sendo, a proposta de zoneamento objetiva maior qualidade ambiental e urbana, oferecendo espaços para o desenvolvimento de projetos de valorização da área urbana.

Esta proposta é fruto da reflexão conjunta de membros da Equipe Consultora, da Equipe Técnica Municipal, do Grupo de Acompanhamento e de instituições públicas ligadas à gestão do uso do solo metropolitano⁴. A proposta técnica recebeu contribuições da sociedade civil durante *live* realizada durante o mês de setembro de 2020, que envolveu a divulgação dos mapas e parâmetros de uso e ocupação do uso do solo para consulta pública com antecedência, possibilitando a formulação de sugestões para serem apresentadas no debate⁵.

A partir das intervenções da sociedade, o uso do solo urbano revisto foi adequado para incorporar as sugestões, quando cabíveis considerando a Análise Temática Integrada e os limites da legislação estadual e federal. O Quadro 4 apresentado abaixo apresenta as sugestões recebidas no evento e as deliberações da equipe responsável pela revisão do plano diretor:

⁴ Para a revisão do zoneamento urbano, foram realizadas duas reuniões com a Câmara Técnica do Karst, uma reunião com técnicos da Sanepar e visitas em campo acompanhadas de técnico do Instituto Água e Terra (IAT).

⁵ Devido à revisão do Plano Diretor ter sido realizada durante o período da pandemia da doença Covid-19, e em razão das medidas de distanciamento social recomendadas pela Organização Mundial da Saúde e referendadas por decreto estadual, a apresentação e consulta à população foi realizada por meio de um evento aberto em ambiente *online* (*Live* do Plano Diretor), conforme detalhado neste relatório.

Quadro 4: Ponderação das contribuições da sociedade durante a Live do Plano Diretor (set/2020)

Contribuições da sociedade	Ponderações da equipe técnica
Demarcar a zona de influência do Karst com uma cor mais forte, assim a leitura fica clara	Esse comentário refere-se à visibilidade do Setor de Fragilidade Geoambiental, que coincide com a área de incidência da Área de Influência Direta do Karst, nos mapas de perímetro urbano. Será considerado.
Acrescentar a Rua Brasília de Moura Leite como eixo comercial e serviços	Esta sugestão foi acatada. A rua possui lotes vazios que podem se destinar a usos comerciais e caixa de via larga na maioria da sua extensão, apropriada para receber calçadas e espaço para estacionamento de suporte ao uso comercial. Além disso, possui função de ligação entre os bairros Centro e Fazenda São Marcos, sendo uma via paralela a uma via arterial, adequada à classificação como eixo comercial.
Rever a taxa de permeabilidade da ZOC (difícil aplicação) e ZEIS (permeabilidade baixa na proposta)	A partir dessa contribuição, foi incluído um dispositivo à taxa de permeabilidade mínima na ZOC para permitir sua redução mediante soluções de aproveitamento da água da chuva, considerando a contribuição abaixo. Nas ZEIS-PM (produção de moradia), a taxa de permeabilidade foi equalizada à da Zona Residencial de Média Densidade.
Na ZOC, sobre a taxa de permeabilidade, aplicar dispositivos de reaproveitamento de água de chuva e reduzir a taxa de permeabilidade para compensar e efetivamente contribuir com a questão do uso da água. Já que quanto mais consumirmos sem racionalidade estaremos contribuindo para a baixa reserva de água no aquífero	Considerado em conjunto com a contribuição acima.
Quanto ao uso do recuo: preocupação do uso das calçadas como estacionamento. Deixar bem claro a questão dos estacionamentos destes comércios e serviços;	Será considerada na revisão das leis de parcelamento, de sistema viário e código de posturas.
Quanto ao CA mínimo de 0,2 estão obrigando a construção de casa de no mínimo 72m ² para o lote padrão	O coeficiente de aproveitamento foi reduzido para 0,1 na maioria das zonas, considerando a cultura edilícia em Bocaiúva do Sul. Na ZEIS- PM, foi reduzido de 0,4 para 0,2, considerando a menor dimensão de lote mínimo permitida, e de modo a permitir o mesmo potencial construtivo mínimo que as demais zonas que são predominantemente residenciais.
Não seria interessante área de parque nas áreas de recuperação ambiental?	Sim. As áreas de recuperação ambiental não foram marcadas no zoneamento como Zona Potencial de Parque (ZPOP) devido à necessidade de priorização de investimentos na área urbana. No entanto, indica-se que estas zonas recebam usos e infraestrutura compatível com a situação de risco à ocupação, adequadas a usos de lazer e recuperação ambiental.



Contribuições da sociedade	Ponderações da equipe técnica
Acho bem legal divulgar este mapa e a explicação de localização e o que são: Karst, dolina, etc, nas escolas municipais e colégios estaduais	Estas sugestões estão contempladas na proposta do Eixo Estratégico 8 – Valorização dos Bens Socioambientais, apresentada no item 1.2 deste relatório.
Há algumas áreas com vocação para o lazer (campo de futebol e praça), no entanto, sem infraestrutura. A carência é de equipamentos também.	Estes usos poderão ser abrigados nas Zonas de Parque (ZPOP), Zonas de Recuperação Ambiental (ZRA) e em lotes urbanos conforme gestão de uso do solo do Conselho de Desenvolvimento Territorial (CODET), cuja implantação está sendo recomendada. Também está sendo contemplado nos eixos estratégicos.
O município deve ter um viveiro que cultive espécies nativas: ipê, araucária. A cidade precisa ter um projeto de arborização	Esta contribuição está contemplada no comentário anterior.
Esses conjuntos habitacionais populares podem ter um estudo de mudança de padrão que respeitasse o jeito de construir de cada morador. No Rio, na comunidade da Maré, um projeto em parceria com a UERJ (Universidade do Rio de Janeiro) se não me engano, trabalhou uma nova estética de ocupação respeitando as características culturais de cada família. Deveria ter também espaços reservados para horta comunitária	As ZEIS-PM reservam espaços na cidade para a produção de moradia de interesse social, e as ZEIS-RF para a regularização fundiária e urbanística, onde a qualidade da moradia deverá ser endereçada. Nas áreas compreendidas por ambas as zonas, estimula-se que sejam desenvolvidas soluções de provisão habitacional adequadas à cultura local. Estes projetos poderão ganhar em qualidade com a instituição de uma estrutura administrativa voltada à gestão da habitação no município, conforme proposto nas diretrizes estratégicas apresentadas nesse produto.
A Sanepar deveria abrir uma conferência pública que mostre um planejamento de aumento da oferta de água e esgoto para as comunidades incluindo a zona rural	Este é um detalhamento de ação estratégica detalhada no Eixo Estratégico 6 – Qualificação do Espaço Urbano e Serviços Sociais para o Plano de Ação e Investimentos do Plano Diretor.
Seria interessante prever a pavimentação da estrada que vai para a água mineral e Campininha, pois ajudaria bastante no escoamento da produção e dar uma segunda alternativa a BR 476 - Colombo pavimentando o trecho até a igreja do Capivari	Esta sugestão está sendo tratada no item 1.2 deste relatório, e faz parte do detalhamento da ação “Estabelecer prioridades para obras de pavimentação e sinalização viária”, parte do eixo estratégico 6.
Sugiro a reintegração de posse do prédio onde funcionava o antigo Clube Recreativo Bocaiuense para ser disponibilizado para a cultura. Poderia ser a Casa da Cultura	A ser considerada pela gestão municipal, dentro das estratégias setoriais relacionadas à Cultura.
Acredito ser importante a divulgação dos espaços de turismo e lazer do nosso município. Muitos lugares são desconhecidos para nós	A ser considerada pela gestão municipal, dentro das estratégias setoriais relacionadas ao Turismo.

Fonte: Funpar, 2020.

Levando em consideração o conteúdo acima ponderado, o zoneamento vigente e as diretrizes para a revisão do uso do solo urbano, propõem-se as seguintes zonas, eixos e setores urbanos, descritos abaixo e apresentados nos mapas apresentados ao final deste capítulo:

- **Zona de Ocupação Consolidada (ZOC):**

Os limites da ZOC vigente foram reajustados para abranger toda a área urbana com ocupação consolidada, com exceção da Zona de Baixa Densidade. Destina-se ao uso misto, predominantemente residencial, para os quais alguns parâmetros de ocupação foram revistos, conforme apresentado no Quadro 5 ao final deste capítulo.

- **Zona Residencial de Média Densidade (ZMD):**

Foram marcadas como ZMD as áreas externas à ZOC, ou seja, de uso não consolidado, e majoritariamente fora da área de incidência da AID do Karst, onde é permitida uma maior taxa de construção e adensamento.

- **Zona Residencial de Baixa Densidade (ZBD):**

As ZBD seguem sendo zonas onde o adensamento construtivo ou demográfico não são estimulados devido ao perfil de risco geoambiental mais acentuado, e necessidade de conservação ambiental das áreas onde incidem. A ZBD a norte está marcada sobre uma área onde o uso urbano não foi consolidado e onde a demarcação tem como objetivo a não urbanização intensiva, mas estruturada para usos de chácaras ou semelhantes, de menor impacto ambiental. A ZBD a oeste está marcada em uma área semelhante à anterior, onde o uso urbano não foi consolidado devido a normas federais para a conservação ambiental.

No centro da área urbana da Sede, da mesma forma como no zoneamento vigente, a ZBD engloba células de recarga do poço de abastecimento hídrico da cidade, de acordo com a Sanepar, conforme detalhado adiante⁶. Segundo a Sanepar, não há possibilidade de Bocaiúva do Sul se integrar ao Sistema de Abastecimento de Água Integrado de Curitiba e Região Metropolitana (SAIC), o que significa dizer que o comprometimento deste poço ameaça o abastecimento público de água. Ou seja, a flexibilização dos parâmetros e do zoneamento permitindo maior adensamento construtivo e demográfico pode representar a perda do abastecimento da cidade com água potável, já que este é o único poço em operação.

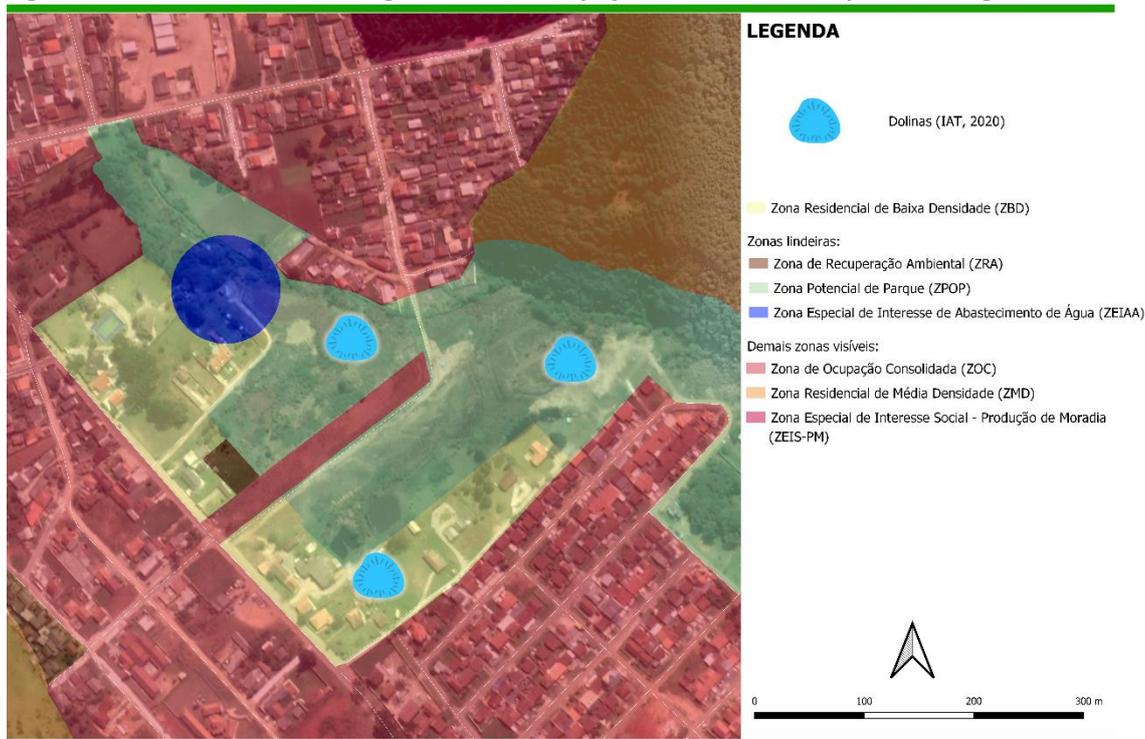
Como é possível perceber na Figura 3, mesmo não sendo recomendado pelos motivos expostos acima, há uma série de lotes com área em torno de 360 m² vazios próximos ao poço da Sanepar, com testada para a rua Bento Taborda dos Santos, marcados como Zona de Ocupação Consolidada. Isto se deve ao fato de:

- o processo de parcelamento ter se iniciado antes da aprovação do zoneamento vigente e, após análises e pareceres da Comec e Mineropar, ter sido aprovado, apesar desta densidade não ser recomendada nesta localização. A decisão de manter a aprovação deste parcelamento caracteriza a área como de urbanização consolidada.

⁶ A delimitação da área de abrangência da célula de recarga continua em estudo e deverá ser atualizada com base no estudo geofísico a ser fornecido pela Sanepar à consultoria. Mediante esta consideração, o limite ora proposto desta ZBD poderá ser alterado conforme o estudo.

- a Mineropar sugeriu em seu parecer (ver Anexo 01) que fosse fixado nas matrículas dos imóveis o alerta de necessidade de estudo geológico geotécnico para futuras construções, o que foi efetivado pelo Cartório de Imóveis. A exigência do estudo oferece mais segurança aos futuros compradores, evitando a construção de habitações que possam causar riscos aos moradores.

Figura 3: zoneamento em área frágil no entorno do poço de abastecimento público de água.



Fonte: FUNPAR (2020).

- **Zona Especial de Interesse Social para Regularização Fundiária e Urbanística (ZEIS-RF):**

A demarcação de ZEIS na revisão do plano diretor mostrou-se fundamental desde a Análise Temática Integrada como ferramenta para dar visibilidade e prioridade às áreas de interesse social que necessitam de regularização urbanística e fundiária. Optou-se por incluir ZEIS na revisão do zoneamento municipal para viabilizar o cumprimento de parâmetros de uso do solo permitidos pela legislação estadual em ZEIS para a população em situação de vulnerabilidade.

Conforme anteriormente apresentado, as áreas onde incide a ZEIS-RF são áreas onde predominam situações de carência que comprometem o bem-estar e as despesas de uma parcela significativa da população com baixa renda. As ZEIS de regularização fundiária buscam sinalizar as áreas onde deve ser priorizado o Programa de Regularização Fundiária sugerido enquanto diretriz estratégica do Plano Diretor, sempre vinculado a projetos de urbanização, mesmo se a gestão municipal optar pela aplicação de instrumentos como a Reurb, em que a urbanização não é obrigatória. Em Bocaiúva do Sul, a urbanização é necessária para fornecer melhorias na qualidade de vida da população.

- **Zona Especial de Interesse Social para Produção de Moradia (ZEIS-PM):**

Com o objetivo de atender à demanda por moradia identificada em Bocaiúva do Sul, para a qual o plano diretor recomenda a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social

(PLHIS), as ZEIS-PM reservam áreas urbanas bem localizadas, próximas a áreas de emprego, comércio e serviços comunitários e em locais onde há infraestrutura instalada, para o desenvolvimento de projetos de provisão habitacional.

Estas áreas foram dimensionadas considerando: (i) a demanda levantada pelo Diagnóstico do PLHIS (2011)⁷, (ii) a demanda nas áreas sinalizadas como de alto risco, de onde recomenda-se o reassentamento da população; (iii) e a quantidade de área necessária para produção de novas habitações de interesse social e para a regularização fundiária, considerando os parâmetros de uso do solo estabelecidos pelo Decreto Estadual 745/2015. Este cálculo está apresentado como Anexo 02 ao final deste produto, com o objetivo de auxiliar a gestão municipal no direcionamento dos programas voltados à moradia sugeridos pela revisão do plano diretor.

- **Zona de Recuperação Ambiental (ZRA):**

As Zonas de Recuperação Ambiental são áreas ocupadas por população em vulnerabilidade ambiental, mas que foram identificadas pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e pelo estudo geológico apresentado na revisão do plano diretor como áreas onde a permanência da população apresenta alto risco, conforme estudos anteriormente apresentados. Por isso, estas áreas foram sinalizadas em zona específica, onde deverá acontecer o reassentamento das moradias e a recuperação ambiental com destinação de usos de lazer, estimulando a apropriação pela sociedade e desestimulando a reocupação por pessoas com qualquer poder aquisitivo. Recomenda-se que os projetos de recuperação ambiental sejam desenvolvidos por equipe especializada que considerem o tratamento de áreas com erosão e a destinação de usos de lazer compatíveis com as condicionantes ambientais.

Ressalta-se que para que esse objetivo seja viabilizado, é fundamental que sejam postos em prática duas principais estratégias do plano diretor: o PLHIS – para que a necessidade por espaços de moradia seja suprida adequadamente – e os planos de valorização do patrimônio ambiental.

- **Zona Potencial de Parque (ZPOP):**

Esta zona delimita duas áreas na Sede destinadas à implantação de parques urbanos visando a recuperação e preservação das margens do Rio Tapera e a estruturação de espaços para o desenvolvimento de atividades ligadas à valorização ambiental e cultural. Os parques atendem a demandas relacionadas a conservação/saneamento ambiental (drenagem/alagamentos/proteção de áreas cársticas frágeis à ocupação) e à necessidade de espaços estruturados para o lazer da população urbana. A sigla da zona carrega com efeito lúdico seu objetivo de abrigar espaços públicos pertencentes à população. Foram delimitadas duas áreas de parque, a norte e a sul da área urbana da Sede, valorizando trechos do Rio Tapera.

A zona a norte se interliga com a área de esporte e lazer existentes e bens de importância histórico-culturais em Bocaiúva do Sul (dois pilares), de forma a valorizá-los. recuperar a APP erodida do rio e valorizar a paisagem com vistas para a cidade. A Figura 1, na sequência,

⁷ Conforme foi levantado na Análise Temática Integrada, o PLHIS não foi concluído, no entanto, o diagnóstico foi realizado.

apresentada uma proposta de plano de massas do parque, cujo nome sugerido busca valorizar um dos bens de interesse de preservação do município, indicando uma possível estruturação.

Figura 4: Parque Dois Pilares – proposta de plano de massas em ZPOP



Fonte: FUNPAR (2020).

A área a sul se estende ao longo do segundo trecho natural do rio, conectando áreas frágeis à ocupação urbana, sobre a qual o uso residencial traria riscos à população, impactando edificações em razão de eventuais movimentações de solo ou na forma de contaminação da água potável que abastece o município. Esta área abrange o poço de extração de água potável administrado pela Sanepar, as áreas com dolinas⁸ e que estão sujeitas a alagamento, a área da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da Sanepar e a praça onde estão instalados equipamentos de lazer em frente à ETE. A

Figura 5 apresenta uma proposta de plano de massas para o parque, indicando três fases propostas para a implantação.

⁸ Estruturas geológicas muito comuns em regiões com relevo cárstico, facilmente reconhecidas em campo ou por imagens aéreas por formarem depressões ou afundamentos circulares relacionados ao abatimento de solo e rochas do teto de uma caverna com drenagem subterrânea. De forma geral podem ser classificadas como poços naturais que interligam a superfície do terreno a rios subterrâneos. Representam áreas de risco, não passíveis de ocupação.

Figura 5: Parque Rio Tapera – proposta de plano de massas em ZPOP



Fonte: FUNPAR (2020).

Devido à extensão de áreas a serem estruturadas como parque e aos custos envolvidos, sugere-se que a implantação do parque ao sul da sede urbana seja realizada em três fases:

- Fase 1: corresponde à área do parque mais próxima ao centro da Sede, na qual há infraestrutura implantada, assim como alguns equipamentos de esporte e lazer (por ex. academia ao ar livre - São Marcos e Praça São Marcos). A baixa declividade da área e a infraestrutura existente trazem facilidades para a implantação do parque e de novos equipamentos como praças e canchas de esportes, que poderá ocorrer em um prazo mais curto;
- Fase 2: sugere-se a implantação a médio prazo com a ampliação das pistas de caminhada e ciclovias no entorno da área de APP do Rio Tapera, onde deve haver preservação dos bosques nativos e há regiões com alta declividade;

As Fases 1 e 2 correspondem à área da ZPOP e poderão ser implantadas utilizando os fundos do ICMS Ecológico que o município deve buscar.

- Fase 3: sugere-se a implantação a longo prazo, fruto de parceria público-privado vinculada a futuros loteamentos a serem implantados na região. Dessa forma, desonera os cofres públicos de desapropriações desses terrenos. Nessa fase, a área de lagoa natural existente ao sul da sede, conhecida como lagoa do alto da São Marcos, se integraria à ZPOP prevista na proposta de zoneamento.

- **Zona Especial de Interesse de Abastecimento de Água (ZEIAA):**

Estas zonas permanecem conforme a regulamentação do zoneamento vigente. São duas áreas marcadas no zoneamento municipal, com raio de 50 (cinquenta) metros no entorno dos poços de captação de água potável pela Sanepar para o abastecimento de Bocaiúva do Sul, atual e



futuro, destinadas à proteção superficial dos poços e dentro das quais a ocupação antrópica é proibida⁹.

As ZEIAA estão inseridas em áreas protegidas por zoneamento restritivo ao adensamento construtivo, conforme mostrado no mapa ao final deste capítulo.

- **Zona de Exploração Mineral (ZEM):**

Considera a área de extração mineral com incidência no interior do perímetro urbano da Sede, majoritariamente sobre AID do Aquífero Karst, e tem como objetivo a contenção da ocupação urbana em direção a áreas de fragilidade ambiental.

- **Zona de Serviços (ZS):**

Os limites da ZS foram adequados para envolver os usos industriais existentes fora da Zona Industrial. O zoneamento proposto mantém a reserva de uma área como ZS no extremo-sul do perímetro urbano da Sede, na margem direita da rodovia BR-476 (Estrada da Ribeira); e mantendo o desenho da ZS na porção norte do perímetro urbano da sede. Além disso, cria-se uma nova área de serviços, estendendo a zona para além do local de instalação da indústria Pinustan Indústria de Comércio de Madeiras Ltda., em direção ao distrito industrial proposto, onde se localiza o frigorífico Rainha da Paz. Esta decisão tem por objetivo a estruturação do um eixo de serviços que futuramente se ligará com o contorno rodoviário da BR-476, permitindo o desvio do tráfego de carga que porventura possa ser gerado pelas atividades que se instalem na região noroeste da sede urbana.

- **Zona Industrial (ZI):**

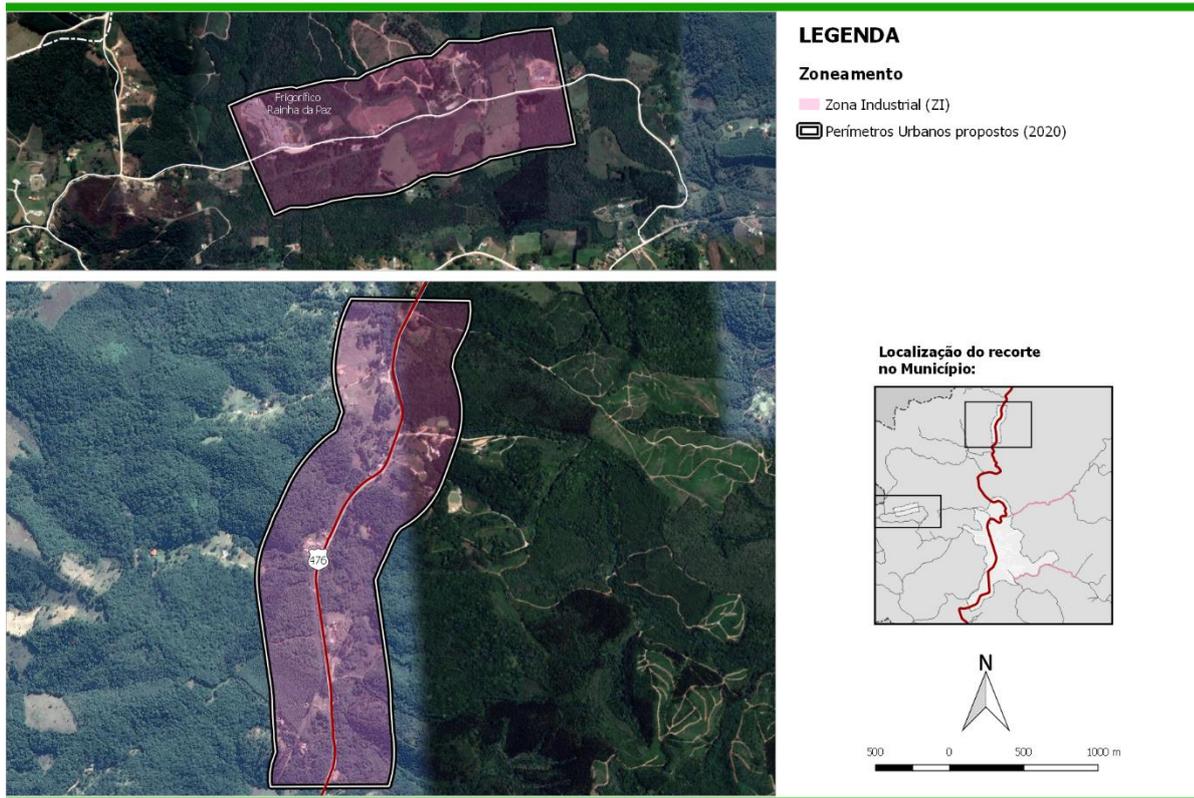
Esta zona foi reduzida no perímetro urbano da Sede, para se adequar ao limite efetivamente ocupado pelas indústrias, de forma a não se estender sobre a AID do Karst. Em contraponto, foram demarcadas em distritos industriais externos ao perímetro urbano da Sede, em locais mais adequados ao desenvolvimento de atividades industriais de médio e grande porte e impacto, fora da abrangência dos terrenos cársticos. Desta forma, as ZI nos distritos destinam-se a receber as próximas indústrias a serem instaladas em Bocaiúva do Sul, e a ZI na sede urbana permanece como envoltório de um uso consolidado, afastado de zonas onde estão instalados usos residenciais.

O distrito industrial a oeste da Sede urbana se vale o potencial logístico do Frigorífico Rainha da Paz e busca incentivar a melhoria das condições de mobilidade no trecho entre perímetros da sede e distrito¹⁰. O distrito industrial a norte da Sede urbana se vale do potencial logístico representado pela proximidade à Estrada da Ribeira e conexão com o estado de São Paulo.

⁹ Da mesma forma como a ZBD central, a delimitação da área de abrangência da célula de recarga continua em estudo e deverá ser atualizada com base no estudo geofísico a ser fornecido pela Sanepar à consultoria. Mediante esta consideração, o limite ora proposto das ZEIAA poderá ser alterado conforme o estudo.

¹⁰ Apesar de haver terrenos de aluvião nesta região, ressalta-se que, por não estarem localizado sobre rochas carbonáticas, não se caracterizam como Área Influência Direta do Karst.

Figura 6: Zoneamento e perímetros urbanos propostos para os distritos industriais



Fonte: FUNPAR (2020).

- **Zona de Expansão (ZE):**

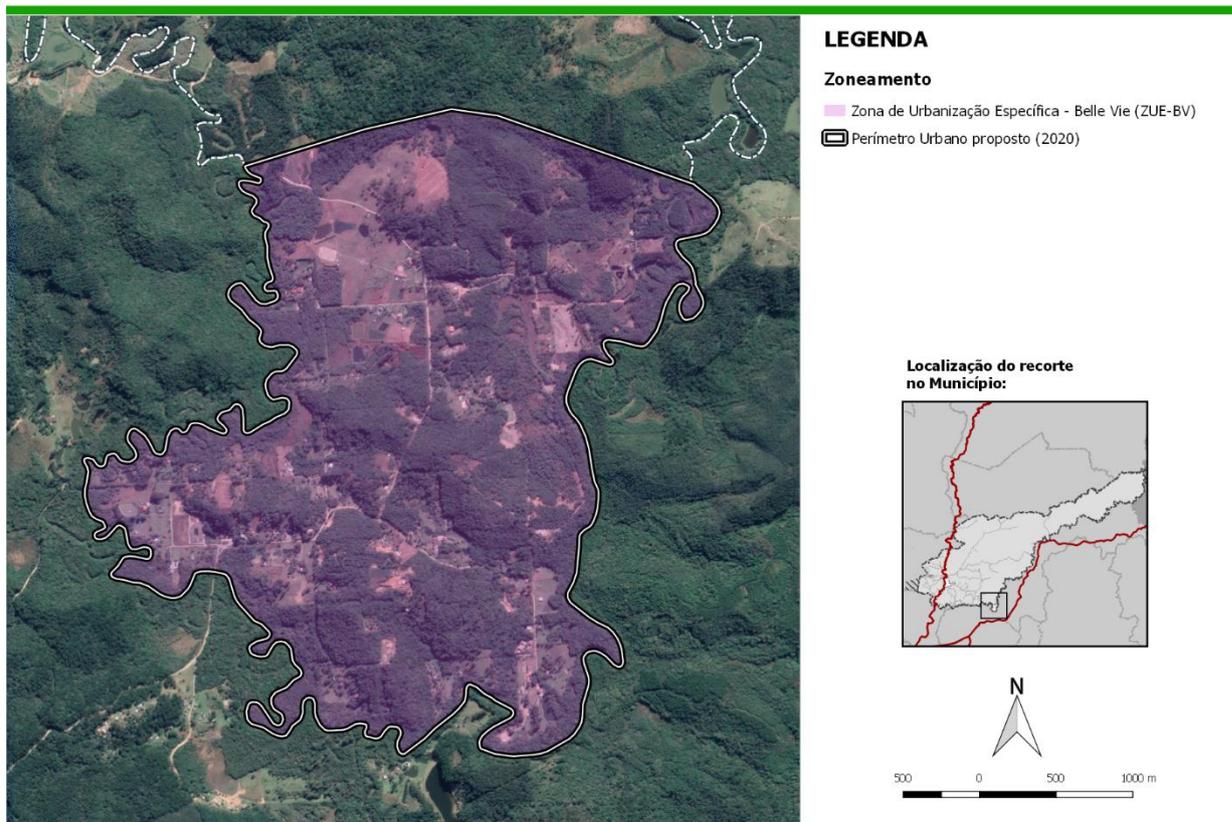
A ZE vigente foi incorporada ao zoneamento como ZRMD. Com isso, foi proposta uma nova ZE, localizada na continuidade geográfica da ZE vigente, de modo a direcionar a expansão do perímetro urbano a leste, na direção onde não incide o Aquífero Karst.

A ZE está fora do perímetro urbano da Sede e somente poderá ser ocupada quando, em um círculo de 1.500 metros de raio centrado na gleba a ser parcelada, pelo menos 20% (vinte por cento) dos lotes em parcelamentos urbanos vizinhos devem estar ocupados há mais de cinco anos, evitando a oneração de recursos públicos. A expansão urbana sobre a ZE está condicionada à doação de áreas públicas à Prefeitura municipal e às diretrizes viárias, expressas nas leis municipais de Parcelamento e de Sistema Viário.

- **Zona de Urbanização Específica Belle Vie (ZUE-BV):**

A Zona de Urbanização Específica Belle Vie foi demarcada para regularizar um loteamento aprovado entre 1980 e 1981, destinado à chácaras de lazer e recreação, quando ainda havia o entendimento que, devido ao uso, este tipo de parcelamento poderia ser parte da zona rural. Atualmente, a partir da consolidação da matéria, embasada especialmente na Lei Federal 6766/1979, entende-se que todo parcelamento inferior ao módulo rural deve ser considerado zona urbana. Entretanto, ressalta-se que esta zona se configura como uma exceção, e não integra a Macrozona de Estruturação Urbana. Além de não demandarem os mesmos tipos de serviços públicos, devem preservar as características de paisagem rural, necessárias para cumprir o seu objetivo de lazer e contemplação.

Figura 7: Zoneamento e perímetro urbano proposto – Belle Vie



Fonte: FUNPAR (2020).

Além destas zonas, foram delimitados eixos e um setor (SEFA), descritos a seguir. Os eixos se diferenciam das zonas, pois incidem sobre os lotes com testada para uma determinada via, e apresentam parâmetros urbanísticos diferenciados conforme a vocação do eixo.

- **Eixo de Ocupação Consolidada (EOC):**

Este eixo tem o objetivo de minimizar as interferências causadas pelo fato da cidade de Bocaiúva do Sul ter se estruturado a partir da Estrada da Ribeira, hoje considerada como uma rodovia federal BR 476. Assim, a demarcação do EOC propõe diferenciar os parâmetros de ocupação quanto ao recuo frontal, que deve obedecer a faixa de domínio e faixa não edificável da rodovia, bem como às taxas de ocupação e permeabilidade, permitindo os usos existente, mas sem estimular a instalação de novas atividades que entram em conflito com sua função rodoviária.

Este eixo está ligado à implantação do Eixo Estratégico 06 - Qualificação do espaço urbano e serviços sociais proposto pelo plano diretor, que envolve a estruturação de usos comerciais, espaços para a circulação de pedestres e regulamentação dos estacionamentos.

- **Eixos de Comércio e Serviço (ECS):**

Os ECS visam a estruturação do sistema viário e dos espaços públicos para receber atividades comercial e de serviço de maior porte e médio impacto, concentrando-os em locais mais apropriados em consideração à capacidade de suporte viário e a eventuais incompatibilidades de uso em zonas predominantemente residenciais.

- **Eixos de Habitação e Comércio (EHC):**

Estes eixos estão localizados fora da área de abrangência da AID do Karst (marcadas pelo SEFA, descrito abaixo) e destinam-se ao adensamento habitacional. Neles, poderá ser permitida a verticalização da habitação dentro dos limites da legislação de uso do solo e da demanda por moradia, e estimulado o uso misto. Os EHC estão localizados ao lado das ZEIS-PM, como extensão de Eixos de Comércio e Serviço.

- **Setor de Fragilidade Geoambiental (SEFA):**

Este setor corresponde à Área de Influência Direta do Aquífero Karst¹¹ e incide sobre as áreas urbanas. De acordo com a COMEC e com o IAT, estas são as áreas mais frágeis à ocupação urbana e possuem restrições de uso do solo definidas em legislação estadual, atualmente expressas no atual Decreto Estadual N 745/2015. A realização de obras e parcelamentos nas zonas sob a incidência do SEFA estão sujeitos à necessidade de avaliação geoambiental conforme modelo proposto (Figura 8)¹² e, se necessário, a apresentação de laudo geológico geotécnico; no caso de parcelamento, também se vincula à necessidade de implantação de infraestrutura de saneamento básico (água, esgoto, drenagem), iluminação pública e pavimentação de vias e calçadas.

¹¹ Conforme normativas da COMEC, a Área de Influência Direta do Aquífero Karst é composta pelos tipos de solo aluvião (QHa), sedimentos aluvionares em terraço (QHt/Qh) e Formação Capiru – litofacie carbonática (PSacd/NPcpm).

¹² O arquivo de excel do Sistema de Avaliação Geoambiental acompanha a entrega deste documento.



Figura 8: Modelo para avaliação geoambiental para novos empreendimentos.

PLANILHA DE ANUÊNCIA INICIAL				NOTA	SITUAÇÃO	AÇÕES	
Zoneamento	Quanto ao tipo de construção ou atividade	USO			Sem Restrição		
		PER	PMS				NPE
		0	1	2			
Saneamento	Quanto a existência de rede coletora de esgoto	TERRENO ATENDIDO		1	Restrição ou IMPEDIMENTO	Apresentar sistema de tratamento de esgoto	
		SIM					NÃO
		0		1			
Geologia/Hidrogeologia	Unidade(s) litoestratigráficas identificadas no terreno conforme mapa geológico regional	Aluv.Qha	Sed.Al.TQPg	G.S.GJKdb	2	Restrição com estudos complementares(RASRMAEC)	*Projeto de Fundação; *Sondagens SPT; *Mapa geológico local com furos de sondagem.
		2	1	0			
		F.Cap.Psacd	F.Cap.Psacq	F.Cap.Psacm			
		2	0	1			
	F.Per PMspc2	Comp.At.APlmge	SOMATÓRIA				
	0	0					
Quanto a presença de dolinas	NO ENTORNO (100 metros)		1	IMPEDIMENTO			
	NÃO					SIM	
	0		1				
	NO TERRENO		1				
NÃO		SIM					
0		1					
Áreas de Risco	Quanto as áreas de risco médio até alto risco(MGM)	TERRENO INSERIDO EM A.R		0	Restrição com estudos complementares	RASRMAEC (Restrição a ser retirada mediante aprovação de estudos complementares geotécnicos)	
		NÃO					SIM
		0		1			
		TERRENO LOCALIZADO ENTORNO A.R (100m.)		1			
	NÃO		SIM				
	0		1				
Quanto as áreas de risco a inundação	TERRENO INSERIDO EM A.R		0	Restrição com estudos complementares	RASRMAEC e verificação quanto a área de amortecimento do setor de risco		
	NÃO					SIM	
	0		1				
	TERRENO LOCALIZADO ENTORNO A.R (100m.)		1				
NÃO		SIM					
0		1					
Hidrografia e APP	Curso hídrico natural interceptando o terreno	NÃO		SIM	1	Apresentar planta topográfica com delimitação da APP	
	0		1				
	Nascente ou surgência de água ou banhado no terreno	NÃO		SIM			
	0		1				
Terreno atingido por APP existente no local	NÃO		SIM	0			
0		1					
Terreno atingido por APP (curso hídrico natural ou nascente/surgimento de água) existente no entorno	NÃO		SIM	1			
0		1					
Relevo/ Vegetação	Quanto a declividades iguais ou superiores a 30%	NO TERRENO		2	IMPEDIMENTO		
		NÃO	PARCIAL				TOTAL
	0	1	2				
	Quanto a existência de vegetação (cobertura verificada no terreno)	NO TERRENO		0	Sem Restrição		
NÃO		PARCIAL	TOTAL				
0	1	2					
Abastecim ento público de água	Terreno localizado em célula cárstica utilizada ou a ser prevista para utilização futura para captação de água pela SANEPAR	NÃO		SIM	1	IMPEDIMENTO total sem possibilidades de estudos complementares	
		0		1			
Licenciamento ambiental	Construção ou atividade é passível de autorização ambiental ou licenciamento ambiental completo	NÃO		SIM	0	Prosseguir com trâmite municipal	
		0		1			

Fonte: Funpar, 2020.

Os quadros de parâmetros de ocupação e uso do solo a seguir apresentam a proposta de revisão de parâmetros e usos do solo das zonas urbanas acima descritas, considerando as contribuições da sociedade realizadas no evento participativo do dia 25 de setembro de 2020.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BOCAIÚVA DO SUL
FASE 3 – DIRETRIZES E PROPOSTAS



Quadro 5: Parâmetros de ocupação das Zonas Urbanas propostas.

SIGLA	ZONA URBANA	LOTE MÍNIMO		NÚMERO DE PAVIMENTOS	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO			TAXAS		RECUOS		DENSIDADE (uh/lote)	DENSIDADE MÁX. (uh/ha)
		ÁREA (m ²)	TESTADA (m)		CA MIN.	CA BAS.	CA MÁX.	OCUPAÇÃO MÁX. (%)	PERMEABILIDADE MIN. (%)	FRONTAL (m)	LATERAL E DE FUNDOS (m)		
ZOC	Zona de Ocupação Consolidada	360	12	2	0,1	1	1,5	50	35 (1)	5	1,5	1 (2)	18
ZMD	Zona Residencial de Média Densidade	360	12	2	0,1	1	1,5	70	20	5	1,5	1 (2)	18 (3)
ZBD	Zona Residencial de Baixa Densidade	2.500	20	2	-	0,4	0,8 (4)	20	70	10	3	1	4
ZEIS-PM	Zona Especial de Interesse Social – Produção de Moradia	180	6	2	0,2	1	1,5	70	20	5	1,5	1	18 (5)
ZEIS-RF	Zona Especial de Interesse Social – Regularização Fundiária e Urbanística	Conforme Plano de Urbanização Específica elaborado com coordenação do Urbanismo e aprovação do Conselho Municipal de Habitação, atendendo aos critérios federais e estaduais / Obrigatória instalação de rede de esgoto											
ZRA	Zona de Recuperação Ambiental	Não parcelável		Edificações de apoio à função da zona, conforme definido na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo e mediante aprovação do CODET									
ZPOP	Zona Potencial de Parque	Não parcelável		Edificações de apoio à função da zona, conforme definido na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo e mediante aprovação do CODET									
ZEIAA	Zona Especial de Interesse de Abastecimento de Água	Não parcelável		Não edificável, respeitando os compartimentos calcários e o entorno protetivo do poço da Sanepar									
ZEM	Zona de Exploração Mineral	Não parcelável		Não edificável									
ZS	Zona de Serviços	810	18	2	0,1	1	1,5	70	20	15	5	-	-
ZI	Zona Industrial	5.000	25	2	0,1	1	1,5	70	25	15	5	-	-
ZE	Zona de Expansão (6)	360	12	4	0,1	1	1,5	70	20	5	1,5	1 (2)	18
ZUE-BV	Zona de Urbanização Específica – Belle Vie	5.000	25	1	-	0,4	-	20	70	10	3	1	18
EOC	Eixo de Ocupação Consolidada Trechos da BR-476 (Estrada da Ribeira)	360	12	2	0,1	1	1	70	20 (1)	Faixa de domínio / Faixa não edificável		1	18
ECS	Eixos de Comércio e Serviço (8) Ruas Calos Alberto Ribeiro Marechal, Quintinho Bocaiúva, Ver. Lauro de Carvalho Osório, Manoel Bassetti Sobrinho e Brasília de Moura Leite	360 (9)	12	2	0,1	1	1,5	70	20 (1)	0	1,5	1 (2)	18
EHC	Eixos de Habitação e Comércio (8) Trechos das ruas Carlos Alberto Ribeiro e Manoel Bassetti Sobrinho	360	12	4	0,1	1	2	70	20 (1)	0	1,5	-	160 (10)

SIGLA	ZONA URBANA	LOTE MÍNIMO		NÚMERO DE PAVIMENTOS	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO			TAXAS		RECUOS		DENSIDADE (uh/lote)	DENSIDADE MÁX. (uh/ha)	
		ÁREA (m ²)	TESTADA (m)		CA MIN.	CA BAS.	CA MÁX.	OCUPAÇÃO MÁX. (%)	PERMEABILIDADE MIN. (%)	FRONTAL (m)	LATERAL E DE FUNDOS (m)			
SEFA	Setor de Fragilidade Geoambiental	Conforme a zona que atravessa / Necessário apresentação de laudo geológico geotécnico e implantação de infraestrutura de saneamento básico (água, esgoto, drenagem), iluminação pública e pavimentação de vias e calçadas											1	-

SIGLAS: CA = Coeficiente de Aproveitamento; TO = taxa de ocupação; TP = taxa de permeabilidade; uh = unidade habitacional; CODET = Conselho de Desenvolvimento Territorial

NOTAS:

- (1) A taxa de permeabilidade pode ser reduzida para 25% mediante medidas de aproveitamento da água pluvial na edificação.
- (2) Permissível 2 unidades habitacionais (uh) por lote, desde que fora da Área de Influência Direta (AID) do Karst e com solução de esgoto.
- (3) Permissíveis condomínios com fração mínima de 250 m² e densidade de até 30 habitações por hectare para condomínios horizontais e de até 45 habitações por hectare para condomínios verticais, mediante reserva de 35% da área do empreendimento para preservação de patrimônio ambiental, obedecendo os critérios estabelecidos no Decreto Estadual Nº 745 de 13/03/2015.
- (4) Permissível mediante aprovação do CODET.
- (5) Permissíveis condomínios de interesse social horizontais e verticais com fração mínima de 180 m² e densidade de até 45 habitações por hectare, obedecendo os critérios estabelecidos no Decreto Estadual Nº 745 de 13/03/2015.
- (6) A ser ocupada após ocupação comprovada de 80% das demais zonas destinadas ao uso residencial, mediante aprovação do CODET. Parâmetros iguais à ZRMD.
- (7) Os estacionamentos de estabelecimentos comerciais deverão ocorrer internamente aos limites do lote. Os estacionamentos poderão utilizar a faixa não edificável, desde que sem cobertura, de forma a evitar obstrução da visibilidade.
- (8) Os eixos EOC, ECS e EHC incidem sobre os trechos de via indicados no mapa anexo à Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.
- (9) Os lotes de frente para os ECS que estiverem inseridos em ZRBD, ZPOP e/ou ZRA deverão respeitar os parâmetros construtivos destas zonas.
- (10) Densidade permitida em lotes com dimensões iguais ou inferiores a 1.000,00 m², conforme preconizado pela legislação estadual de uso e ocupação do solo em áreas de mananciais de interesse metropolitano.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BOCAIÚVA DO SUL
FASE 3 – DIRETRIZES E PROPOSTAS



Quadro 6: Parâmetros de uso das Zonas Urbanas propostas

SIGLA	ZONA URBANA	RESIDENCIAL			CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU COMERCIAL				COMÉRCIO E SERVIÇO			INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIO		INDUSTRIAL			EXTRATIVISTA		AGROPECUÁRIO
		UNIFAMILIAR	TRANSITÓRIA	INSTITUCIONAL	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3	TIPO 4	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3	MINERAL (2)	ANIMAL / VEGETAL	
ZOC	Zona de Ocupação Consolidada	P	P	P	P	P	XX	XX	P	X	XX	P	X	P	X	XX	XX	XX	X (3)
ZMD	Zona Residencial de Média Densidade	P	P	P	P	P	P	XX	P	X	XX	P	P	P	X	XX	XX	XX	X (3)
ZBD	Zona Residencial de Baixa Densidade	P	P	X	XX	X	P	XX	P	X	XX	X	X	P	X	XX	XX	XX	X (3)
ZEIS-PM	Zona Especial de Interesse Social – Produção de Moradia	P	XX	X	P	X	X	XX	P	XX	XX	X	X	P	XX	XX	XX	XX	XX
ZEIS-RF	Zona Especial de Interesse Social – Regularização Fundiária e Urbanística	P	XX	XX	P	X	X	XX	P	XX	XX	X	X	P	XX	XX	XX	XX	XX
ZRA	Zona de Recuperação Ambiental	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX
ZPOP	Zona Potencial de Parque (1)	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	X	XX	XX	X	XX	X	XX	XX	XX	XX	XX
ZEIAA	Zona Especial de Interesse de Abastecimento de Água	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX
ZEM	Zona de Exploração Mineral	X	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	P	XX	XX	XX	XX	XX
ZS	Zona de Serviços	X	X	X	X	XX	XX	XX	X	P	P	X	X	P	P	X	X	XX	XX
ZI	Zona Industrial	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	X	XX	XX	XX	XX	P	P	P	X	XX	XX
ZE	Zona de Expansão	P	P	P	P	P	X	P	P	X	XX	P	X	P	X	XX	X	XX	X
ZUE-BV	Zona de Urbanização Específica – Belle Vie	P	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	P
EOC	Eixo de Ocupação Consolidada Trechos da BR-476 (Estrada da Ribeira)	P	P	XX	X	X	XX	XX	P	X	X	X	X	P	P	XX	XX	XX	XX
ECS	Eixos de Comércio e Serviço Ruas Calos Alberto Ribeiro Marechal, Quintinho Bocaiúva, Ver. Lauro de Carvalho Osório, Manoel Bassetti Sobrinho e Brasília de Moura Leite	X	X	X	X	X	XX	XX	P	P	X	X	X	P	P	XX	XX	XX	XX
EHC	Eixos de Habitação e Comércio Trechos das ruas Carlos Alberto Ribeiro e Manoel Bassetti Sobrinho	X	X	X	X	XX	XX	P	P	X	XX	X	X	P	XX	XX	XX	XX	XX

NOTAS: (1) Nas ZPOP são permitidos equipamentos e serviços de abastecimento público de água e de tratamento de esgoto; (2) permitida a extração de água por poços artesianos, desde que obedecidas as normas municipais, estaduais e federais pertinentes. (3) Permissível desde que localizado em áreas de fragilidade geoambiental, sendo proibido o uso de agrotóxicos.

LEGENDA:

XX	USO PROIBIDO
X	USO PERMISSÍVEL - Usos e atividades devem ser submetidos à aprovação do Conselho de Desenvolvimento Territorial (CODET)
P	USO PERMITIDO

RESIDENCIAL: UNIFAMILIAR - Habitação isolada destinada a servir de moradia a uma só família; TRANSITÓRIA - unidades habitacionais onde se recebem hóspedes mediante remuneração; INSTITUCIONAL - destinada à assistência social, abrigando estudantes, crianças, idosos e necessitados.

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU COMERCIAL: TIPO 1 - Geminadas paralelas ou transversais ao alinhamento predial, com até 8 (oito) unidades habitacionais; TIPO 2 – Unidades autônomas isoladas, com mais de 8 unidades habitacionais e área máxima de 1 ha (um hectare); TIPO 3 – Unidades autônomas isoladas, com área máxima de 5 há (cinco hectares); TIPO 4 – Condomínio Edifício Vertical.

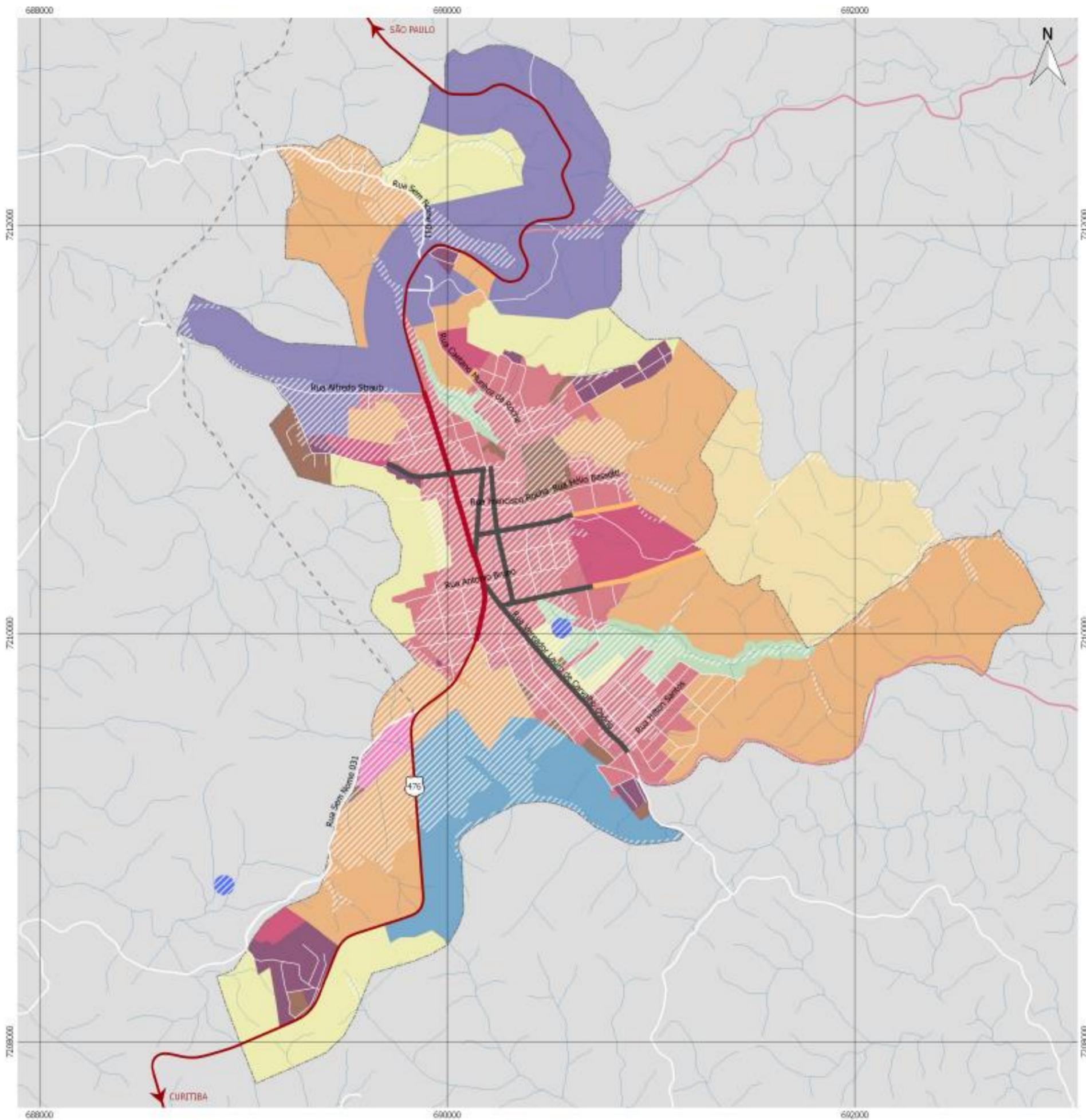
COMÉRCIO E SERVIÇO: TIPO 1 Atividades de atendimento ao uso residencial, de pequeno porte; TIPO 2 - Atividades de médio porte ou polos geradores de tráfego; TIPO 3 - Atividades não compatíveis com uso residencial ou de grande porte.

INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIO: TIPO 1 - Atividades de atendimento ao uso residencial, de pequeno porte, com área menor que 180 m² (cento e oitenta metros quadrados); TIPO 2 - Atividades de atendimento ao uso residencial ou não, de médio ou grande porte, usos religiosos e polos geradores de tráfego, com área maior do que 180 m² (cento e oitenta metros quadrados).

INDUSTRIAL: TIPO 1 - Atividades compatíveis com o uso residencial, de pequeno porte; com área menor que 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados); TIPO 2 - Atividades compatíveis com comércio, serviço e habitação ou de médio porte, com área entre 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) e 5000 m² (cinco mil metros quadrados); TIPO 3 - Atividades não compatíveis com uso residencial ou de grande porte, com área maior do que 5000 m².

EXTRATIVISTA: MINERAL - Extração de águas subterrâneas; ANIMAL / VEGETAL – Extração ou retirada de recursos naturais em sua forma original com fins lucrativos.

AGROPECUÁRIO: Cultivo de plantas (agricultura) e criação de animais (pecuária) para o consumo humano ou para o fornecimento de matérias-primas.



LEGENDA

Zoneamento

- Zona de Ocupação Consolidada (ZOC)
- Zona Residencial de Média Densidade (ZMD)
- Zona Residencial de Baixa Densidade (ZBD)
- Zona Especial de Interesse Social - Produção de Moradia (ZEIS-PM)
- Zona Especial de Interesse Social - Regularização Fundiária (ZEIS-RF)
- Zona de Recuperação Ambiental (ZRA)
- Zona Potencial de Parque (ZPOP)
- Zona Especial de Interesse de Abastecimento de Água (ZEIAA)
- Zona de Exploração (ZEM)
- Zona de Serviços (ZS)
- Zona Industrial (ZI)
- Zona de Expansão (ZE)
- Zona de Urbanização Específica (ZUE)

Setor

- Setor de Fragilidade Geoambiental (SEFA)

Eixos

- Eixo de Ocupação Consolidada
- Eixo de Comércio e Serviço
- Eixo de Habitação e Comércio

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Rodovia Federal
- Estradas de Ligação Intermunicipal
- Estradas Municipais
- Contorno Rodoviário Projetado
- Hidrografia
- Perímetro Urbano

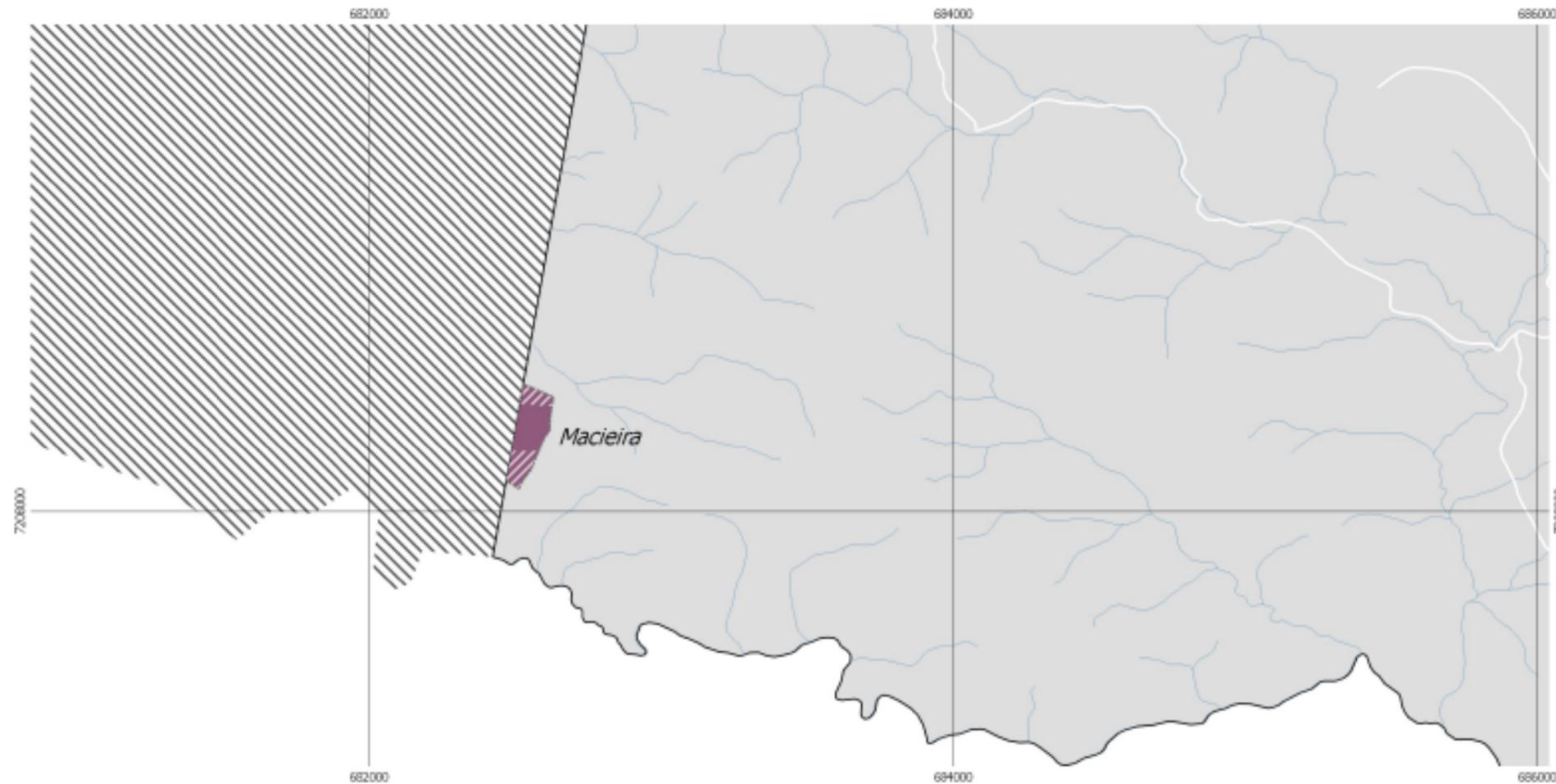
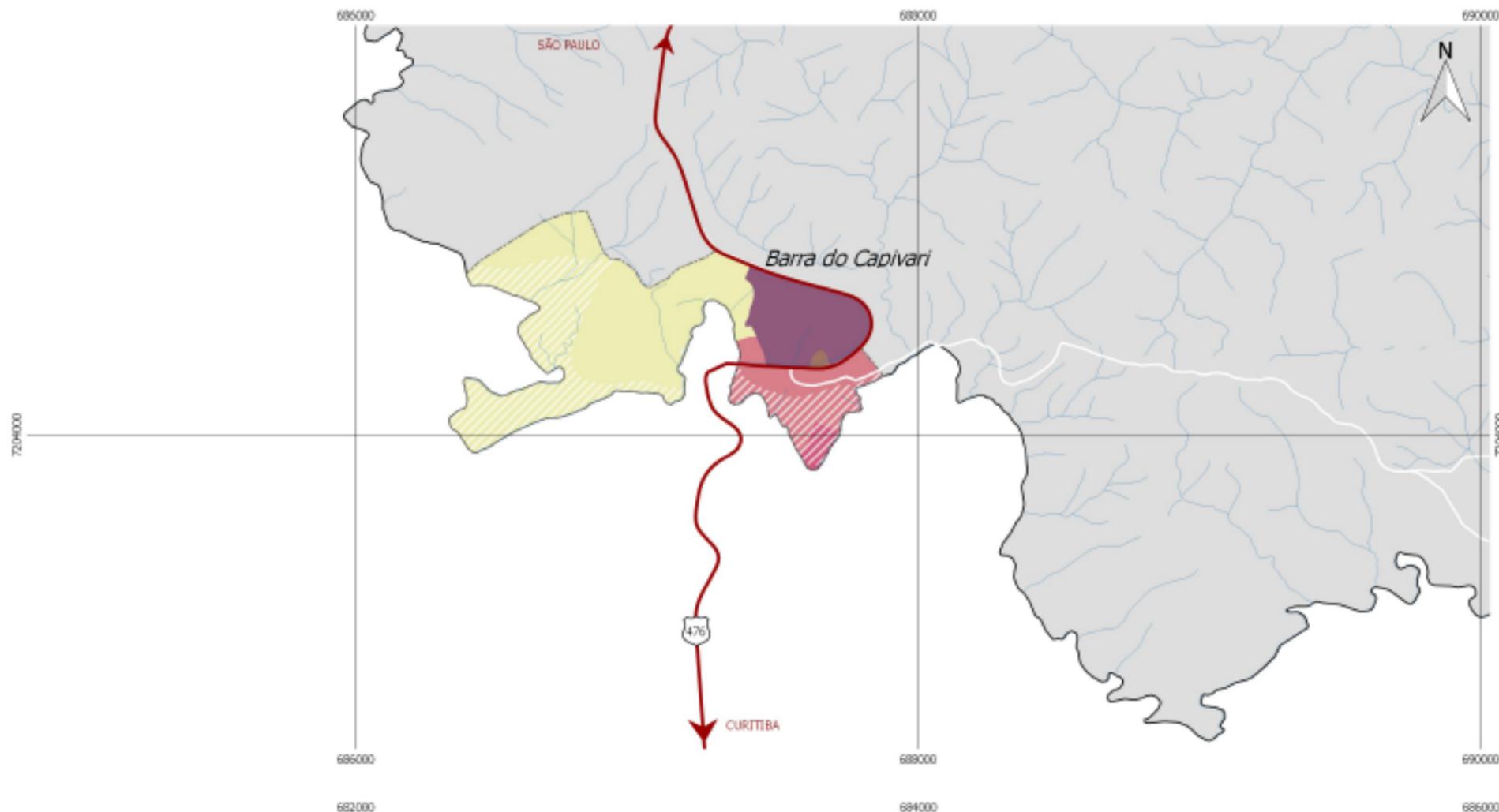
ESCALA 1:20.000



Datum: SIRGAS 2000 | Projeção: UTM 22 S
 Base Cartográfica: AGUASPARANÁ (2011); ITCG (2019); DNIT (2018); PARAMACIDADE (2019); PMBS (s/d).
 Fontes: FUNPAR (2020); PARAMACIDADE (2019); PMBS (2012).

ZONEAMENTO URBANO PROPOSTO - SEDE





LEGENDA

Zoneamento

- Zona de Ocupação Consolidada (ZOC)
- Zona Residencial de Baixa Densidade (ZBD)
- Zona Especial de Interesse Social - Produção de Moradia (ZEIS-PM)
- Zona Especial de Interesse Social - Regularização Fundiária (ZEIS-RF)
- Zona de Recuperação Ambiental (ZRA)

Setor

- Setor de Fragilidade Geoambiental (SEFA)

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Rodovia Federal
- Estradas de Ligação Intermunicipal
- Estradas Municipais
- Hidrografia
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal de Bocaiúva do Sul
- Área suprimida por retificação de divisa municipal

ESCALA 1:20.000



Datum: SIRGAS 2000 | Projeção: UTM 22 S
 Base Cartográfica: AGUASPARANÁ (2011); ITCG (2019); DNIT (2018); PARANACIDADE (2019); PMBS (s/d).
 Fontes: FUNPAR (2020); PARANACIDADE (2019); PMBS (2012).

MAPA 03

ZONEAMENTO URBANO PROPOSTO - BARRA DO CAPIVARI E MACIEIRA

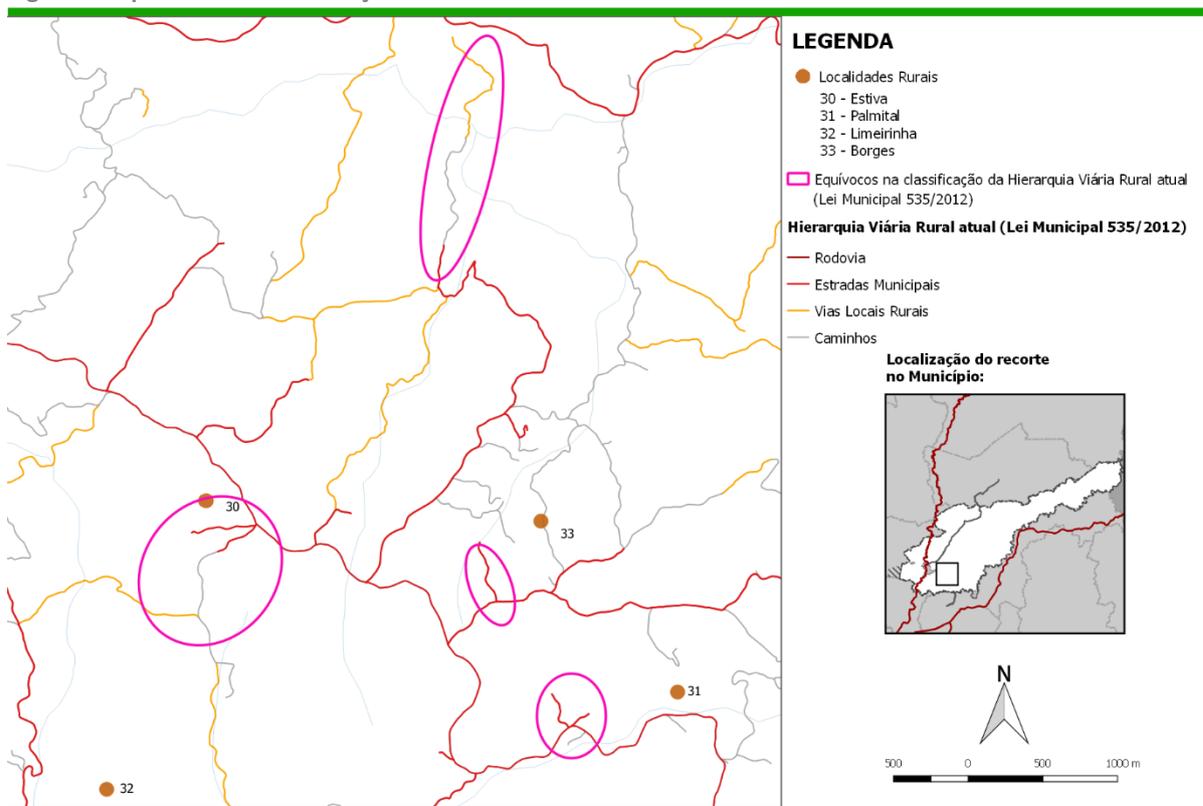


2.3. SISTEMA VIÁRIO

Em Bocaiúva do Sul, a hierarquia viária municipal regulamentada pela Lei do Sistema Viário (Nº 535/2012), compreende casos em que as vias não correspondem com sua função atual, havendo a necessidade de revisão da classificação das vias para a devida compatibilização com a realidade, conforme exposto na Análise Temática Integrada.

A respeito do Sistema Viário Rural foi identificado que a classificação atual das estradas não se conforma num sistema contínuo e hierarquizado, ou seja, há casos em que estradas de caráter secundário estão classificadas como estradas de caráter principal, e vice-versa, como pode ser observado na Figura 9.

Figura 9: equívocos na classificação do sistema viário rural.



Funpar, 2020.

De modo a melhorar o escoamento da produção agropecuária e a circulação da população rural, adotou-se para reclassificação das estradas os seguintes critérios: (i) continuidade entre a classificação das estradas; (ii) ligação entre as principais localidades da área rural e destas com a sede urbana; (iii) ligação com as demais localidades.

Sendo assim, a proposta de hierarquia viária rural para Bocaiúva configura-se em:

- Rodovia Federal: destinada especialmente ao tráfego de passagem rodoviário e escoamento da produção rural, interligação os centros urbanos regionais.
- Estradas Intermunicipais: destinadas especialmente ao tráfego de passagem e à ligação entre a sede urbana municipal e centros urbanos dos municípios do entorno.

- Estradas Municipais: destinadas a atender com prioridade o tráfego de passagem, interligando a sede urbana e as principais comunidades do município.
- Estradas de Acesso Local: são as demais estradas de acesso às propriedades rurais.

Para melhoria e efetividade do sistema de circulação rural, elenca-se as Estradas Intermunicipais como prioritárias para pavimentação e manutenção. Ademais, também são prioritárias ao recebimento de melhorias de infraestrutura e condições de trafegabilidade as Estradas Municipais que comportam as rotas do transporte escolar e transporte público coletivo. Ainda, dentre as estradas municipais, sugere-se a pavimentação da Estrada da Campininha, que faz a ligação entre a BR 476 e Colombo, bem como a Estrada que liga o Frigorífico Rainha da Paz à Sede, caso seja aprovada a proposta de zona industrial naquela região. A proposta para hierarquização do sistema viário rural é apresentada no Mapa 4 ao final deste item.

Com relação à proposta da hierarquização do Sistema Viário Urbano, foi levado em consideração, além da Lei do Sistema Viário do Município de Bocaiúva do Sul e do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), aspectos levantados em campo e dados secundários como: i) fluxo de tráfego; ii) características geométricas das vias; iii) necessidade de vagas de estacionamento, e; iv) tipologia de ocupação do solo.

De modo geral, as vias urbanas classificadas na lei vigente estão condizentes com os objetivos estipulados, apresentando coerência quanto ao uso e ocupação do solo. Entretanto, a BR-476/Estrada da Ribeira mostra-se como um caso específico, do qual coincidem duas funções conflitantes: i) tem como prioridade atender o tráfego de passagem rodoviário; e ii) configura-se como a principal via comercial, com fluxo constante de veículos e pedestres. Apesar disso, o pequeno porte da cidade e a existência de dispositivos de segurança corrobora para que estes conflitos não apresentem maiores problemas de mobilidade, como congestionamentos e acidentes de trânsito.

Cabe ressaltar que em 2016 o DNIT contratou um estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental – EVTEA para adequação de capacidade, melhoria de segurança e eliminação de pontos críticos da BR-476. De acordo com este estudo, prevê-se a implantação de um contorno rodoviário em Bocaiúva do Sul, desviando o tráfego rodoviário da sede urbana (Mapa 5). Apesar de não haver previsão para sua construção, as diretrizes de planejamento da rodovia denotam que, futuramente, o trecho urbano da Estrada da Ribeira poderá ser dedicado totalmente ao tráfego urbano, adequando-se a sua condição histórica de principal avenida da cidade.

Entretanto, no horizonte da revisão do PDBS, a Estrada da Ribeira continua dividindo-se entre as funções urbana e rodoviária e, portanto, ainda deve observar as diretrizes viárias metropolitanas e federais. Segundo as Diretrizes Viárias Metropolitanas (COMEC, 2000), nas Vias Estruturantes – da qual se enquadra a BR-476/Estrada da Ribeira – o acesso aos lotes deve ocorrer mediante faixa lateral (baia) de aceleração e desaceleração, para que não haja uma redução brusca na velocidade do veículo no meio da via. Além do mais, as construções de frente devem respeitar as faixas de domínio e não edificantes e os estacionamentos devem ocorrer apenas nas vias perpendiculares, sendo proibido estacionar na rodovia. Isto posto, mesmo dentro do perímetro urbano, os lotes pertencentes às zonas industriais, de serviço, extração mineral e residenciais, devem respeitar estas normas e o projeto de construção passar por consulta e aprovação do DNIT. Cabe salientar que, pelo fato de ter sido ocupada tradicionalmente dando origem à cidade, o trecho da rodovia que coincide com o Eixo de Ocupação Consolidada (Mapa 2) não possibilita baias e faixas de aceleração e desaceleração, mas deve respeitar a faixa de domínio e não edificável estipuladas pelo DNIT.

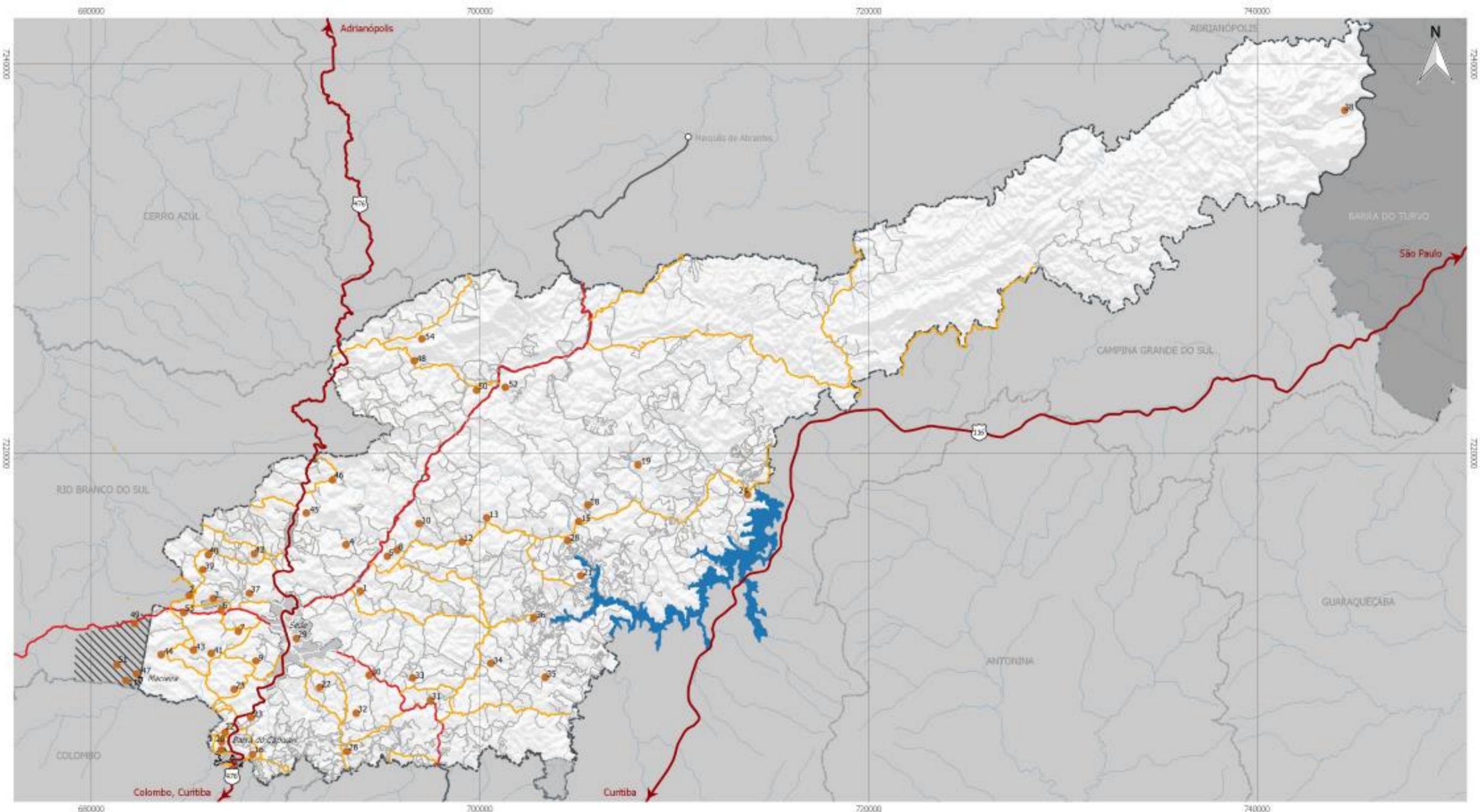


Para mitigar a incompatibilidade de funções na rodovia, propõe-se eixos de comércio e serviços em outras vias da cidade, diminuindo o tráfego local no trecho urbano da rodovia e a demanda por estacionamentos.

Assim sendo, a proposta para a hierarquia viária urbana segue a seguinte classificação:

- Via Arterial Principal: destinada especialmente ao tráfego de passagem, interligando os centros urbanos regionais.
- Via Arterial Secundária: destinadas a receber a maior carga de tráfego, formam a estrutura viária principal da cidade, definindo os principais acessos da cidade e ligações interurbanas.
- Via Coletora: destinadas tanto ao tráfego de passagem quanto ao tráfego local, com a função de coletar e distribuir os fluxos veiculares entre as vias estruturais e locais.
- Via Especial de Comércio e Serviços: destinadas especialmente ao tráfego demandado pelo comércio, sendo prioritárias para estacionamento de veículos.
- Vias Locais: destinadas ao tráfego local, onde o tráfego de passagem deve ser desestimulado.

Além da hierarquização das vias existentes, foram traçadas novas diretrizes viárias para o quadro urbano de Bocaiúva do Sul, a fim de estruturar e ordenar a circulação, à medida que a cidade for se expandindo, conforme preconizado pela *Proposta de Zoneamento Urbano* (ver 2.2). A posição dessas diretrizes é uma indicação e seu traçado pode ser parcialmente alterado para melhor adequar-se à topografia e ao projeto, sem que comprometa sua função. A proposta para hierarquização do sistema viário urbano é apresentada no Mapa 5 a seguir.



LEGENDA

Hierarquia Viária

- Rodovias Federais
- Estradas Intermunicipais
- Estradas Municipais
- Estradas de Acesso Local

Localidades Rurais

- | | | | |
|---------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| 1- Cabeça de Anta | 14- Barra do Capivari | 28- Perdeneiras | 42- Campina dos Tavares |
| 2- São Felipe | 15- São João | 29- Centro | 43- Potreirinho |
| 3- Papanduvinha | 16- Morro do Caubói | 30- Estiva | 44- Aranhas |
| 4- Gamelas | 17- Lago | 31- Palmital | 45- Campo Novo |
| 5- Bom Jesus | 18- Seis Marias | 32- Umeirinha | 46- Sítio do Mato |
| 6- Olaria | 19- Patinhos de cima | 33- Borges | 47- Macieira |
| 7- Salto Sumidouro | 20- Campininha da Barra | 34- Macacos | 48- Barrinha |
| 8- Carijós | 21- Barrinha da Represa | 35- Duas Antas | 49- Ribeirãozinho |
| 9- Bolo | 22- Vargem do Capivari | 36- Bom Retiro | 50- Barra dos Velosos |
| 10- Pau de Sangue | 23- Aterradinho | 37- Cachoeirinha | 51- Palmeira |
| 11- Vale dos Sonhos | 24- Barragem | 38- Areia Branca | 52- Passa Vinte |
| 12- Barra da Cruz | 25- Estreito | 39- Antinha | 53- Água Clara |
| 13- Figueira | 26- Rio Abaixo | 40- Antinha de Baixo | 54- Bocaína |
| | 27- Pavãozinho | 41- Salto de Santa Rita | |

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Localidades rurais
- Sistema Viário Urbano
- Hidrografia
- Represa do Rio Capivari
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal de Bocaiuva do Sul
- Área suprimida por retificação de divisa municipal*

*A diferença de área do território municipal decorre da retificação de divisa municipal realizada pelo ITCG em 2010, com base na legislação estadual pertinente.

ESCALA: 1:200.000



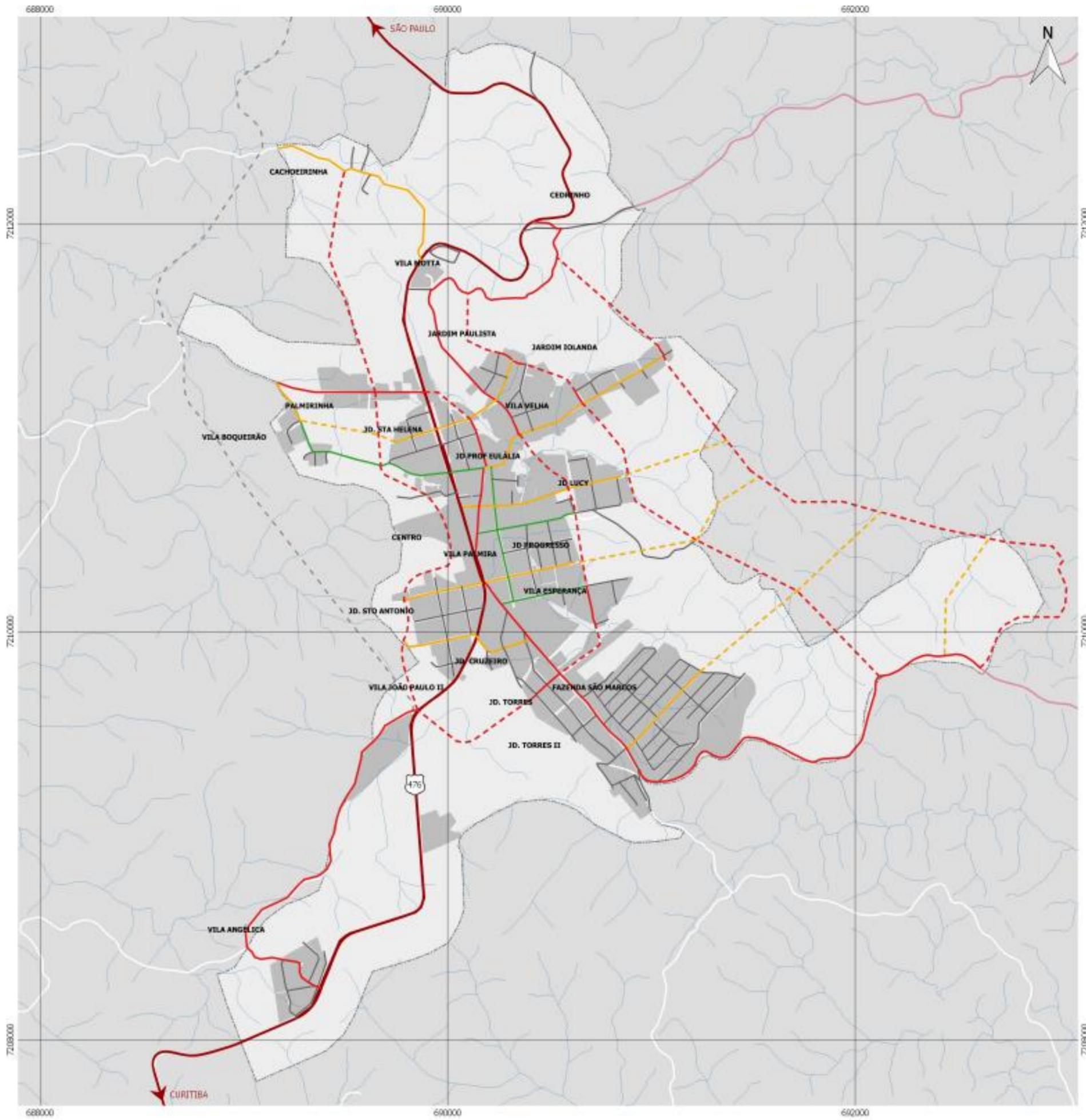
Dados: SBRGAS 2000 | Projeção: UTM 23 S
 Base Cartográfica: DNET (2018); FUNPAR (2020); IBGE (2016); ETCG (2019); PARAMACIDADE (2019); POI (2006);
 Fontes: FUNPAR (2020); PMS (2006)

MAPA 04

HIERARQUIA VIÁRIA RURAL PROPOSTA



NOVEMBRO 2020



LEGENDA

- Hierarquia Viária**
- Via Arterial Principal
 - Vias Arteriais Secundárias
 - Vias Arteriais Secundárias Projetadas
 - Vias Coletoras
 - Via Coletora Projetada
 - Vias Especiais de Comércio
 - Vias Locais

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Rodovia Federal
 - Estradas de Ligação Intermunicipal
 - Estradas Municipais
 - Contorno Rodoviário Projetado
 - Hidrografia
 - Quadras
 - Perímetro Urbano
- ESCALA 1:20.000
-

Datum: SIRGAS 2000 | Projeção: UTM 22 S
 Base Cartográfica: AQUASPARANÁ (2011); ITCG (2019); DNIT (2018); PARANACIDADE (2019); PMBS (s/d).
 Fontes: FUNPAR (2020); PARANACIDADE (2019); PMBS (2011).

PROPOSTA DE HIERARQUIA VIÁRIA SEDE URBANA



3. INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

Dando prosseguimento ao processo de revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul, o processo chega em sua fase de elaboração de diretrizes, na qual os instrumentos urbanísticos tem fundamental importância, pois se configuram como um meio para implementação das propostas de gestão territorial.

As propostas relativas aos instrumentos urbanísticos que estarão à disposição da Prefeitura para direcionar o processo de uso e ocupação do solo no Município estão baseadas em três critérios:

- Diretrizes Legais: alguns instrumentos são obrigatórios por força de lei, especialmente devido às disposições da Lei Federal do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) que estabelece conteúdo mínimo para os planos diretores;
- Análise Temática Integrada da Realidade Municipal: a partir desta leitura do cenário municipal, foram identificadas potencialidades e deficiências para o desenvolvimento de Bocaiúva e os instrumentos urbanísticos propostos devem estar diretamente vinculados à estas características;
- Eixos Estratégicos de Desenvolvimento: os instrumentos urbanísticos também devem estar em sintonia com os Eixos Estratégicos de Desenvolvimento propostos neste relatório, considerando suas características e objetivos.

Com base nos critérios supracitados, foram propostas a regulamentação de instrumentos urbanísticos específicos e a revisão de alguns instrumentos já previstos no Plano Diretor Vigente.

Neste relatório, são apresentadas as justificativas e principais critérios para aplicação dos instrumentos. O detalhamento dos processos administrativos para a aplicação dos instrumentos será apresentado na próxima etapa do processo de revisão do Plano Diretor, juntamente com as propostas de minutas de lei para sua regulamentação.

3.1. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE, PEUC, IPTU PROGRESSIVO E DESAPROPRIAÇÃO

A definição de áreas onde poderá ser aplicado o PEUC – Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórias faz parte do conteúdo mínimo dos planos diretores, conforme exigência da Lei Federal do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001):

Art. 42. O plano diretor deverá conter no mínimo:

I – a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórias, considerando a existência de infraestrutura e de demanda para utilização, na forma do art. 5º desta Lei;

O PEUC deverá ser aplicado sobre terrenos que não cumprem uma função social, especialmente os terrenos vazios ou subutilizados em áreas propícias à ocupação e dotadas de infraestrutura.

A obrigação de Parcelar, Edificar ou Utilizar será reforçada pela majoração progressiva do IPTU (IPTU Progressivo) e caso o proprietário do terreno ignore a obrigação por prazo superior a cinco anos, o Município poderá desapropriar o terreno através de pagamento com títulos da dívida pública (Desapropriação). Percebe-se então que os conceitos de Função Social – PEUC – IPTU Progressivo e



Desapropriação estão todos vinculados, sendo todos considerados de caráter obrigatório pelo Estatuto da Cidade.

REGISTRO DE DESCUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL



IMPOSIÇÃO DE PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIAS (PEUC)



APLICAÇÃO DO IPTU PROGRESSIVO



APÓS 5 ANOS SEM CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL, DESAPROPRIAÇÃO DO TERRENO

O fato destes instrumentos serem considerados obrigatórios pela Lei Federal já justifica sua proposição entre as Diretrizes e Estratégias do PDDBS. Mas há outro argumento tão ou mais importante, a identificação de terrenos ociosos dotados de infraestrutura e a necessidade de produção de moradia e espaços de comércio e serviço para o desenvolvimento municipal. De acordo com a Análise Temática Integrada de Bocaiúva, há terrenos dotados de infraestrutura urbana que permanecem vazios ou subutilizados, como o caso de terrenos dedicados à produção florestal em plena área urbana. Estes terrenos precisam justificar o investimento público em infraestrutura e cumprir uma função social adequada, mais ligada à ocupação humana e ao comércio e serviços.

A necessidade de produção de moradia e de expansão do comércio e serviço estão bem justificadas no Relatório de Análise Temática Integrada. É preciso lembrar que boa parte da área do Município está sobre o Aquífero Karst, manancial de abastecimento de especial interesse da Região Metropolitana de Curitiba, que possui sérias restrições à ocupação, o que torna escassas as áreas propícias à ocupação e urbanização.

A necessidade de novas áreas para o desenvolvimento da economia local e para a produção de moradia, assim como a preocupação de que estas áreas estejam localizadas em terrenos apropriados com baixo risco geoambiental, foram bem caracterizadas nos seguintes Eixos Estratégicos de Desenvolvimento:¹³

- Desenvolvimento da Economia Urbana;
- Promoção de Moradia Digna e Regularização Fundiária;
- Redução de riscos Geoambientais.

Percebe-se então que a definição da função social da propriedade e a proposta de regulamentar os instrumentos urbanísticos do PEUC, IPTU Progressivo e Desapropriação é justificada pela exigência legal de conteúdo mínimo dos planos diretores, pelas análises realizadas no Relatório de Avaliação Temática Integrada e também está em sintonia com os Eixos Estratégicos de Desenvolvimento já mencionados.

Conforme destacado no Relatório de Análise Temática Integrada, a Lei do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul (Lei Municipal 269/2008) estabelece critérios genéricos para o cumprimento da função

¹³ Para conhecer melhor os Eixos de Desenvolvimento consultar capítulo específico deste

social da cidade e da propriedade urbana, o que dificulta a definição clara de quando um imóvel descumpre sua função social.

Art. 4. A propriedade cumpre sua função social quando respeitadas a função de que trata o inciso I do art. 3º, retro mencionado, e os seguintes dispositivos:

I. for utilizada em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental;

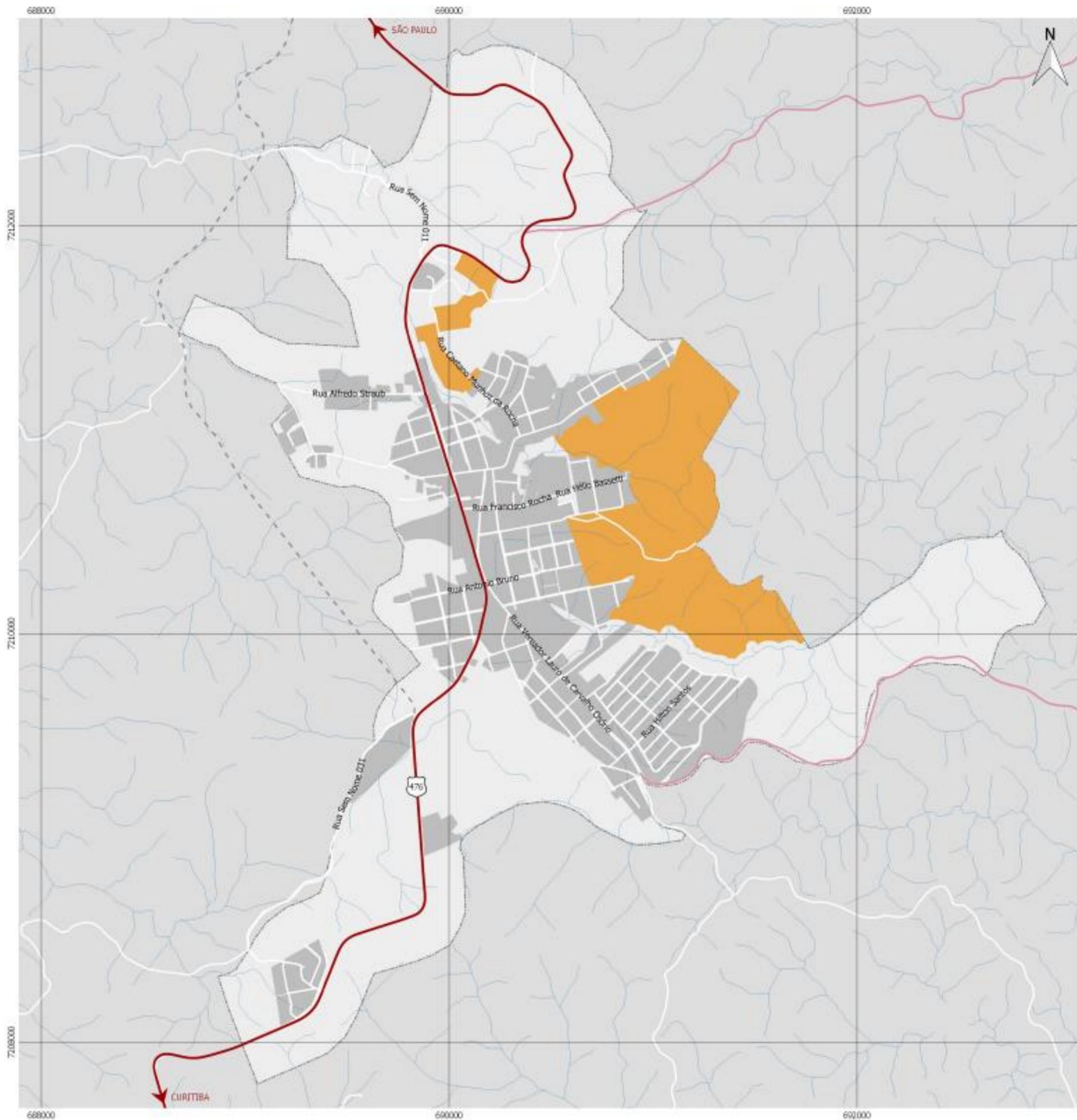
II. atender às exigências fundamentais deste Plano Diretor;

III. assegurar o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.

Para o reconhecimento da função social da propriedade, além dos critérios genéricos já mencionados, propomos a definição de um critério mais objetivo: a observância do coeficiente de aproveitamento mínimo dos terrenos.

Inicialmente, foi reconhecido no território de Bocaiúva uma área com terrenos dotados de infraestrutura e localizados em situação de baixo risco geoambiental, ou seja, terrenos propícios à ocupação. Nesta área, os terrenos deverão observar um coeficiente mínimo de aproveitamento a ser indicado na Lei de Uso e Ocupação do Solo, caso o terreno esteja vazio ou não alcance o coeficiente mínimo, será declarado o descumprimento da função social e serão impostos o IPTU Progressivo e possivelmente a Desapropriação.

É importante lembrar que todos os terrenos localizados no território municipal podem cumprir ou descumprir sua função social, com base nos critérios mais abrangentes já definidos no Plano Diretor. Já a imposição de PEUC, IPTU Progressivo e Desapropriação somente poderá ocorrer na área delimitada no Mapa 6.



LEGENDA

Áreas sujeitas à incidência do Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios, IPTU progressivo no tempo e desapropriação com títulos da dívida pública

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Rodovia Federal
 - Estradas de Ligação Intermunicipal
 - Estradas Municipais
 - Contorno Rodoviário Projetado
 - Hidrografia
 - Quadras
 - Perímetro Urbano
- ESCALA 1:20.000
- 500 0 500 1000 m

Datum: SIRGAS 2000 | Projeção: UTM 22 S
 Base Cartográfica: AGUASPARANA (2011); ITCG (2019); DNIT (2018); PARAMACIDADE (2019); PMBS (s/d)
 Fontes: FUNPAR (2020); IBGE (2015); ITCG (2019); PARAMACIDADE (2020); PMBS (2008)

MAPA 06

INCIDÊNCIA PEUC, IPTU PROGRESSIVO E DESAPROPRIAÇÃO



Para a aplicação dos instrumentos urbanísticos citados, propomos os seguintes parâmetros, condizentes com as diretrizes da Lei Federal do Estatuto da Cidade e com as características de Bocaiúva do Sul.

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA	CRITÉRIOS GENÉRICOS	CRITÉRIOS ESPECÍFICOS
	Atender às diretrizes gerais estabelecidas pelo Plano Diretor Preservar o patrimônio ambiental e sociocultural do Município Promover o desenvolvimento socioeconômico do Município	Atender ao coeficiente de aproveitamento mínimo do terreno

PEUC	Imposição da obrigação de Parcelar, Edificar ou Utilizar para os terrenos localizados em área específica que não cumpram uma função social
-------------	--

IPTU PROGRESSIVO	Nos terrenos onde foi imposto o PEUC, passar à majoração progressiva do IPTU no percentual de 5% ao ano, considerado o limite de aumento de 15%
-------------------------	---

DESAPROPRIAÇÃO	Nos terrenos onde foi imposto o PEUC, após cinco anos de cobrança do IPTU Progressivo, poderá ser imposta a desapropriação do terreno com pagamento em títulos da dívida pública.
-----------------------	---

3.2. CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO

O Consórcio Imobiliário é um instrumento urbanístico onde o proprietário de um terreno convida o Município a se associar em empreitada específica para viabilizar um dos seguintes objetivos:

- Plano de Urbanização;
- Regularização Fundiária;
- Construção, Reforma ou Conservação de Imóvel.

Através do Consórcio Imobiliário, o proprietário transfere ao Poder Público Municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas, ficando as demais unidades incorporadas ao patrimônio público (art. 46 da Lei Federal do Estatuto da Cidade). O proprietário do imóvel também pode receber um valor pecuniário pela valorização do imóvel, podendo a forma de remuneração ser detalhada em contrato específico com o Município.

Importante destacar que o Consórcio Imobiliário é uma faculdade do Município, que poderá negar ou aceitar a proposta sempre com fundamento no interesse público.

Apesar de não fazer parte do conteúdo mínimo exigido para os planos diretores, o Consórcio Imobiliário é um instrumento importante para auxiliar no cumprimento da função social de terrenos vazios ou subutilizados e também para regularizar terrenos ocupados irregularmente.

O Instrumento já está previsto na lei vigente do Plano Diretor de Bocaiúva mas está restrito à produção de “loteamentos ou empreendimentos habitacionais de interesse social” (art. 26 da Lei do



PDBS). Esta nova proposta pretende expandir a possibilidade do Consórcio Imobiliários para todos os terrenos localizados na área urbana, lembrando que esta é uma faculdade do Poder Público que não será obrigado a aceitar todas as propostas de consórcio.

A expansão da possibilidade de Consórcio Imobiliário para além da produção de moradias de interesse social justifica-se nos casos em que o proprietário de um terreno vazio ou subutilizado não tem condições de investir no mesmo e realizar as obras necessárias ao cumprimento de uma função social, geralmente a edificação para fins de moradia, comércio ou serviços (não necessariamente habitação de interesse social).

Conforme apontado no subcapítulo sobre a função social da propriedade, IPTU Progressivo e PEUC, a Análise Temática Integrada do Município indicou que há uma séria de terrenos vazios ou ociosos que poderiam ser melhor ocupados, talvez, lançando mão de Consórcios Imobiliários. Esta proposta também está alinhada com os Eixos Estratégicos de Desenvolvimento da Economia Urbana; Promoção de Moradia Digna e Regularização Fundiária.

3.3. ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

O Instrumento Urbanístico do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) já está previsto na legislação do plano diretor vigente, porém, o instrumento não é aplicável por falta de regulamentação específica que indique quais empreendimentos estão sujeitos à realização do Estudo:

Art. 34. O Estudo de Impacto de Vizinhança deverá ser apresentado para obtenção das licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento de empreendimentos de impacto, públicos e privados, localizados na Área Urbana e na Área Rural, sem prejuízo de outros dispositivos de licenciamento requeridos pela legislação ambiental.

§1º. Os empreendimentos de impacto são construções ou alterações de uso de edificações existentes que possam causar alterações no ambiente natural ou construído.

§2º. São considerados empreendimentos de impacto os polos geradores de tráfego, de ruído e de risco, conforme previsão na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal (Lei do Plano Diretor – 269/2008).

Conforme mencionado anteriormente, a indicação dos polos geradores de tráfego, ruído e risco mencionados na lei acima não foi feita. Há uma única menção sobre EIV no art. 16 §5 da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo para os casos de ampliação de atividades industriais irregulares. Segundo informações dos técnicos da Prefeitura, esta previsão foi incluída para tratar de um caso específico mas o EIV nunca foi levado adiante.

O EIV não faz parte do conteúdo mínimo exigido pela legislação federal para os planos diretores, mas é um instrumento essencial para aumentar o controle do Município sobre os processos de implantação e operação de atividades com potencial de impacto sobre a vizinhança.

A Análise Temática Integrada do Município deixou claro que a Prefeitura não tem exercido o controle devido sobre os processos de uso e ocupação do solo, havendo diversos empreendimentos e atividades que foram consolidados de forma irregular. O risco de prejuízo ao Município é ainda maior quando consideramos o descontrole sobre a implantação de atividades com médio/grande potencial de risco, que deveriam estar sujeitas a estudos específicos como o EIV.

Tendo em vista que os Eixos Estratégicos de Desenvolvimento da Economia Urbana e Desenvolvimento Sustentável Rural Integrado propõem a atração de novos negócios para o Município de Bocaiúva, é importante que a Prefeitura disponha do instrumento do EIV para avaliar e reduzir os impactos negativos sobre o território municipal.

Percebe-se então que a proposta de regulamentação do EIV está de acordo com a Avaliação Integrada do Município que percebeu o descontrole da Prefeitura sobre os processos de uso e ocupação do solo e também está alinhada com as propostas dos Eixos Estratégicos de Desenvolvimento para atrair novos negócios para o meio urbano e rural.

A proposta de exigência de Estudo de Impacto de Vizinhança pela Prefeitura de Bocaiúva do Sul considera os seguintes aspectos:

- **Atração de Novos Negócios:** é comum a percepção de que o EIV irá dificultar a atração de novos negócios uma vez que traz novos custos e exigências. Esta percepção está equivocada. Quando não há regulamentação específica, é realizada uma “negociação informal” entre os empresários e representantes públicos, o que gera uma série de inseguranças quanto aos benefícios e obrigações acordadas. Por exemplo, é comum encontrar projetos que foram descartados “por não terem sido negociados nesta gestão”. Ao estabelecer um processo claro e transparente, com parâmetros de análise definidos em lei, a regulamentação do EIV traz segurança para os empresários e também para a população de Bocaiúva que poderá acompanhar o processo;
- **Capacidade de Análise dos Estudos:** a Análise Temática Integrada do Município apontou uma carência de profissionais habilitados na Prefeitura para orientar a elaboração e análise dos EIV. Inicialmente, foi sugerido que o corpo técnico da Prefeitura elaborasse um termo de referência específico para o EIV de cada atividade, considerando as características de cada negócio e cada empreendedor. Isto demandaria maior empenho e conhecimento por parte dos técnicos da Prefeitura e poderia inviabilizar a aplicação do instrumento. Considerando esta dificuldade, a proposta foi revisada para que os empreendedores apresentem uma proposta de elaboração do Estudo, com justificativas técnicas e assinada por profissional legalmente responsável, cabendo à Prefeitura apenas avaliar se a proposta atende ao interesse público e orientar o processo de elaboração e análise do mesmo.
- **Lista de Atividades Sujeitas ao EIV:** a lista de atividades sujeitas à elaboração do Estudo deverá ser elaborada em conjunto com os técnicos municipais e aprovada pela população, utilizando critérios que avaliem o potencial de impacto sobre a vizinhança. Mesmo com a lista de atividades específicas, também será mantida a possibilidade de a Prefeitura exigir o estudo para atividades não previstas, desde que a Prefeitura comprove o potencial de impacto das mesmas.
- **Sobreposição com Estudos de Impacto Ambiental:** é importante destacar que o EIV não substitui os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) exigidos pelo Governo Estadual. Apesar de ser um estudo independente, O EIV deverá considerar as exigências do processo de licenciamento ambiental de forma a não exigir estudos repetitivos que sobrecarreguem os empreendedores.

A regulamentação do processo administrativo para exigência, elaboração e análise dos EIV será apresentada junto com a proposta de minuta de lei do instrumento, uma vez que esta proposta seja aprovada pelo Município e pela Comunidade.



3.4. DIREITO DE PREEMPÇÃO OU PREFERÊNCIA

O Direito de Preempção também denominado Direito de Preferência já está previsto na Lei do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul (Lei Municipal 269/2008)

Art. 30. O Poder Público municipal poderá exercer o direito de preempção para aquisição de imóvel urbano, objeto de alienação onerosa entre particulares, em áreas previamente delimitadas por lei específica.

Art. 31. O direito de preempção será exercido sempre que o município necessitar de áreas para:

I. regularização fundiária;

II. execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

III. constituição de reserva fundiária;

IV. ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

V. implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

VI. criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

VII. criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

VIII. proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Art. 32. As condições relativas à aplicação do direito de preempção serão estabelecidas em Lei Municipal específica, que definirá:

I. os procedimentos a serem aplicados;

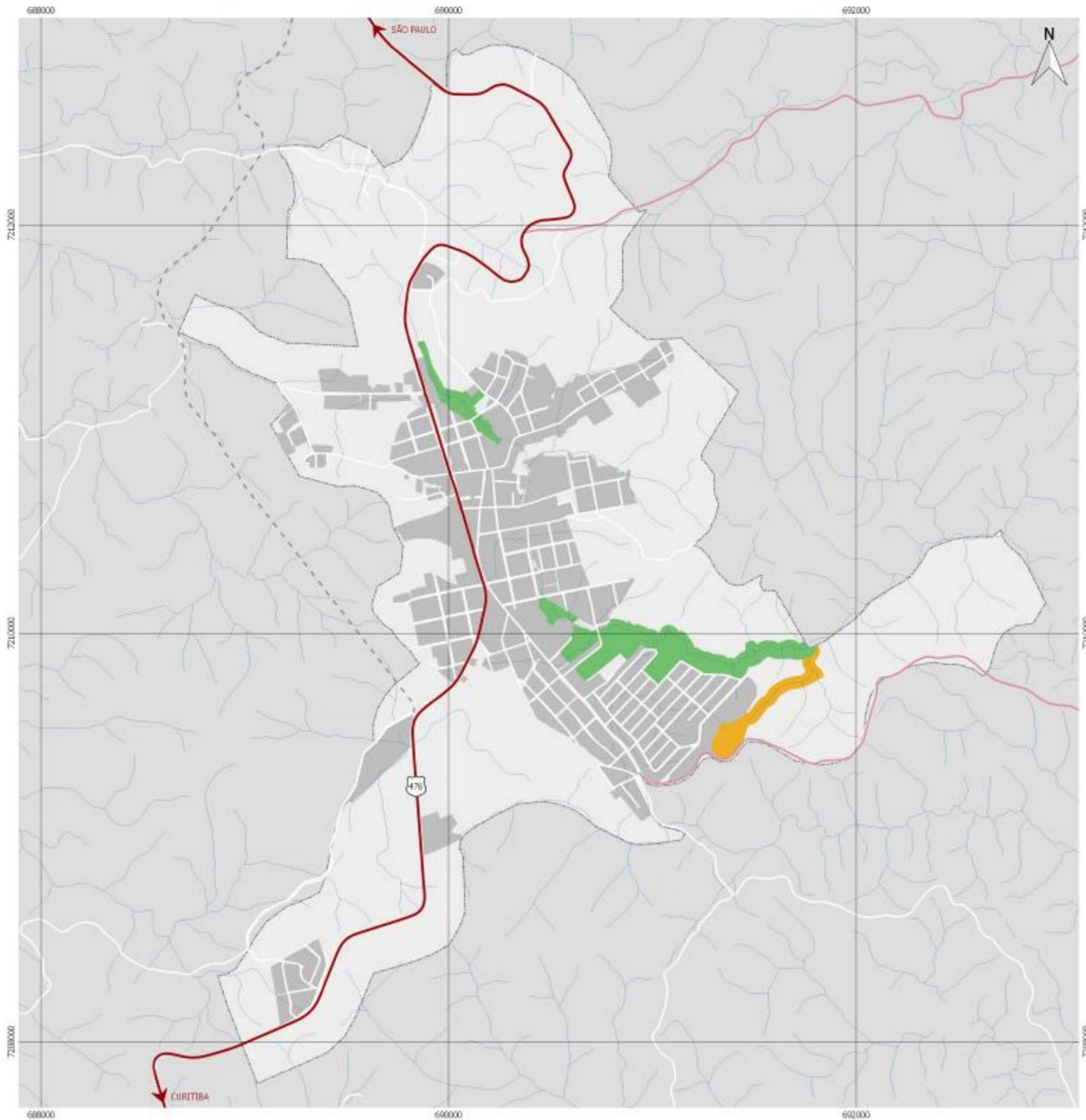
II. as áreas em que incidirá o direito de preempção, bem como sua vinculação a uma ou mais das finalidades previstas nos incisos do Art. 31;

III. prazo de vigência não superior a 05 anos, renovável a partir de 01 ano após o decurso do prazo inicial de vigência.

A presente proposta mantém as diretrizes supracitadas e também o processo de demarcação das áreas previsto na Lei Municipal 539/2012, acrescentando apenas um mapa com a indicação de novas áreas onde deverá ser aplicado o Direito de Preferência do Município para compra de terrenos privados.

A sugestão de novas áreas para aplicação do instrumento é fundamenta pelos resultados da Análise Temática Integrada que apontaram carência de áreas públicas para produção de moradia de interesse social também a carência de áreas para a implementação de equipamentos de lazer e recreação com parques e praças.

Os Eixos de Desenvolvimento Estratégico de Promoção da Moradia Digna e Regularização Fundiária e de Qualificação do Espaço Urbano e Serviços Sociais reforçam esta proposta ao ressaltarem a necessidade de novas áreas públicas. Com base nestas referências, sugere-se a aplicação do Direito de Preferência sobre os terrenos marcados no Mapa 7.



LEGENDA

Áreas sujeitas à incidência do direito de preempção

- Zona Potencial de Parque
- Zona Residencial de Média Densidade

Implantação de espaços públicos de lazer, áreas de interesse ambiental, unidades de conservação e proteção de áreas de interesse paisagístico e cultural.

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Rodovia Federal
- Estradas de Ligação Intermunicipal
- Estradas Municipais
- Contorno Rodoviário Projetado
- Hidrografia
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal de Bocaiúva do Sul
- Quadras

ESCALA 1:20.000



Datum: SIRGAS 2000 | Projecção: UTM 22 S
 Base Cartográfica: AGUASPARANA (2011); ITCG (2019); DNIT (2018); PARANACIDADE (2019); PMBS (s/d)
 Fontes: FUNPAR (2020); IBGE (2015); ITCG (2019); PARANACIDADE (2020); PMBS (2008).

INCIDÊNCIA DOS DIREITOS DE PREEMPÇÃO



3.5. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DIREITO A MORADIA

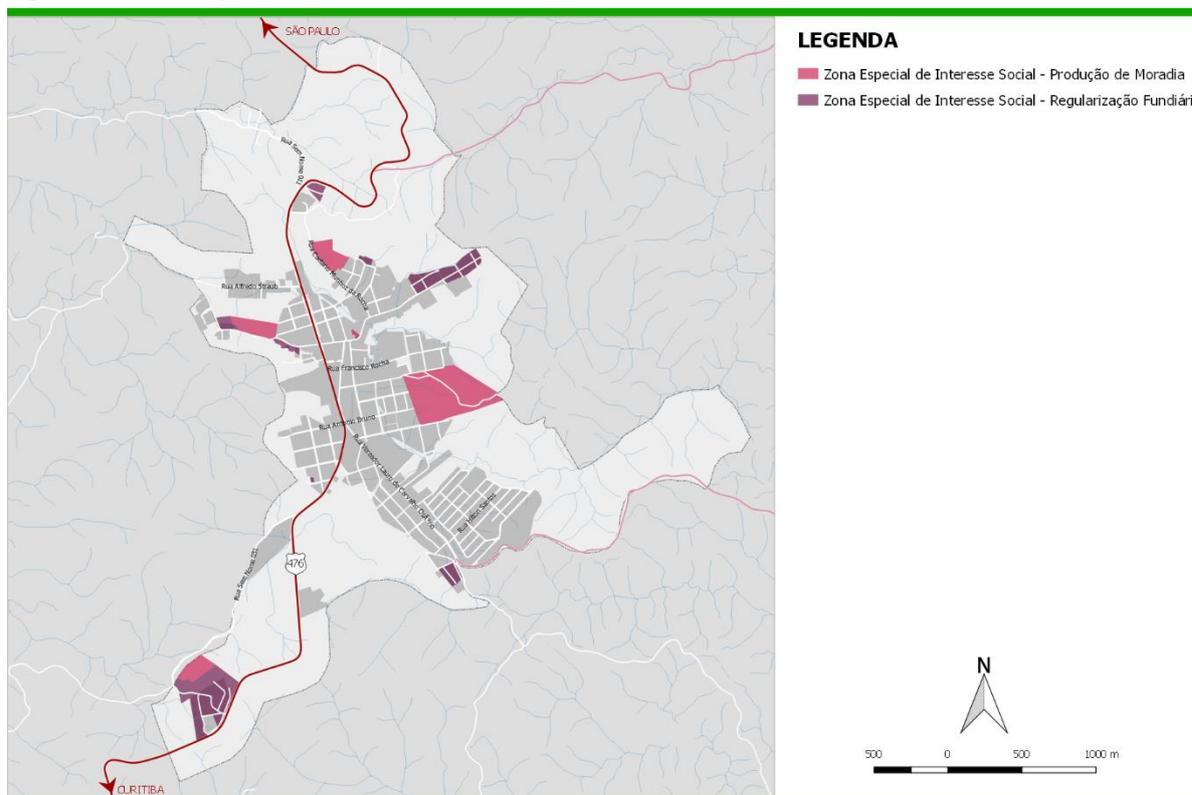
Este subcapítulo concentra os instrumentos relacionados à Regularização Fundiária e ao Direito à Moradia. Alguns dos instrumentos indicados já estavam previstos na legislação do Plano Diretor de Bocaiúva e sofreram alterações, como a indicação de Zonas e Especial Interesse Social (ZEIS) e outros instrumentos são novos no ordenamento jurídico municipal como a Concessão Especial de Uso para Fins de Moradia (CUEM).

Zonas de Especial Interesse Social - ZEIS: as ZEIS são um instrumento voltado para a produção e regularização de moradias de interesse social. Sua principal função é flexibilizar parâmetros de uso e ocupação do solo para permitir maiores densidades populacionais (moradias menores em maior quantidade) ou para permitir a regularização de áreas ocupadas irregularmente por famílias de baixa renda.

Outro aspecto importante das ZEIS é a viabilização de empreendimentos de interesse social. As linhas de financiamento de programas federais e estaduais voltados à produção de moradias populares exigem que os empreendimentos estejam localizados em ZEIS, o que reforça a importância do instrumento.

As novas propostas de localização das ZEIS estão detalhadas no capítulo das propostas sobre uso e ocupação do solo (item 2.2) e podem ser conferidas na Figura 10.

Figura 10: Zonas Especiais de Interesse Social.



Fonte: Funpar, 2020.

Concessão Especial de Uso para Fins de Moradia – CUEM: este instrumento está previsto no rol de instrumentos urbanísticos listados no art. 4º da Lei Federal do Estatuto da Cidade, porém, o capítulo específico que tratava dos detalhes para a aplicação do instrumento foi vetado pelo pela Presidência no momento de aprovação da Lei (artigos 15 a 20).

Recentemente a Lei Federal 13.465/2017, conhecida como Lei da Reurb, retomou o tema da CUEM e trouxe mais detalhes e segurança jurídica para sua aplicação. De maneira resumida, ficou esclarecido que a CUEM poderá ser concedida sobre imóveis públicos e poderá inclusive ser exigida pelos ocupantes quando forem cumpridos alguns pré-requisitos:

Art. 15. Poderão ser empregados, no âmbito da Reurb, sem prejuízo de outros que se apresentem adequados, os seguintes institutos jurídicos:

(...)

XII - a concessão de uso especial para fins de moradia;

Art. 77. A Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Aquele que, até 22 de dezembro de 2016, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área com características e finalidade urbanas, e que o utilize para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

“Art. 2º Nos imóveis de que trata o art. 1º, com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupados até 22 de dezembro de 2016, por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor, a concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma coletiva, desde que os possuidores não sejam proprietários ou concessionários, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

Percebe-se então que a CUEM pode ser concedida como instrumentos temporário para garantir o direito à moradia sobre terras públicas, assim como pode ser exigida pelos ocupantes que preencham os requisitos do usucapião urbano. Na medida em que é vetada a aquisição do domínio pleno sobre as terras públicas por meio de usucapião, a CUEM é um dos instrumentos hábeis para a regularização fundiária das terras públicas informalmente ocupadas pela população de baixa-renda. Este é um instrumento importante para formalizar a situação dos chamados ‘comodatos’, prática comum em Bocaiúva do Sul.

Programas de Regularização Fundiária Urbana – REURB: a Análise Temática Integrada das condições de uso e ocupação do solo em Bocaiúva demonstrou que há uma grande quantidade de áreas ocupadas irregularmente no Município, tanto por famílias de baixa renda como por famílias de média/alta renda.

O controle sobre novos processos de uso e ocupação do solo é essencial para evitar novas ocupações irregulares e garantir a segurança jurídica, eficiência e sustentabilidade destes processos, porém, há muitas áreas ocupadas irregularmente que já estão consolidadas e não deverão ser removidas, cabendo ao Poder Público promover sua regularização.

Os planos e projetos de regularização fundiária são conhecidos e aplicados há bastante tempo pelas administrações municipais, mas recentemente, a Lei Federal 13.465/2017 conhecida como Lei da



Reurb, organizou diversos dispositivos legais sobre o tema e trouxe novas perspectivas para a regularização fundiária:

Art. 9º Ficam instituídas no território nacional normas gerais e procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana (Reurb), a qual abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.

§ 1º Os poderes públicos formularão e desenvolverão no espaço urbano as políticas de suas competências de acordo com os princípios de sustentabilidade econômica, social e ambiental e ordenação territorial, buscando a ocupação do solo de maneira eficiente, combinando seu uso de forma funcional.

§ 2º A Reurb promovida mediante legitimação fundiária somente poderá ser aplicada para os núcleos urbanos informais comprovadamente existentes, na forma desta Lei, até 22 de dezembro de 2016.

Art. 10. Constituem objetivos da Reurb, a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

I - identificar os núcleos urbanos informais que devam ser regularizados, organizá-los e assegurar a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar as condições urbanísticas e ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior;

II - criar unidades imobiliárias compatíveis com o ordenamento territorial urbano e constituir sobre elas direitos reais em favor dos seus ocupantes;

III - ampliar o acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, de modo a priorizar a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais regularizados;

IV - promover a integração social e a geração de emprego e renda;

V - estimular a resolução extrajudicial de conflitos, em reforço à consensualidade e à cooperação entre Estado e sociedade;

VI - garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas;

VII - garantir a efetivação da função social da propriedade;

VIII - ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes;

IX - concretizar o princípio constitucional da eficiência na ocupação e no uso do solo;

X - prevenir e desestimular a formação de novos núcleos urbanos informais;

XI - conceder direitos reais, preferencialmente em nome da mulher;

XII - franquear participação dos interessados nas etapas do processo de regularização fundiária.

A leitura dos objetivos gerais da Reurb deixa claro que o processo tem um escopo bastante amplo, e para alcançar seus objetivos lança mão de diversos instrumentos urbanísticos e jurídicos:

I - a legitimação fundiária e a legitimação de posse, nos termos desta Lei;

II - a usucapião;

III - a desapropriação em favor dos possuidor;

IV - a arrecadação de bem vago;

V - o consórcio imobiliário;

VI - a desapropriação por interesse social;

VII - o direito de preempção;

VIII - a transferência do direito de construir;

IX - a requisição, em caso de perigo público iminente;

X - a intervenção do poder público em parcelamento clandestino ou irregular;

XI - a alienação de imóvel pela administração pública diretamente para seu detentor;

XII - a concessão de uso especial para fins de moradia;

XIII - a concessão de direito real de uso;

XIV - a doação;

XV - a compra e venda.

Pode-se afirmar que a Lei da Reurb veio para identificar e organizar diversos instrumentos existentes voltados para a regularização fundiária, muitos dos quais eram mencionados em leis esparsas e não mantinham relação direta com o direito à moradia.

Além da compilação de instrumentos já existentes, a Lei da Reurb também trouxe algumas novidades, entre as quais destacam-se a separação e qualificação dos processos de regularização de interesse social e de interesse específico:

Art. 13. A Reurb compreende duas modalidades:

I - Reurb de Interesse Social (Reurb-S) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal; e

II - Reurb de Interesse Específico (Reurb-E) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese de que trata o inciso I deste artigo.

A Reurb-S traz uma série de benefícios fiscais e facilidades para a concessão de títulos de uso e registro de imóveis. Já a Reurb—E trata de ocupações por famílias de média/alta renda e impõe maiores responsabilidades aos ocupantes.

Outra novidade importante trazida pela Lei da Reurb é a possibilidade dos ocupantes promoverem seus próprios processos de regularização fundiária e somente solicitarem a homologação pelo poder público. Importante ressaltar que o Município poderá vetar as propostas de regularização uma vez que ele mantém a competência constitucional de ordenar o uso e ocupação do solo em seu território, porém, a negativa deverá ter fundamentação técnica substancial para negar o direito à regularização e principalmente o direito à moradia.

A Lei Federal da REURB é aplicável nos municípios e dispensa uma regulamentação em nível municipal, porém, há aspectos conceituais que precisam ser definidos pelo Município para a aplicação de fato da lei. A definição do conceito de “áreas urbanas consolidadas” é um dos aspectos que deverão ser definidos pelos Municípios, através de normas próprias.

Também cabe destacar que, considerando as especificidades geoambientais do território de Bocaiúva do Sul, a aplicação da reurb e dos instrumentos de regularização fundiária deve obedecer as regras de uso e ocupação do solo das áreas de mananciais, bem como os procedimentos de aprovação no âmbito da Comec, Câmara Técnica do Karst e Conselho Gestor dos Mananciais.

Frente a todo o exposto, sugere-se enquanto proposta vinculada aos instrumentos urbanísticos a proposição de uma lei específica para orientar os processos de regularização fundiária em Bocaiúva do Sul, considerando as diretrizes da Lei Federal da Reurb e a definição dos conceitos necessários à sua



aplicação de acordo com a Avaliação Temática Integrada e os Eixos Estratégicos de Desenvolvimento elaborados neste processo de revisão do Plano Diretor.

4. CONSULTA PÚBLICA

Como pode ser observado no Plano de Trabalho, havia sido previsto mais uma rodada de oficinas comunitárias para a fase de diretrizes e propostas. No entanto, esta fase coincidiu com o período mais intenso da pandemia do Covid-19 na região metropolitana, levando à necessidade de se buscar soluções alternativas de participação, no sentido de manter o grupo de acompanhamento e a população mobilizadas para a revisão do PDBS. Nesta perspectiva, apoiando-se no sucesso do inquérito por questionário realizado durante a Análise Temática Integrada, propôs-se a realização de uma consulta pública para priorização das estratégias e ações concebidas para a revisão do Plano, utilizando-se um método denominado Delphi. O método consiste na aplicação sucessiva de questionários a um grupo de atores relacionados às questões tratadas pelo PDBS, com o intuito de se aproximar ao consenso em torno das propostas submetidas ao público (ver Anexo 03). No caso desta Consulta, foram realizadas duas rodadas, entendendo-se suficientes pelo baixo índice de discordância dos resultados iniciais na segunda rodada.

Considerando o papel que desempenham em segmentos econômicos e sociais relevantes para o município, a lista dos atores locais foi definida em uma ação conjunta entre a Equipe Técnica Municipal, o Grupo de Acompanhamento, a Câmara dos Vereadores e a Equipe de Consultoria. O questionário aplicado pode ser observado no Anexo 03, merecendo ser destacado que o inquérito foi realizado na sua forma digital e interativa, online.

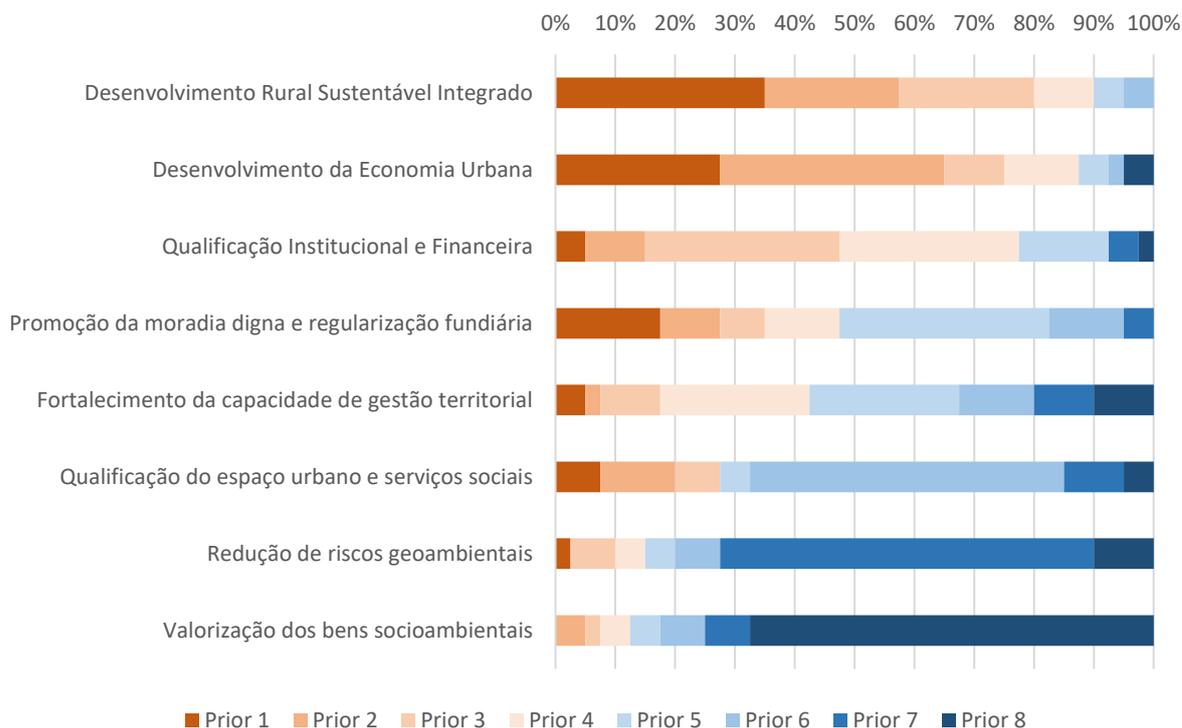
Vale lembrar que os Eixos Estratégicos e as ações propostas foram resultado dos debates realizados entre Equipe Técnica Municipal, Grupo de Acompanhamento e Equipe Técnica Municipal. A convite do poder executivo, a Câmara dos Vereadores também participou da elaboração da proposta apresentada na Consulta Pública.

No que se refere aos resultados da consulta aos atores locais, é possível constatar que são convergentes com os eixos estratégicos e ações prioritárias previamente definidos. Ou seja, pelo Método Delphi, os atores locais sancionaram esses eixos e as ações, além de realizarem sugestões majoritariamente abrangidas pela proposta, que serão objeto de análise no final deste tópico (Quadro 7).

O primeiro resultado a ser realçado é a escala de prioridade dos eixos estratégicos, conforme pode ser observado na Figura 11. Dos oito eixos, destacam-se os relacionados ao desenvolvimento econômico, que apresentam escores de pontuação acima de 255 e mais de 60% das respostas com prioridade 1 e 2. Em contrapartida, os eixos relacionados às questões ambientais apresentam escores 80 e 107, com mais de 60% das respostas classificando-os como nas duas últimas prioridades.

Cabe destacar que o cenário desejável de Bocaiúva do Sul está calcado na articulação entre o desenvolvimento econômico e a valorização dos bens socioambientais, pois grande parte do potencial econômico do município depende da preservação ambiental e cultural, seja pela atividade turística, pela conservação dos recursos hídricos e até pela atração de empreendimentos que se propõe à responsabilidade ambiental em sua visão. Além disso, considera-se a Estratégia de Redução de Riscos Socioambientais de alta prioridade, tendo em vista que os acidentes geológicos podem causar risco de morte para a população. Nesse sentido, sugere-se que as estratégias ambientais sejam tratadas com a mesma importância das estratégias de desenvolvimento econômico.

Figura 11: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais aos 8 eixos estratégicos definidos para o PDBS.



Fonte: Funpar, 2020.

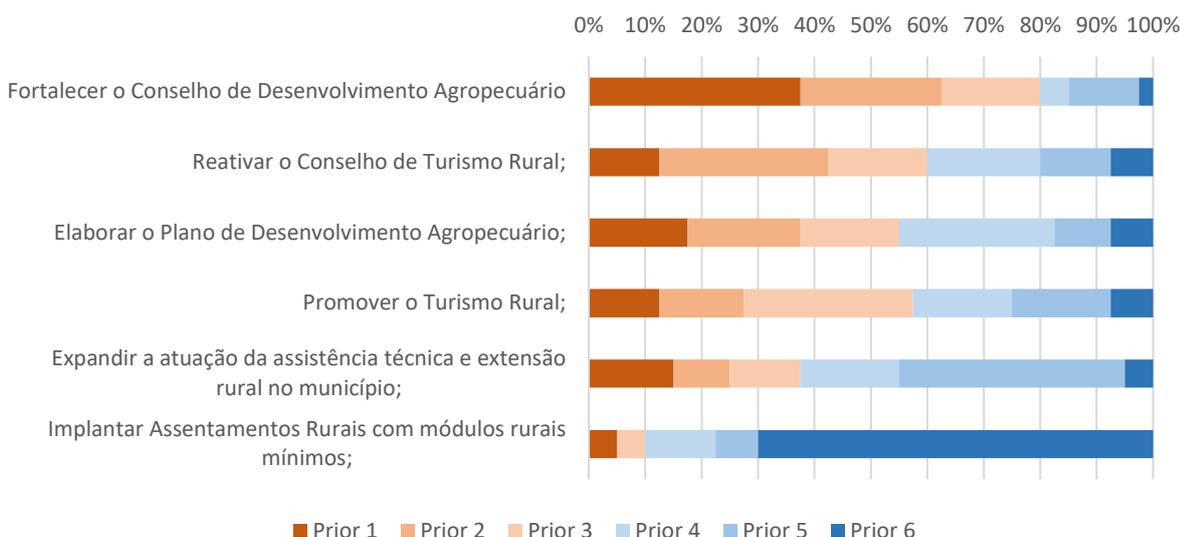
Por meio do Método Delphi, a consulta aos atores locais procurou também estabelecer escores de prioridades para o conjunto das ações pertinentes a cada um dos oito eixos estratégicos, apresentados a seguir.

Conforme se verifica na Figura 12, as ações relacionadas ao Conselho de Desenvolvimento Agropecuário foram consideradas prioritárias, mostrando a demanda por instâncias participativas de governança. Em terceiro lugar ficou classificado a elaboração do Plano de Desenvolvimento Agropecuário, promovendo uma configuração interessante para a implementação deste eixo: o Plano de Desenvolvimento agropecuário pode ser realizado no âmbito do Conselho, que por sua vez é essencial para sua implementação.

A promoção do turismo rural fica em 4ª prioridade pela pontuação dos escores, entretanto, sua importância aparece no fato de quase 60% dos partícipes considerarem esta ação entre as 3 primeiras prioridades.

Em última colocação fica a ação sobre a implantação de assentamentos com módulos rurais mínimos, que apresenta 70% de respostas como prioridade 6, destacando-se do restante das ações.

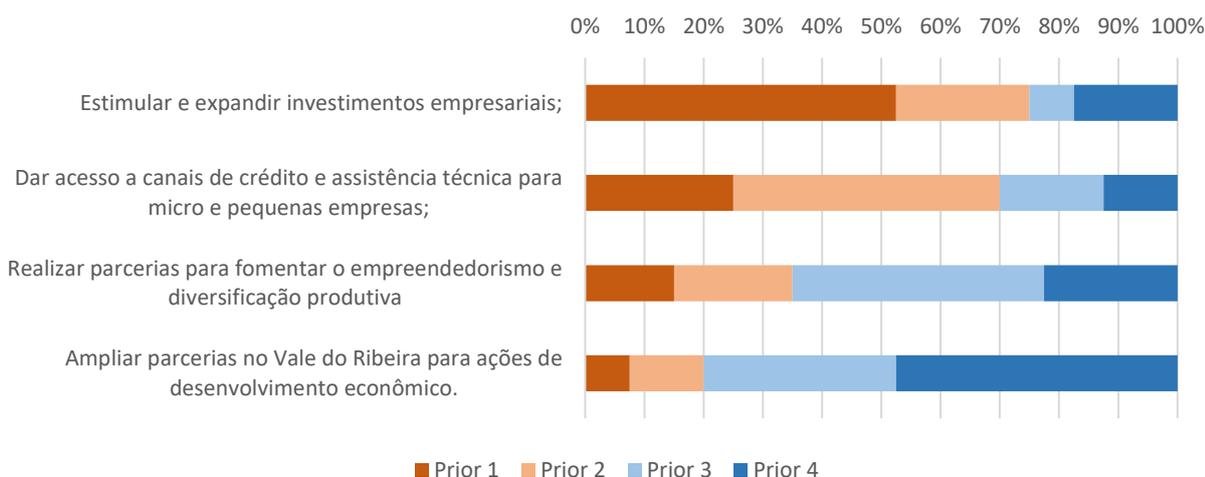
Figura 12: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao eixo “Desenvolvimento Rural Integrado”.



Funpar, 2020.

Com relação ao eixo estratégico “Desenvolvimento da Economia Urbana”, as ações para estimular e expandir investimentos empresariais e dar acesso a canais de crédito e assistência técnicas para micro e pequenas empresas tiveram escores significativamente mais altos que o restante das ações. Analisando-se as respostas, conforme Figura 13, observa-se que mais de 50% dos respondentes apontaram a ação sobre a expansão dos investimentos empresariais como prioridade 1. Cabe ressaltar que a ação para realizar parcerias para fomentar o empreendedorismo, colocada como terceira prioridade, articula-se com a ação da segunda prioridade, pois o crédito é facilitado pela assistência técnica, que pode ser providenciada por parceria como Sebrae, por meio do programa Cidade Empreendedora.

Figura 13: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao eixo “Desenvolvimento da Economia Urbana”.

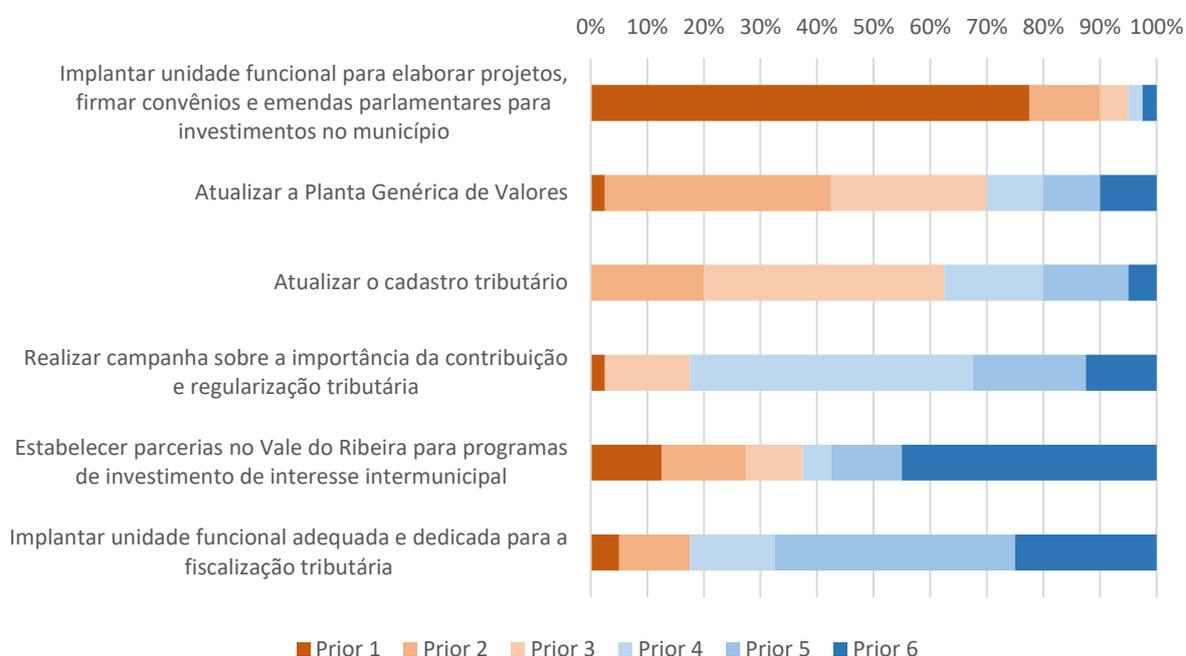


Fonte: Funpar, 2020.

A estratégia de Qualificação Institucional e Financeira apresenta 6 ações, das quais a voltada para a captação de recursos para investimentos públicos apresenta um escore que desponta em relação as

demais ações (223, enquanto a segunda prioridade possui escore 154). Também se percebe na Figura 14 que quase 80% dos respondentes a consideram prioridade máxima. Este resultado condiz com a análise realizada pela equipe consultora, pois a implantação do PDBS e outras ações para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos depende de recursos que estão disponíveis na esfera estadual e federal, mas não são captados por falta de estrutura de planejamento e de pessoal especializado para realização dos projetos necessários para a captação. Também foi apontado na Análise Temática Integrada que a arrecadação municipal é muito baixa e, nesse sentido, as ações de atualização da planta genérica de valores e do cadastro tributário, segunda e terceira prioridade respectivamente, configuram-se como o principal caminho para a solução deste problema. Ressalta-se que, apesar de ter sido considerada última prioridade, a ação relacionada à fiscalização é diretamente articulada às ações citadas anteriormente, sendo necessária para que o recolhimento da tributação se efetive. O aumento da eficácia da fiscalização, por si só, poderia resultar no incremento da arrecadação.

Figura 14: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao eixo “Qualificação Institucional e Financeira”.



Fonte: Funpar, 2020.

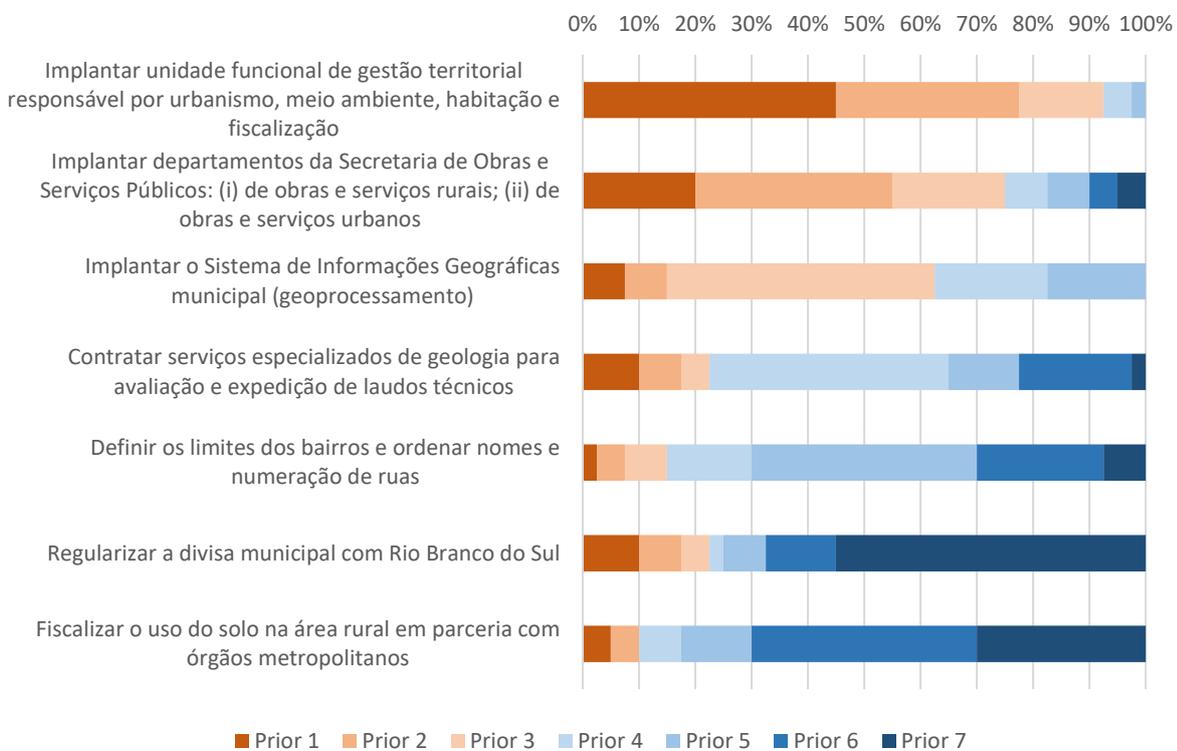
O eixo de Fortalecimento da Capacidade de Gestão Territorial apresentou 7 ações para consulta pública no que tange ao fortalecimento da gestão territorial, sendo divididas em dois programas conforme item 1.2. Dentre elas, ganha destaque a ação de implantar unidade funcional de gestão territorial, com cerca de 90% dos respondentes a classificando como prioridade máxima. O resultado se coaduna com a análise da consultoria, que aponta a necessidade de se formalizar o departamento de urbanismo, atribuindo a esta unidade diversas funções que atualmente são negligenciadas na estrutura organizacional da prefeitura, tais como planejamento e gestão urbana, mobilidade, habitação etc.

Durante oficina realizada no mês de agosto, os vereadores propuseram uma mudança na estrutura da atual Secretaria de Obras e Serviços Públicos, criando departamentos responsáveis pela manutenção da área rural e da área urbana. Como se verifica na Figura 15, esta proposta foi referendada pela consulta pública, figurando como segunda prioridade.

A ação que trata da contratação de serviços de geologia aparece com menos de 25% das respostas classificando-a nas três primeiras prioridades, entretanto, tendo em vista o impacto da fragilidade ambiental causada pelas formações cársticas na gestão territorial municipal, entende-se que esta ação é de alta prioridade. A contratação dos serviços de geologia possibilita maior autonomia ao município para decisões quanto ao aproveitamento do espaço urbano de Bocaiúva do Sul, que envolvem os órgãos estaduais e o Conselho Gestor dos Mananciais.

Apesar a ação de regularizar a divisa municipal com Rio Branco do Sul figurar em penúltima colocação, alerta-se para o fato de que a situação atual pode ocasionar insegurança jurídica para a administração municipal, sugerindo-se que seja executada com urgência. Esta ação não envolve custos significativos e pode ser implementada com a ajuda do poder legislativo municipal e da Comec, que já vem atuando em outros casos semelhantes na RMC.

Figura 15: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao eixo “Fortalecimento da Gestão Territorial”.

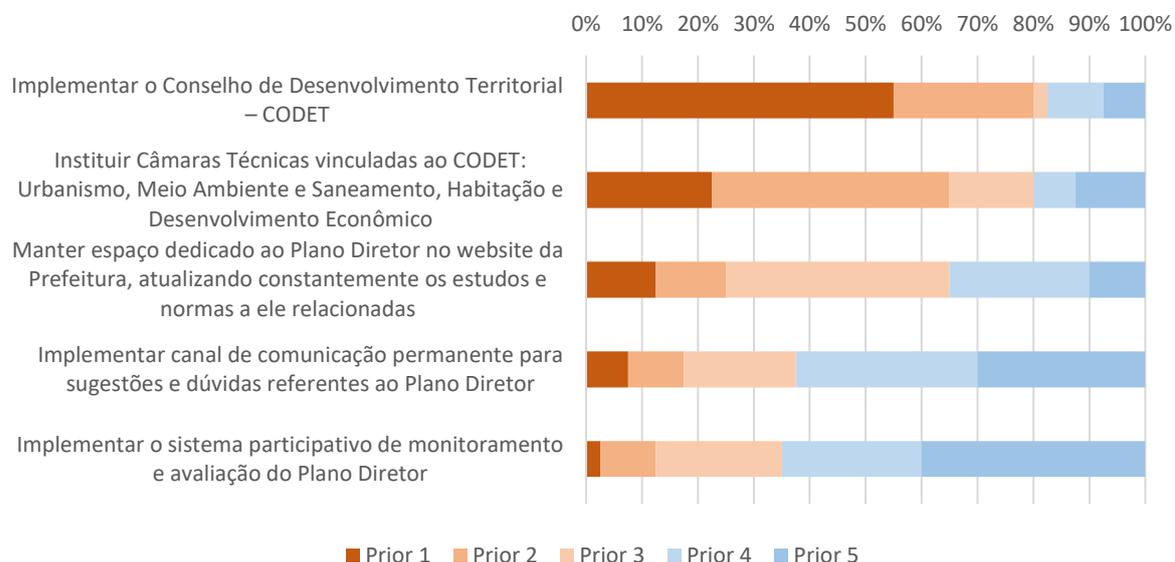


Fonte: Funpar, 2020.

Ainda como parte do Eixo Estratégico de Fortalecimento da Capacidade de Gestão Territorial, propõe-se uma série de ações voltadas à transparência e participação social. Apesar das respostas apresentarem uma variação de escores relativamente menor, quando comparado com as outras estratégias (diferença reduzida entre o escore da primeira e da última prioridade), percebe-se pela Figura 16 que a implementação do Conselho de Desenvolvimento Territorial foi classificada por cerca de 55% dos respondentes como de prioridade máxima, enquanto a implementação das Câmaras Técnicas se posiciona em segundo lugar na escala de prioridades. Tendo em conta que as duas ações são diretamente articuladas, o resultado evidencia a demanda por participação da sociedade civil nas decisões acerca do urbanismo, meio ambiente, saneamento e habitação. Além disso, a implantação do Conselho e das Câmaras Técnicas são essenciais para a efetivação das ações propostas pelo Plano Diretor e, nesse sentido, o resultado condiz com o entendimento da equipe técnica. Ressalta-se que

as demais ações propostas são de fácil implementação e também importantes para a consecução do PDDBS, em especial a ação que trata do sistema participativo de monitoramento e avaliação do Plano.

Figura 16: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao programa “Transparência e participação social”.



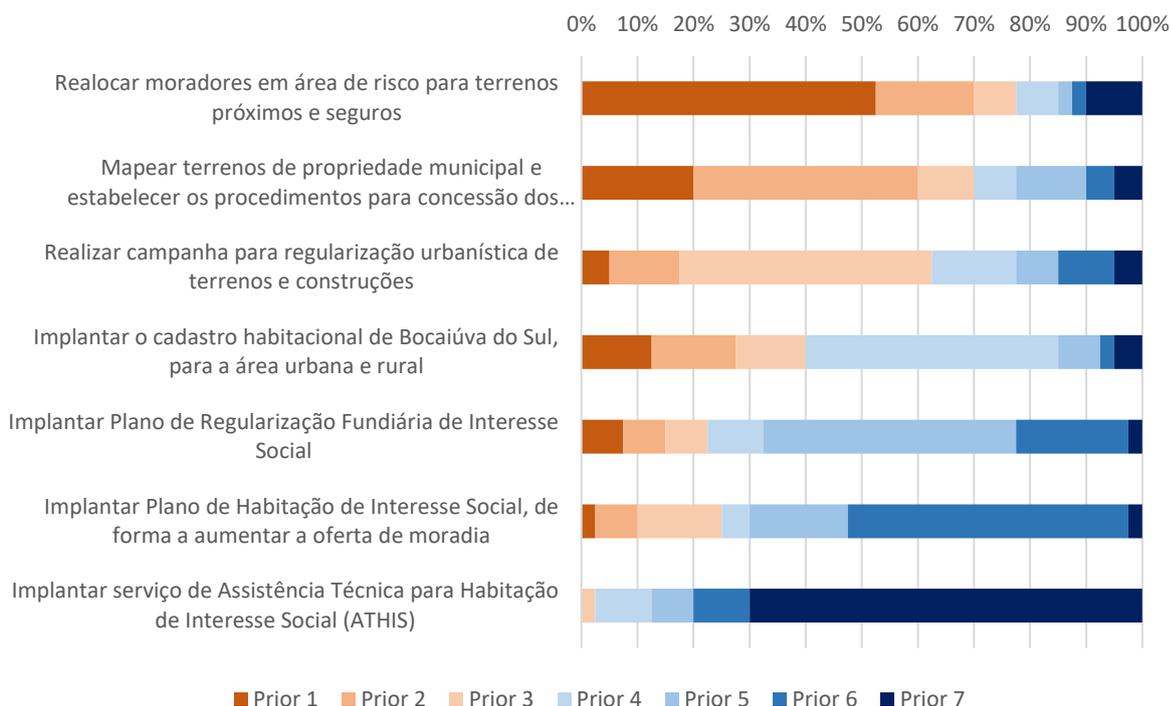
Fonte: Funpar, 2020.

Em seguida, os participantes foram questionados sobre o eixo de Promoção da moradia digna e regularização fundiária, com 7 ações, posteriormente divididas em três programas (ver item 1.2). Ressalta-se que a questão da irregularidade fundiária, tratado por este eixo, é apontada como uma das deficiências mais significativas de Bocaiúva do Sul. A ação para relocação das moradias em áreas de risco teve maior escore, condizente com a condição de emergência desta ação. Trata-se de relocar os moradores das áreas de alto risco geoambiental, apontadas por um estudo realizado pelo CPRM em 2015, bem como pelo estudo realizado para o diagnóstico da revisão do PDDBS, no primeiro semestre deste ano.

Também ganha destaque a ação de regularização dos ‘comodatados’, áreas públicas cedidas para particulares para fins de moradia, algumas delas em local de risco geoambiental.

As quatro ações subsequentes na escala de prioridades tratam da regularização fundiária e urbanística voltada especialmente para população de baixa renda, bem como de produção de novas moradias, ações apontadas pela síntese da ATI como de grande importância. Apesar de ter sido classificada como de menor prioridade, a ação de implantar serviço de assistência técnica para habitação é complementar às anteriores, pois é um serviço necessário para diminuição da irregularidade urbanística e dos riscos que a construção sem estrutura adequada pode oferecer especialmente nas características geológicas e geotécnicas de Bocaiúva do Sul.

Figura 17: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao eixo “Promoção de moradia digna e regularização fundiária”.



Fonte: Funpar, 2020.

O eixo estratégico de qualificação urbana e serviços sociais foi dividido em quatro programas, devido a sua complexidade e especificidades das ações relacionadas a cada serviço.

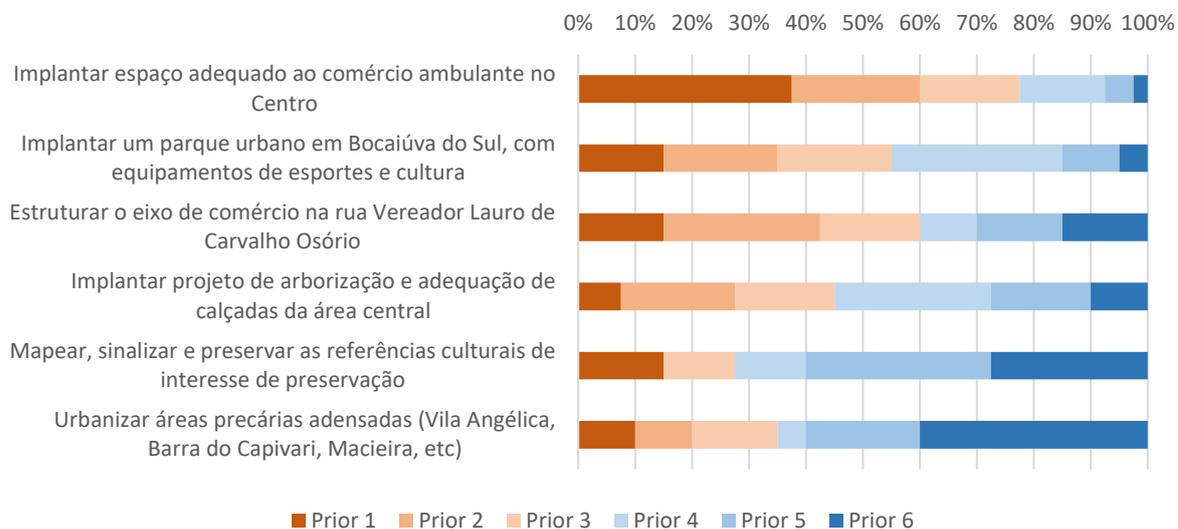
O primeiro programa trata da qualificação urbanística e paisagística, apresentando seis ações. Os escores atingidos para as ações são equilibrados, não havendo grande diferença entre a primeira e a última prioridade (186 e 106), demonstrando que todas as ações tem relativa importância para os participantes.

A implantação de um espaço adequando para o comércio ambulante figura na primeira colocação. Atualmente esse comércio, apesar de regulamentado na legislação, não possui estrutura adequada para seu funcionamento, estando localizado na faixa de domínio da BR-476, fato que induz a riscos aos comerciantes e usuários.

Como segunda prioridade aparece a implantação de um parque urbano, resultado condizente com as manifestações realizadas nos eventos participativos realizados até o momento. Atualmente a população utiliza intensamente o acostamento da BR 476 para fazer corridas e caminhadas, que também resulta em riscos de acidentes.

A ação de infraestruturar as áreas precárias adensadas ficou como última prioridades, entretanto, seguindo os princípios do Estatuto da Cidade, a melhoria urbanística destes bairros é de fundamental importância, e deve ser articulada às ações de regularização fundiária.

Figura 18: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao programa “Promoção de qualificação urbanística e paisagística”.



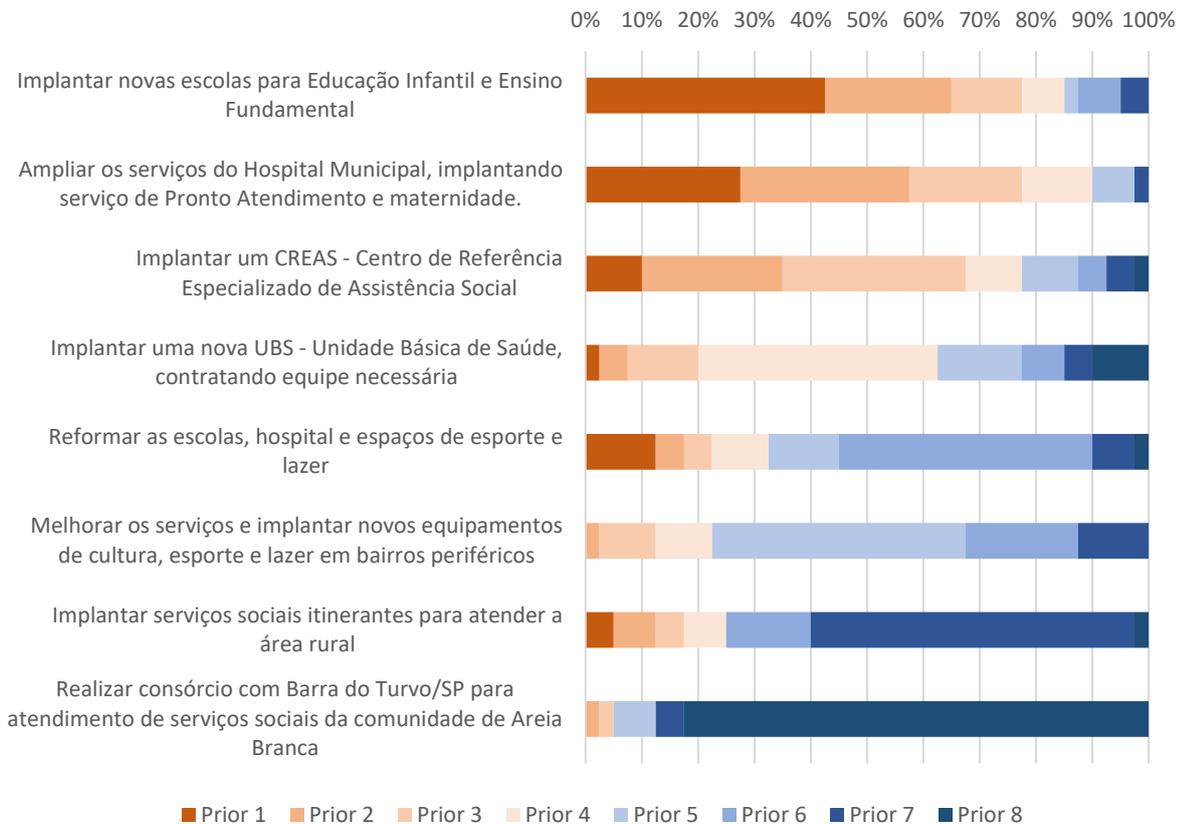
Fonte: Funpar, 2020.

No que diz respeito ao Programa de qualificação dos serviços sociais, percebe-se três grupos de ações, ao se analisar os escores produzidos pela consulta. O primeiro grupo, com escores acima de 220, engloba ações de implantação de novos equipamentos de educação e assistência social, bem como o incremento dos serviços do hospital.

O segundo grupo, com escores entre 120 e 180, trata basicamente de melhoria dos serviços e infraestruturas existentes, com exceção da implantação de uma nova Unidade Básica de Saúde.

Por fim, a ação referente ao atendimento da comunidade da Areia Branca por serviços sociais figura como última prioridade. Este resultado se deve, em grande parte, por ser uma ação pontual voltada a uma comunidade, entretanto, configura-se como uma questão importante a ser tratada pela municipalidade, tanto pelas obrigações frente aos direitos sociais dos moradores da Areia Branca, como pela necessidade de formalizar uma situação que já vem acontecendo, a utilização dos serviços de Barra do Turvo por cidadãos bocaiuenses.

Figura 19: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao programa “Qualificação dos serviços sociais”.



Fonte: Funpar, 2020.

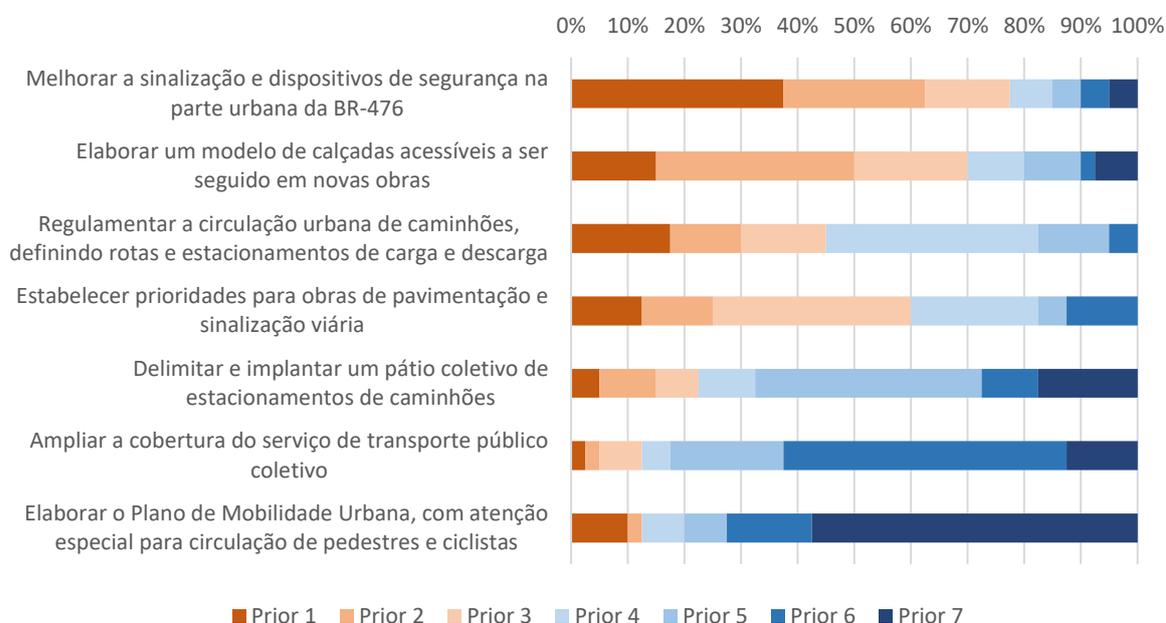
O Programa de qualificação da mobilidade urbana possui sete ações, sendo que as quatro primeiras prioridades possuem escores próximos, mostrando-se de grande importância para os respondentes. A primeira prioridade foi dada à melhoria da sinalização e dispositivos de segurança do trecho urbano da BR 476, ação que ganha importância pelo aumento do tráfego de caminhões nesta rodovia pela implantação de novos empreendimentos ao norte de Bocaiúva do Sul, e que necessitam de ligação com a RMC. Além disso, o DNIT está definindo a BR 476 como alternativa de ligação entre Curitiba e São Paulo, potencializando esta tendência.

Dentre as demais ações, chama a atenção as que são relacionadas à circulação de caminhões na área urbana. A ação de regulamentação do tráfego de caminhões na cidade está como terceira prioridade, enquanto a implantação de um estacionamento coletivo de caminhões figura na quinta posição. No entanto, ressalta-se que as duas ações são articuladas, pois a ideia de proibir a circulação de caminhões em vias locais, no sentido de preservar a infraestrutura destas ruas, leva à necessidade de haver locais apropriados para o estacionamento dos caminhões, quando os motoristas se dirigem para suas residências em momentos de descanso.

A melhoria do sistema de transporte coletivo, que aparece em penúltima colocação é de mais difícil implementação, pois depende de tratativas com o órgão metropolitano.

A elaboração de um Plano de Mobilidade foi classificada como última prioridade, mas vale lembrar que este plano é uma exigência da legislação federal, pelo fato de Bocaiúva do Sul fazer parte da RMC (Lei federal 12.587/2012).

Figura 20: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao programa de “Qualificação da mobilidade urbana”.

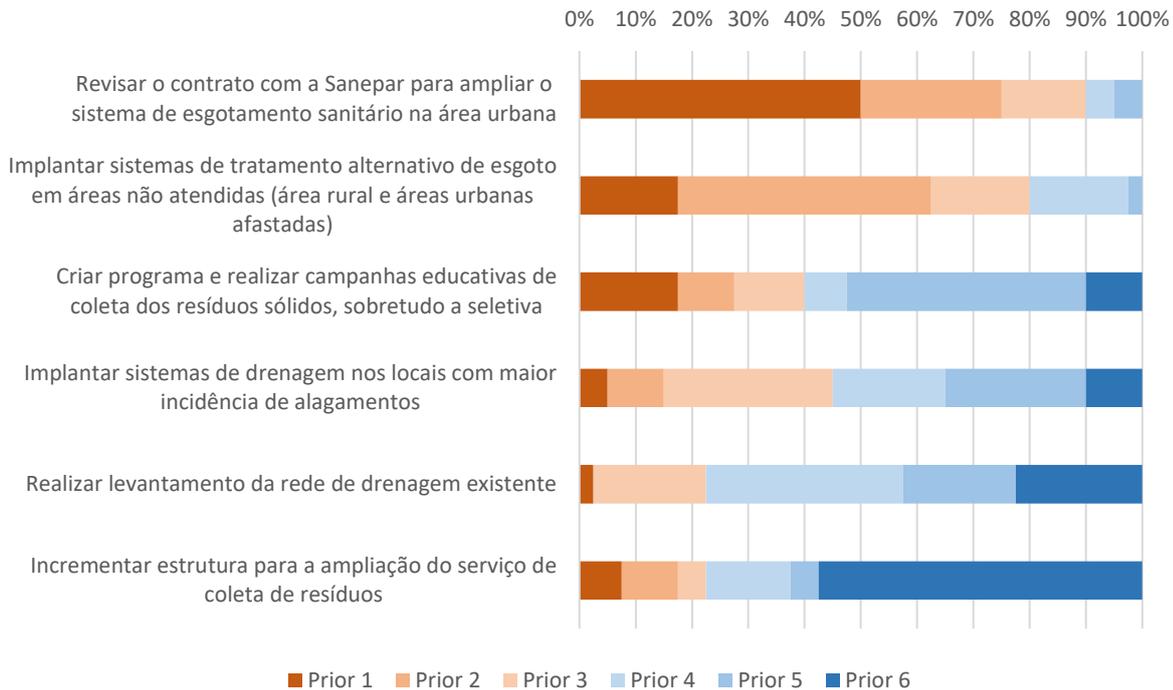


Fonte: Funpar, 2020.

Com relação ao programa de melhoria dos serviços de saneamento básico, a prioridade é dada às ações referentes ao esgotamento sanitário. A retificação do contrato com a Sanepar deve se dar a partir da revisão do Plano de Saneamento Básico municipal, buscando incluir as possíveis novas áreas que poderão ser urbanizadas, conforme as diretrizes do PDBS, dando-se prioridade para aquelas que se encontram no Karst. No mesmo sentido, deverá ser revista a capacidade e a eficiência da Estação de Tratamento de Esgoto, localizada no bairro Fazenda São Marcos. Como pode ser observado no item 1.2, foi adicionada mais uma ação relacionada ao contrato com a Sanepar, de inclusão do repasse de uma porcentagem do faturamento dos serviços de saneamento para o fundo municipal de meio ambiente, como já vem acontecendo em outros municípios servidos pela Sanepar. O valor arrecadado para esse fundo seria prioritariamente destinado à implantação do parque urbano, conforme consta no Programa de qualificação urbanística e paisagística.

As demais ações se referem à drenagem e resíduos sólidos. Sobre a drenagem a prioridade é dada para a resolução de alguns problemas de alagamento que vem acontecendo em locais pontuais da malha urbana. Na questão dos resíduos sólidos, a ênfase é em campanha educativa para o uso do sistema de coleta de resíduos, especialmente para a separação do lixo reciclável. Salienta-se que esta campanha pode resultar no incremento e complexificação do sistema de coleta, levando à necessidade da ação de melhoria da estrutura administrativa para ampliação do serviço, que figura como última prioridade.

Figura 21: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao programa de “Melhoria dos serviços de saneamento básico”.



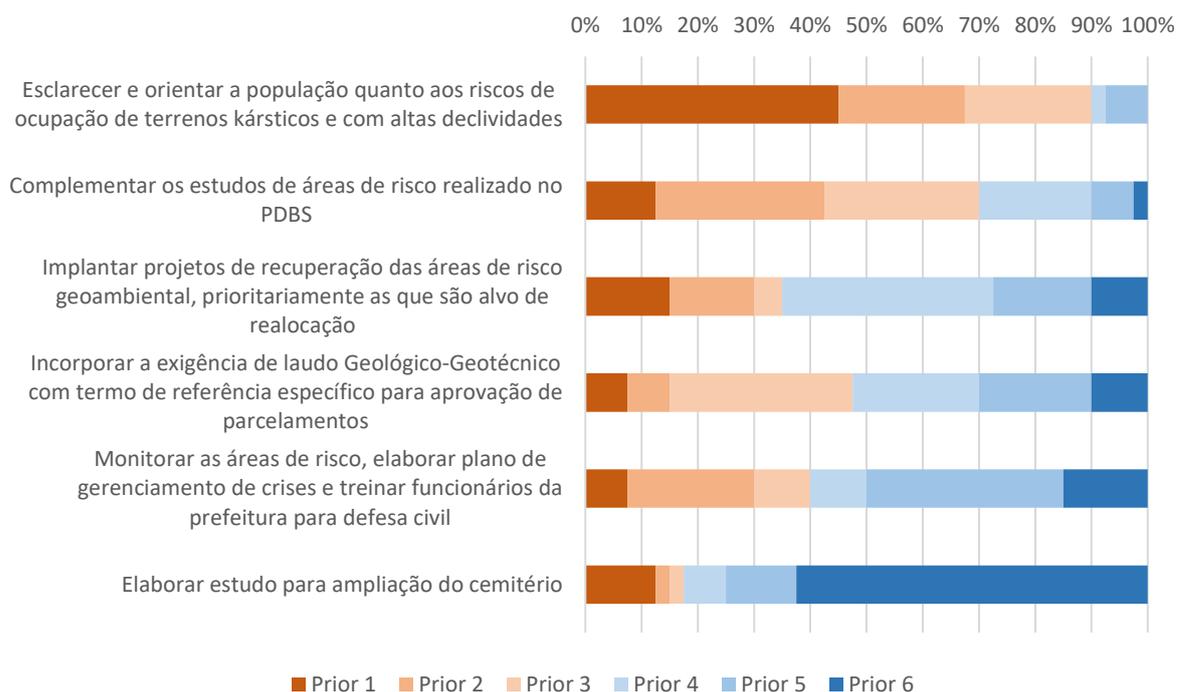
Fonte: Funpar, 2020.

O eixo estratégico de redução dos riscos geoambientais possui seis ações, das quais a ação de esclarecimento e orientação da população quanto aos riscos de ocupação de terrenos cársticos e com altas declividades ganha destaque significativo, com cerca de 90% dos respondentes classificando-a nas três primeiras colocações da escala de prioridades (Figura 22). Durante os eventos de revisão do PDBS, percebe-se que há uma grande demanda por informações neste sentido, pois uma reduzida parte da população compreende o funcionamento do Karst e os riscos que dele decorrem. As três ações seguintes na priorização são importantes para a melhoria das informações sobre a geologia dos terrenos urbanos, bem como para a segurança dos empreendedores imobiliários e dos moradores que pretendem construir sobre estes terrenos.

A penúltima colocação é ocupada pela ação relacionada ao monitoramento das áreas de risco e treinamento de pessoal para ações de defesa civil. Apesar desta colocação, a consultoria entende esta ação como fundamental, para que o município esteja preparado em caso de crises causadas por acidentes geológicos.

Por fim, em consonância com o resultado da consulta pública, a ação referente a ampliação do cemitério pode ser postergada, pois o atual cemitério ainda possui capacidade para atendimento da demanda por alguns anos.

Figura 22: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao Eixo “Redução dos riscos geoambientais”.



Funpar, 2020.

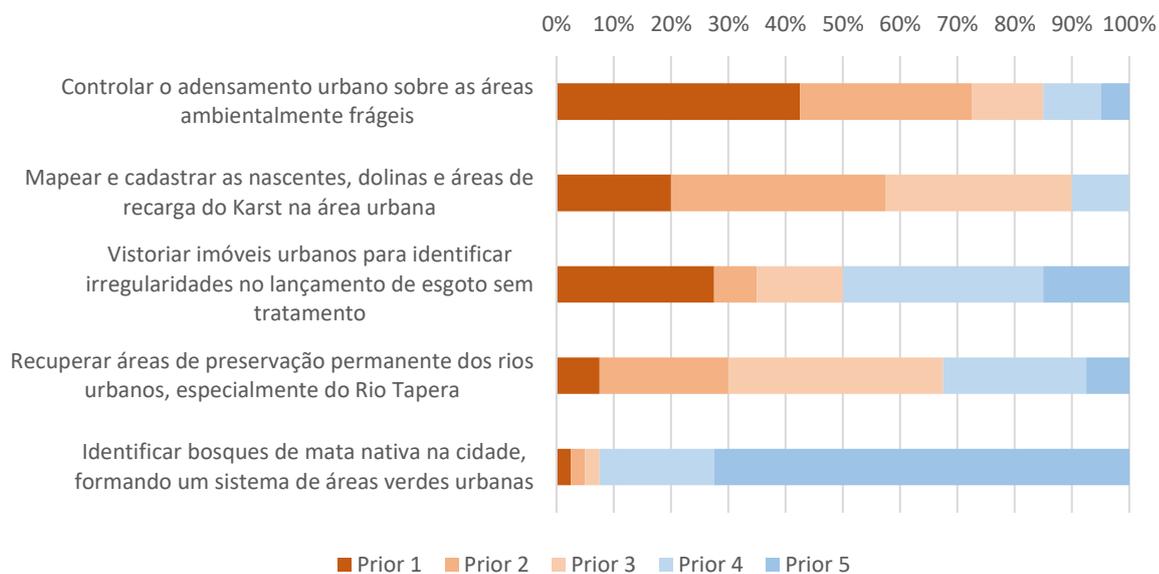
O último eixo estratégico trata da Valorização dos bens socioambientais do município. Como explicado no item 1.2, O conceito de bem socioambiental engloba o meio ambiente natural e o meio cultural, entendendo-se que ambos são fundamentais para a sobrevivência física da humanidade, que necessita do ecossistema para viver e da cultura para sua sobrevivência social. Assim, o bem socioambiental engloba tanto o componente material das coisas, como a maneira como o homem se relaciona com elas. Na mesma perspectiva, a preservação dos bens são uma decorrência de sua valorização. Para a consecução destes princípios, propõe-se dois programas, de (i) conservação e recuperação dos recursos hídricos e (ii) valorização dos bens socioambientais.

O programa de conservação e recuperação dos recursos hídricos é composto por cinco ações, das quais se destacam o controle do adensamento sobre áreas ambientalmente frágeis e o mapeamento e cadastramento de dolinas e áreas de recarga do Karst. Esta última, com cerca de 90% de respostas classificando-a nas três primeiras prioridades, complementa o eixo estratégico de redução de riscos geoambientais, apresentado anteriormente.

A recuperação das áreas de preservação permanente do rio Tapera, apesar de ter escore correspondente à penúltima colocação na escala de prioridades, teve aproximadamente 70% dos respondentes classificando-a também entre as três maiores prioridades.

A ação de formação de um sistema de bosques urbanos não foi considerada prioritária, como mais de 90% dos consultados classificando-a como prioridade 4 e 5.

Figura 23: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao Programa de “Conservação e recuperação dos recursos hídricos”.



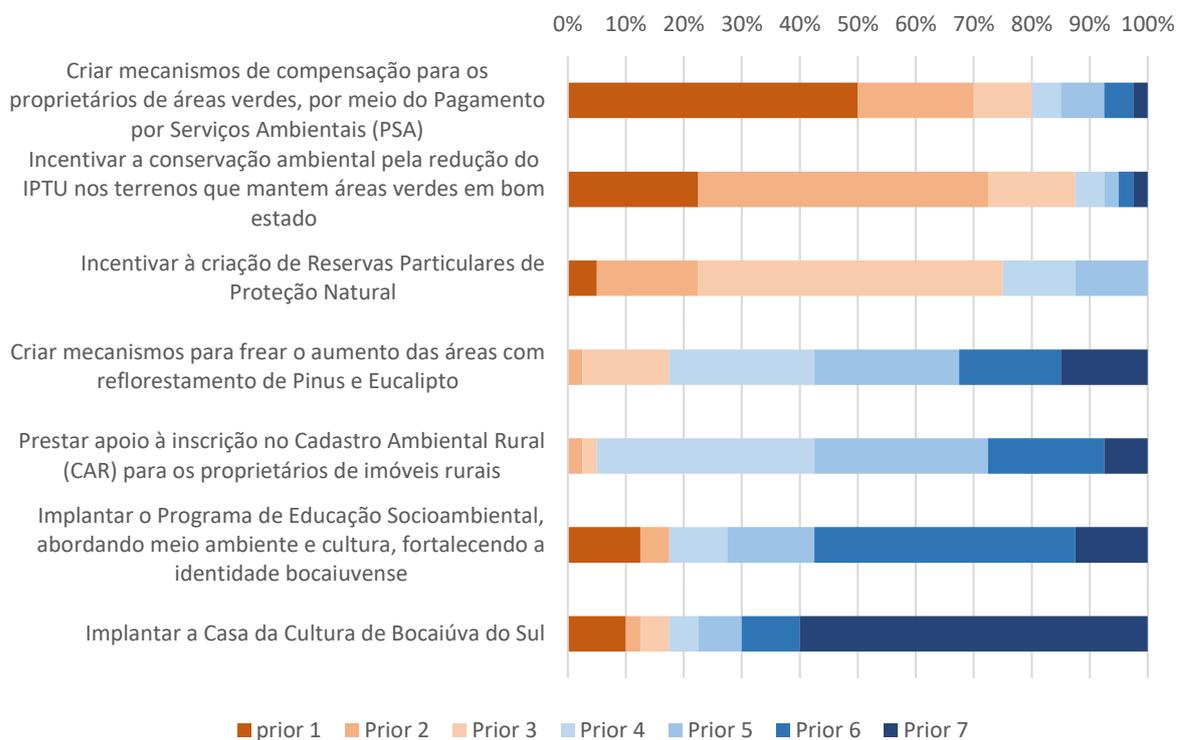
Funpar, 2020.

O Programa de valorização dos bens socioambientais conta com sete ações, sendo que as três primeiras se destacam tanto com relação aos escores (de 230 a 196) como nas porcentagens de respostas por cada classe (Figura 24). A ação que propõe mecanismos de compensação por meio de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) teve cerca de 50% das respostas como prioridade máxima. Considera-se uma ação importante, mas sua implementação envolve uma complexidade que requer a atuação de um técnico de gestão ambiental.

A ação de apoio à inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, resultou em prioridade 5 entre 7 colocações, mas teve baixo índice de respostas nas três primeiras colocações (cerca de 5%).

As ações relacionadas à educação socioambiental e implantação de uma Casa da Cultura ocupam as últimas posições na escada de prioridades. Entretanto, vale lembrar que são ações importantes no sentido do conceito de bens socioambientais apresentado acima, em especial as de atividades educativas.

Figura 24: Escala de prioridade atribuída pelos atores locais ao Programa de “Valorização dos bens socioambientais”.



Funpar, 2020.

Por fim, o Quadro 7 apresenta as contribuições e sugestões de outras ações prioritárias feitas pelos consultados, além daquelas previamente colocadas para consulta com base no Método Delphi, conforme acima analisadas. Estas sugestões estão sendo avaliadas, apresentando-se já algumas considerações, conforme se observa no quadro.

Quadro 7: Sugestões de ações prioritárias feitas pelos atores locais na consulta pública.

Eixo Estratégico	Contribuições	Análise
Desenvolvimento Rural Sustentável Integrado	Deverão ser incentivadas práticas que estimulem o turismo rural, cicloturismo, práticas desportivas junto à natureza. Tais eventos irão gerar renda para os moradores com a preservação ambiental. Apesar de já estar inserida no contexto abordado, reitero considerar de suma importância as ações de incentivo ao aproveitamento agrícola sustentável às pequenas propriedade rurais;	As sugestões estão contempladas nas ações deste eixo estratégico. O turismo ligado à natureza e à vida rural são um potencial importante para o desenvolvimento do município, ainda mais considerando que atividades similares já vem acontecendo em outros municípios da RMC. Tendo em conta a fragilidade e a riqueza ambiental do município, a agricultura orgânica e agroecológica devem ser incentivadas.
Desenvolvimento da Economia Urbana	Incluir pautas para incentivo de indústrias na região gerando renda empregos e impostos ao poder público. O questionário é bastante abrangente, no entanto, não observei questões a respeito do quesito indústrias e geração de rendas.	Este eixo estratégico busca incentivar e dar oportunidades para todos os tipos de negócios, inclusive do setor industrial, mas com ênfase nos micro e pequenos empreendedores, buscando-se a geração e distribuição de renda, de forma articulada com o eixo de desenvolvimento rural. O incentivo à instalação de indústrias está contemplado no plano pela definição de duas zonas industriais localizadas fora dos terrenos cársticos, diminuindo custos e facilitando sua implantação.
Qualificação Institucional e Financeira	Eu em primeiro lugar quero agradecer, a vocês dar a oportunidade de contribuir com as informações. E acrescentar o intercâmbio municipal e interestadual fortalecer as parcerias com outras entidades. Incentivar a elaboração de projetos para captação de recursos federais onde, todos os anos, sobram recursos por falta de bons projetos, principalmente envolvendo: educação, saúde e novas tecnologias.	A parceria com entes de outras esferas é abordada neste eixo estratégico, no sentido de se buscar investimentos comuns para os municípios do Vale do Ribeira de da RMC. Também é abordada no eixo de desenvolvimento da economia urbana, buscando-se o desenvolvimento econômico sustentável. Ainda neste eixo, há uma ação para aparelhar a administração pública municipal para elaborar projetos e captar recursos estaduais e federais para investimentos em Bocaiúva do Sul.
Fortalecimento institucional	Tornar público e transparente o plano diretor e as ações desenvolvidas Associação dos bairros; Muito importante fazer esse levantamento! Porém vejo a necessidade de estabelecer um órgão ou departamento fiscalizador para dar continuidade aos serviços e projetos estabelecidos no plano diretor independente da gestão. Fiscalizar a invasão que está acontecendo nas áreas rurais, com construções em áreas de preservação.	O Programa de transparência e participação social contempla os apontamentos, propondo ações de simples viabilização para dar transparência ao processo de implantação do Plano Diretor. Entende-se que as associações de bairro são importantes para o controle social do PDBS, mas depende majoritariamente da organização da sociedade civil para sua viabilização. O monitoramento e avaliação do Plano Diretor deverá ser realizado pelo CODET, que por sua vez deverá organizar eventos para possibilitar a participação de todos os cidadãos.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BOCAIÚVA DO SUL
FASE 3 – DIRETRIZES E PROPOSTAS



Eixo Estratégico	Contribuições	Análise
		Com relação à fiscalização urbanística, incluindo construções e parcelamentos irregulares, está contemplada no Programa de reestruturação administrativa.
Promoção da moradia digna e regularização fundiária	Apesar de já estar inserida no contexto abordado, reitero a importância da regularização fundiária rural e urbana, especialmente objetivando para facilitar o acesso a liberação de recursos financeiros. Rever os a possibilidade de construir 2 ou mais casas por lote, pois essas construções além de gerar empregos elas geram mais arrecadações pro município.	A regularização fundiária e a produção de novas moradias devem ser um dos carros-chefe do PDBS na próxima década, tendo em vista a importância da matéria para o município. A revisão dos parâmetros urbanísticos, dentre eles a possibilidade de construir duas unidades habitacionais em um mesmo lote, contribui para a questão da moradia, e está sendo abordada na revisão da lei de uso e ocupação do solo.
Qualificação do espaço urbano e serviços sociais	Nas questões socioambientais, foi esquecido do problema URGENTE de falta de água na zona rural; problema este, também ocasionado pelo plantio desenfreado do reflorestamento de pinus e eucalipto, dentre outras questões como: uso de agrotóxicos, queimadas, lixo e desrespeito geral da natureza!!! Realizar a pavimentação da estrada papanduvinhas para facilitar a evacuação do produto final e locomoção da mão de obra existente no atual frigorífico. Calçadas com acessibilidade a portadores de deficiência. Pavimentar ruas da sede e melhorar as vias pra área rural. Asfaltar/urbanizar a Vila Boqueirão. Valorização a Educação, a Saúde e a moradia. Precisamos muito de especialistas na área da saúde. Principalmente pediatra	A questão da falta de água na área rural não foi citada nas ações deste eixo, apesar de sua importância. Nesse sentido, a matéria está sendo incorporada na ação de revisão do contrato entre a prefeitura e a Sanepar, integrante do Programa de melhoria dos serviços de saneamento básico. O Eixo estratégico de Valorização dos bens socioambientais aborda a questão do plantio de espécies exóticas para reflorestamento. A estrada Papanduvinhas deve ser estabelecida como principal na hierarquia viária rural, sendo prioritária para obras e serviços. Além disso, caso seja acordado a delimitação de uma zona industrial na região do frigorífico, a sua pavimentação poderá ser incluída no Programa de qualificação da mobilidade urbana. As demais questões apontadas sobre pavimentação e calçadas também estão contempladas no Programa de qualificação da mobilidade urbana. O Programa de qualificação dos serviços sociais aborda as questões apontadas sobre saúde e educação.
Redução de riscos geoambientais		Apesar de não haver colocações sobre esta temática, entende-se que a segurança dos moradores de Bocaiúva do Sul em relação a acidentes geológicos é de suma importância, levando à priorização deste eixo estratégico, independente dos resultados da consulta pública.
Valorização dos bens socioambientais	A ideia que deve se perseguida neste novo plano é em síntese a melhoria ds qualidade de vida da população priorizando os aspectos ambientais, sociocultural e educacional. Os aspectos econômicos são consequência da reestruturação da maneira de ver e viver em Bocaiuva do Sul. Região com vocação para o	O cenário desejável, de onde derivam os eixos estratégicos, está calcado na ideia de articular o desenvolvimento econômico com a valorização e preservação dos bens socioambientais. Nesse sentido, este eixo estratégico traz ações para proteção dos recursos hídricos, preservação dos ecossistemas locais e valorização da cultura e do meio ambiente, importantes para e identidade do cidadão bocaiuvense. No

Eixo Estratégico	Contribuições	Análise
	<p>desenvolvimento sustentável. E região de muita água boa no subsolo! Riqueza p o passado, presente, e futuro. Incentivar a criação de museu para ajudar guardar a historia do município para futuras gerações.</p>	<p>mesmo sentido o Programa valorização dos bens socioambientais propõe a implantação de uma Casa da Cultura.</p>
<p>Comentários de outra ordem</p>	<p>Em minha opinião a maior parte das ideias propostas nessas perguntas deveriam ocorrer de maneira ativa e natural sem que houvesse a necessidade de votação é obrigação do município cumprir o seu papel em todas as áreas citadas nas questões mais de todo modo fico agradecido por participar diretamente de métodos que podem ajudar ou dar um norte no desenvolvimento o município. Acredito que as prioridades devem seguir a ordem: educação, saúde e moradia digna. Bem completa a pesquisa apesar de achar que muitas das minhas dúvidas não foram contempladas no questionário, precisamos decidir por conta propria(moradores e gestores) sobre as necessidades e futuro do nosso município....</p>	<p>Os eixos estratégicos que fizeram parte da pesquisa serão incorporados ao PDBS, sem exceções (a não ser haja alguma modificação a partir dos eventos participativos subsequentes). A ideia da pesquisa foi auxiliar o poder público a definir as prioridades na implantação do Plano de Ação e Investimentos. Devido a pandemia, houve restrições aos eventos participativos, decorrentes das medidas sanitárias. Entretanto, além da Live realizada no dia 24/09, ainda está prevista Audiência Pública com possibilidade de participação presencial, tomadas as devidas medidas para se evitar o contágio por Covid-19, possibilitando-se dirimir dúvidas e recolher novas contribuições.</p>



ANEXO 01 – Parecer Técnico da Mineropar – imóvel matrícula 4986

MINEROPAR
SERVIÇO GEOLÓGICO DO PARANÁ

ANEXO III



PARECER TÉCNICO

Protocolos COMEC: 13.354.918-8 de 29/09/2014
13.354.931-5 de 29/09/2014
13.588.162-7 de 23/04/2015
13.588.142-2 de 23/04/2015

Empreendimento: Parcelamento de solo
Município: Bocaiúva do Sul – PR
Requerente: Prefeitura de Bocaiúva do Sul
Área do empreendimento: 12.482,01 m²
Coordenadas UTM: (22J) 690.719 E / 7.209.891 N

Por solicitação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, a MINEROPAR procede a análise das condicionantes do meio físico para parcelamento de solo referente ao imóvel sob matrícula 4.986, situado no perímetro urbano de Bocaiúva do Sul - PR.

Foram anexados ao presente processo os seguintes documentos, entre outros:

- ✓ Parecer da Prefeitura de Bocaiúva do Sul com as normas para construção e ou subdivisão, datado de 29/03/2012;
- ✓ Projeto de subdivisão e quadro de áreas aprovado pela Prefeitura em 29/03/2012;
- ✓ Consulta prévia da COMEC situando o imóvel em Zona de Baixa Densidade - ZBD, localizado em área de manancial subterrâneo do Aquífero Karst, e condicionantes de ocupação (Lote mínimo - 1080 m²; altura máxima - 02

Rua Máximo João Kopp, 274 – Br 3M – CEP 82830-900
Fone: (41) 3351-6900 – Fax: (41) 3351-6950
www.pr.gov.br/mineropar - email: mineropar@pr.gov.br

8
17

MINEROPAR
SERVIÇO GEOLÓGICO DO PARANÁ



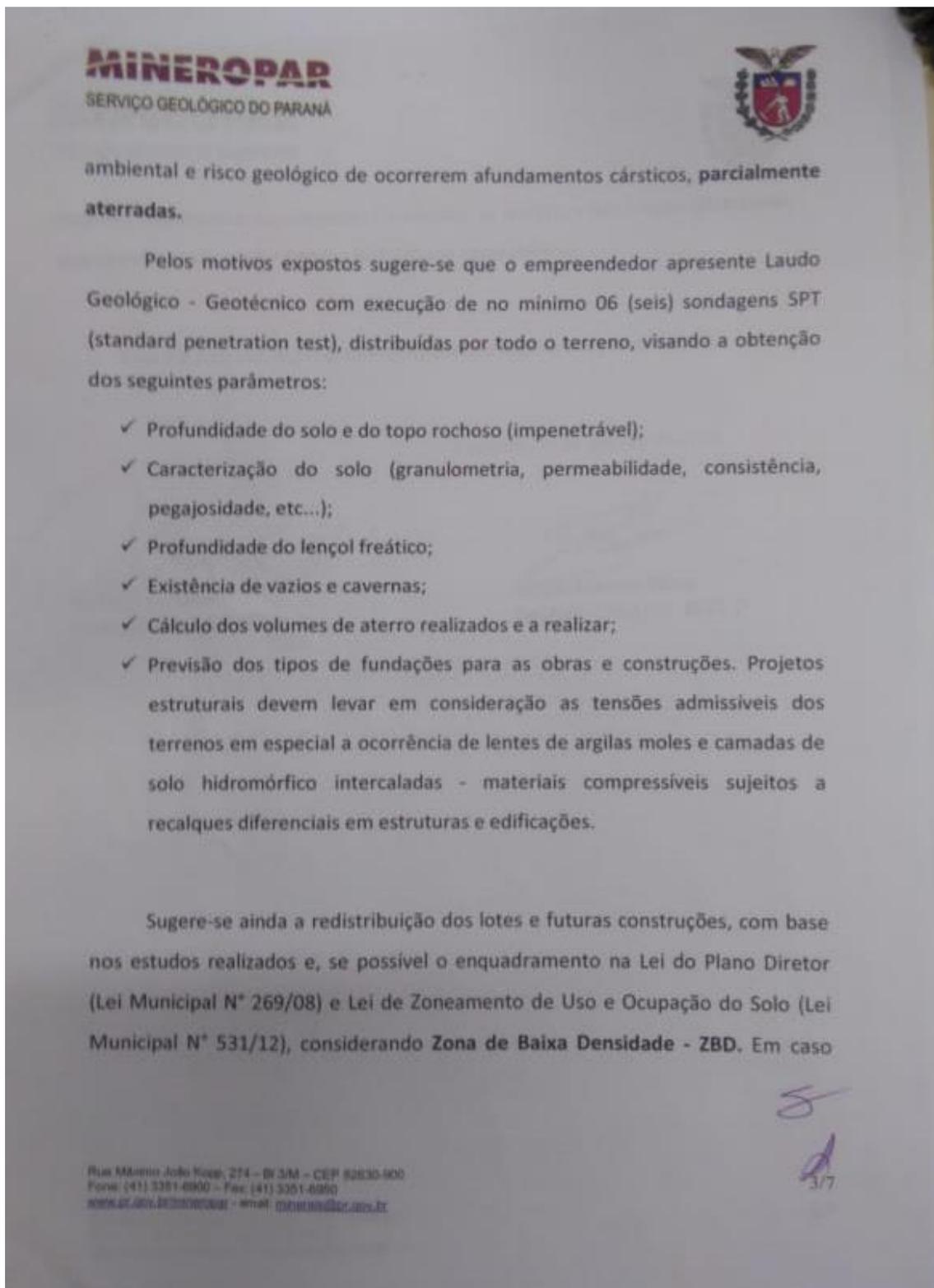
- pavimentos; taxa de ocupação máxima - 20%; 01 unidade habitacional por lote), datada de 08/10/2014;
- ✓ Parecer da Assessoria Jurídica da COMEC concluindo que não há óbices para a subdivisão pretendida, com lotes com área de 363,95 m² e testada de 14,50 m conforme disposto na lei municipal 101/95, datado de 09/12/2014;
 - ✓ Memorial descritivo dos lotes, datado de 15/04/2015;
 - ✓ Encaminhamento do processo à Câmara Técnica do Karst, para verificação da necessidade de elaboração de estudo geológico-geotécnico, **não exigido na Legislação Municipal anterior (Lei 101/95)**, datado de 08/07/2015.

CONCLUSÃO:

Em vistoria conjunta COMEC / MINEROPAR, realizada em 30/07/2015, identificou-se a necessidade de elaboração de estudo geológico-geotécnico, em concordância com o encaminhamento do processo à Câmara Técnica do Karst pelo DCOT/COMEC, que já havia identificado algumas drenagens e dolinas no entorno das áreas.

A área pretendida assenta sobre sedimentos (siltitos e arenitos) inconsolidados e friáveis da Formação Alexandra, sobre calcários dolomíticos do Grupo Açungui, englobada no manancial do Aquífero Karst (Decreto Estadual N° 6194/2012). Ocorrem drenagens e dolinas com afloramento do nível freático no entorno da área (fotos), configurando áreas de banhados, com fragilidade



MINEROPAR
SERVIÇO GEOLÓGICO DO PARANÁ



negativo sugere-se o acostamento da decisão na lavratura das futuras Matrículas dos imóveis, para conhecimento dos futuros compradores.

Este é o parecer, salvo condicionantes não explicitadas no processo.

Curitiba, 04 de agosto de 2015

Diclecio Falcade
Geólogo CREA/PR- 5918-D

Sérgio Maurus Ribas
Geólogo CREA/PR- 8222-D

ANEXO 02 – Cálculo de área necessária para habitação de interesse social.

QUADRO 1 – DÉFICIT HABITACIONAL DENTRO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS (N DOM = número de domicílios; N FAM = número de famílias).

ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	N DOM conforme levantamento PLHIS (2011) <i>Não considera adensamento / dinâmicas nos últimos 9 anos, por falta de dados</i>				IMAGEM AÉREA (PLHIS, 2011)	AVALIAÇÃO QUANTO A RISCO			ENCAMINHAMENTO NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR (FUNPAR, 2020)	CÁLCULO N DOM E ÁREA (m ²) NECESSÁRIOS PARA PROVISÃO HABITACIONAL, CONSIDERANDO COLUNAS ANTERIORES								
	URBANIZAÇÃO	URBANIZAÇÃO COMPLEXA	REMANEJAMENTO	REASSENTAMENTO		CPRM (2015)	PDM (FUNPAR, 2020) N DOM	PDM (FUNPAR, 2020) N FAM		N DOM RELOCAR	FONTE/DATA INFO	ÁREA NECESSÁRIA (N DOM * 180) (m ²)	N DOM REGULARIZAR	FONTE/DATA INFO	EM AID KARST?	ÁREA NECESSÁRIA (N DOM * 125) (m ²)	ÁREA LIVRE DOS ASSENTAMENTOS (estimativa / 125) (m ²)	DIFERENÇA (A assentamentos - A necessária) (m ²)
Vila Velha - Rio Tapera	0	0	0	12					Remanejamento (ZRA)	12	PLHIS, 2011	2160			Não			
Vila Poli	12	0	0	1					Regularização fundiária ZOC (em AID)	1	PLHIS, 2011	180	12	PLHIS, 2011	Sim	1500	3940	Passível de relocar no próprio assentamento
Vila Pedroso (Macieira)	60	0	0	0			31	124	Regularização fundiária ZEIS-RF (em All)	31	FUNPAR, 2020	5580	60	PLHIS, 2011	Parcialmente	7500	31673	Passível de relocar no próprio assentamento
Vila Palmeirinha	32	0	0	0					Regularização fundiária ZOC (em AID)				32	PLHIS, 2011	Sim	4000	12545	Passível de relocar no próprio assentamento
Vila Iolanda	57	0	0	8					Regularização fundiária ZEIS-RF (em All)	8	PLHIS, 2011	1440	57	PLHIS, 2011	Não	7125	50000	Passível de relocar no próprio assentamento
Vila dos Padres Cima: comodato Vila Torre Baixo: Torre 3	20	0	0	36			(cima) 32 (baixo) si	(cima) 128 (baixo) 120	(cima) Regularização fundiária ZOC (em AID) (baixo) Remanejamento (ZRA)	36	PLHIS, 2011	6480	20	PLHIS, 2011	Sim	2500	6414	Passível de relocar no próprio assentamento

ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	N DOM conforme levantamento PLHIS (2011) <i>Não considera adensamento / dinâmicas nos últimos 9 anos, por falta de dados</i>				IMAGEM AÉREA (PLHIS, 2011)	AVALIAÇÃO QUANTO A RISCO			ENCAMINHAMENTO NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR (FUNPAR, 2020)	CÁLCULO N DOM E ÁREA (m²) NECESSÁRIOS PARA PROVISÃO HABITACIONAL, CONSIDERANDO COLUNAS ANTERIORES								
	URBANIZAÇÃO	URBANIZAÇÃO COMPLEXA	REMANEJAMENTO	REASSENTAMENTO		CPRM (2015)	PDM (FUNPAR, 2020) N DOM	PDM (FUNPAR, 2020) N FAM		N DOM RELOCAR	FONTE/DATA INFO	ÁREA NECESSÁRIA (N DOM * 180) (m²)	N DOM REGULARIZAR	FONTE/DATA INFO	EM AID KARST?	ÁREA NECESSÁRIA (N DOM * 125) (m²)	ÁREA LIVRE DOS ASSENTAMENTOS (estimativa / 125) (m²)	DIFERENÇA (A assentamentos - A necessária) (m²)
Vila Dois Pilares	65	0	0	10					Regularização fundiária ZOC (em AID)	10	PLHIS, 2011	1800	65	PLHIS, 2011	Não	8125	17700	Passível de relocar no próprio assentamento
Vila Costa	0	10	0	10			21	84	Regularização fundiária ZEIS-RF (em All)				21	FUNPAR, 2020	Não	2625	10000	Passível de relocar no próprio assentamento
Vila Campininha	16	0	0	6					(cima) Regularização fundiária ZMD (em AID) (baixo) Regularização fundiária ZEIS-RF (em All)	6	PLHIS, 2011	1080	16	PLHIS, 2011	Sim Não regularizável com ZEIS	2000	4600	Passível de relocar no próprio assentamento
Vila Boqueirão	58	0	0	10		Imóveis em risco: 40 Pessoas em risco: 160	38 <i>(considera somente parte externa, não núcleo CPRM)</i>	152	(externo) Remanejamento (interno) Regularização fundiária AMD (em AID)	40	CPRM, 2015	7200	58	PLHIS, 2011	Parcialmente Áreas não regularizáveis com ZEIS	7250	0	7250
Vila Angelica	0	135	0	15			(comodato) 32 (restante) si	(comodato) 128 (restante) 120	Regularização fundiária ZEIS-RF (em All) Comodato: remanejamento	32	FUNPAR, 2020	5760	120	FUNPAR, 2020	Não	15000	105500	Passível de relocar no próprio assentamento
Morro do Caubói	0	0	0	40		Imóveis em risco: 3 Pessoas em risco: 15			Regularização fundiária ZEIS-RF (em All)	3	CPRM, 2015	540	40	PLHIS, 2011	Não	5000	100000	Passível de relocar no próprio assentamento



ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	N DOM conforme levantamento PLHIS (2011) <i>Não considera adensamento / dinâmicas nos últimos 9 anos, por falta de dados</i>				IMAGEM AÉREA (PLHIS, 2011)	AVALIAÇÃO QUANTO A RISCO			ENCAMINHAMENTO NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR (FUNPAR, 2020)	CÁLCULO N DOM E ÁREA (m²) NECESSÁRIOS PARA PROVISÃO HABITACIONAL, CONSIDERANDO COLUNAS ANTERIORES								
	URBANIZAÇÃO	URBANIZAÇÃO COMPLEXA	REMANEJAMENTO	REASSENTAMENTO		CPRM (2015)	PDM (FUNPAR, 2020) N DOM	PDM (FUNPAR, 2020) N FAM		N DOM RELOCAR	FONTE/DATA INFO	ÁREA NECESSÁRIA (N DOM * 180) (m²)	N DOM REGULARIZAR	FONTE/DATA INFO	EM AID KARST?	ÁREA NECESSÁRIA (N DOM * 125) (m²)	ÁREA LIVRE DOS ASSENTAMENTOS (estimativa / 125) (m²)	DIFERENÇA (A assentamentos - A necessária) (m²)
Laranjeiras	0	0	0	35						35	PLHIS, 2011	6300						
Jardim Torre II	30	0	0	0					Regularização fundiária ZOC (em AID)				30	PLHIS, 2011	Não	3750	19000	Passível de relocar no próprio assentamento
Jardim Santo Antonio	4	0	0	5					Regularização fundiária ZEIS-RF (em All)	5	PLHIS, 2011	900	4	PLHIS, 2011	Não	500	650	Passível de relocar no próprio assentamento
Jardim Santa Helena	2	0	0	6					Regularização fundiária ZEIS-RF (em All)	6	PLHIS, 2011	1080	2	PLHIS, 2011	Não	250	2200	Passível de relocar no próprio assentamento
Jardim Paulista	0	0	0	20					Regularização fundiária ZEIS-RF (em All)	20	PLHIS, 2011	3600			Não			
Nova área (CPRM 2015) Vila São Marcos						Imóveis em risco: 20	Pessoas em risco: 40		Remanejamento (ZRA)	20	CPRM, 2015	3600			Não			

ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	N DOM conforme levantamento PLHIS (2011) <i>Não considera adensamento / dinâmicas nos últimos 9 anos, por falta de dados</i>				IMAGEM AÉREA (PLHIS, 2011)	AVALIAÇÃO QUANTO A RISCO			ENCAMINHAMENTO NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR (FUNPAR, 2020)	CÁLCULO N DOM E ÁREA (m ²) NECESSÁRIOS PARA PROVISÃO HABITACIONAL, CONSIDERANDO COLUNAS ANTERIORES							
	URBANIZAÇÃO	URBANIZAÇÃO COMPLEXA	REMANEJAMENTO	REASSENTAMENTO		CPRM (2015)	PDM (FUNPAR, 2020) N DOM	PDM (FUNPAR, 2020) N FAM		N DOM RELOCAR	FONTE/DATA INFO	ÁREA NECESSÁRIA (N DOM * 180) (m ²)	N DOM REGULARIZAR	FONTE/DATA INFO	EM AID KARST?	ÁREA NECESSÁRIA (N DOM * 125) (m ²)	ÁREA LIVRE DOS ASSENTAMENTOS (estimativa / 125) (m ²)
Nova área (CPRM 2015) Vila São Marcos - R. Lauro de Carvalho Osório						Imóveis em risco: 3 Pessoas em risco: 12			Remanejamento (ZRA)	3	CPRM, 2015	540			Sim Áreas não regularizáveis com ZEIS		
Nova área (2020) Torre 4							17	64	Regularização fundiária ZEIS-RF (em All)				17	FUNPAR, 2020	Não	2125	

QUADRO 2 – DÉFICIT HABITACIONAL FORA DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

QUADRO 3 – DEMANDA ESTIMADA PELO DIAGNÓSTICO DO PLHIS (2011)

Déficit habitacional FORA dos assentamentos (PLHIS, 2011) (N dom)		
Área urbana	Dom. improvisados	10
	Famílias conviventes	42
	Cômodos cedidos ou alugados	7
	Domicílios rústicos	0
	TOTAL	59
	<i>Considerações: destes, nem todos precisam ser relocados. Poderiam ser resolvidos com ATHIS. Considera-se o total por segurança e levando em conta a desatualização dos dados</i>	
Área necessária para regularizar 59 domicílios, considerando o Decreto 745 (180 m ²):		10620 m ²

Demanda futura (PLHIS, 2011) (N dom)	
Produção de novas moradias na área urbana	43 uh
<i>É importante frisar que os assentamentos precários não contribuíram para esse cálculo, pois será considerado como se não houvesse crescimento, ou seja, será feita a fiscalização constante. (p. 72) Portanto, estima-se que possa ser maior.</i>	
TOTAL	7.740 m ²

RESUMO: ÁREA NECESSÁRIA, CONSIDERANDO DADOS DE 2011 (PLHIS), 2015 (CPRM) E 2020 (FUNPAR)

DEMANDA HABITACIONAL DENTRO DOS ASSENTAMENTOS – REMANEJAMENTOS: 55.490 m² ou 5,55 ha

DEMANDA HABITACIONAL FORA DOS ASSENTAMENTOS (2011): 10.620 m² ou 1,06 ha

DEMANDA FUTURA PROJETADA (em 2011): 7.740 m² ou 0,77 ha

SUBTOTAL: 73.850 m² ou 7,38 ha

ACRESCENTA-SE 25% DE ÁREA DESTINADA A SISTEMA VIÁRIO → TOTAL: 92.312 m² ou 9,23 ha

CONSIDERA-SE QUE ESTE CÁLCULO ESTÁ SUBDIMENSIONADO, JÁ QUE DESDE 2011 HOUVE O ADENSAMENTO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS



ANEXO 03 – Formulários de consulta pública pelo método Delphi.

RODADA 1:

Consulta pública - Estratégias do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

*** Obrigatória**

O Plano Diretor definirá uma série de estratégias e ações de desenvolvimento municipal a serem implementadas nos próximos 10 anos. Esta consulta tem por objetivo priorizar as ações pertencentes a cada estratégia de intervenção.

Utilize as setas do lado direito de cada alternativa para classificar as ações por ordem de prioridade (posicione de cima para baixo por ordem de prioridade).

1. Desenvolvimento Rural Sustentável Integrado *

Fortalecer o Conselho de Desenvolvimento

Agropecuário Reativar o Conselho de Turismo

Rural;

Promover o Turismo Rural;

Elaborar o Plano de Desenvolvimento Agropecuário;

Expandir a atuação da assistência técnica e extensão rural no

município; Implantar Assentamentos Rurais com módulos

rurais mínimos;

2. Desenvolvimento da Economia Urbana *

Estimular e expandir investimentos empresariais;

Dar acesso a canais de crédito e assistência técnica para micro e pequenas empresas;

Realizar parcerias para fomentar o empreendedorismo e diversificação produtiva

Ampliar parcerias no Vale do Ribeira para ações de desenvolvimento econômico.

3. Qualificação Institucional e Financeira *

Implantar unidade funcional para elaborar projetos, firmar convênios e emendas parlamentares para investimentos no município

Atualizar a Planta Genérica de Valores Atualizar o cadastro tributário

Realizar campanha sobre a importância da contribuição e regularização tributária

Implantar unidade funcional adequada e dedicada para a fiscalização tributária

Estabelecer parcerias no Vale do Ribeira para programas de investimento de interesse intermunicipal

4. Fortalecimento da capacidade de gestão territorial *



Programa de fortalecimento da gestão territorial

Implantar unidade funcional de gestão territorial responsável por urbanismo, meio ambiente, habitação e fiscalização

Implantar departamentos da Secretaria de Obras e Serviços Públicos: (i) de obras e serviços rurais; (ii) de obras e serviços urbanos

Implantar o Sistema de Informações Geográficas municipal (geoprocessamento)

Contratar serviços especializados de geologia para avaliação e expedição de laudos técnicos

Definir os limites dos bairros e ordenar nomes e numeração de ruas

Fiscalizar o uso do solo na área rural em parceria com órgãos metropolitanos

Regularizar a divisa municipal com Rio Branco do Sul

5. Fortalecimento da capacidade de gestão territorial *

Programa de transparência e participação social

Implementar o Conselho de Desenvolvimento Territorial – CODET

Instituir Câmaras Técnicas vinculadas ao CODET: Urbanismo, Meio Ambiente e Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Econômico

Manter espaço dedicado ao Plano Diretor no website da Prefeitura, atualizando constantemente os estudos e normas a ele relacionadas

Implementar canal de comunicação permanente para sugestões e dúvidas referentes ao Plano Diretor

Implementar o sistema participativo de monitoramento e avaliação do Plano Diretor

6. Promoção da moradia digna e regularização fundiária *

Realocar moradores em área de risco para terrenos próximos e seguros

Mapear terrenos de propriedade municipal e estabelecer os procedimentos para concessão dos 'comodatos' para fins de moradia

Realizar campanha para regularização urbanística de terrenos e construções

Implantar o cadastro habitacional de Bocaiúva do Sul, para a área urbana e rural

Implantar Plano de Regularização Fundiária de Interesse Social

Implantar Plano de Habitação de Interesse Social, de forma a aumentar a oferta de moradia

Implantar serviço de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS)

7. Qualificação do espaço urbano e serviços sociais *

Programa de qualificação urbanística e paisagística

Implantar espaço adequado ao comércio ambulante no Centro



Estruturar o eixo de comércio na rua Vereador Lauro de Carvalho Osório

Implantar um parque urbano em Bocaiúva do Sul, com equipamentos de esportes e cultura

Implantar projeto de arborização e adequação de calçadas da área central

Mapear, sinalizar e preservar as referências culturais de interesse de preservação

Urbanizar áreas precárias adensadas (Vila Angélica, Barra do Capivari, Macieira, etc)

8. Qualificação do espaço urbano e serviços sociais *

Programa de qualificação dos serviços sociais

Implantar novas escolas para Educação Infantil e Ensino Fundamental

Implantar um CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

Ampliar os serviços do Hospital Municipal, implantando serviço de Pronto Atendimento e maternidade.

Implantar uma nova UBS - Unidade Básica de Saúde, contratando equipe necessária

Melhorar os serviços e implantar novos equipamentos de cultura, esporte e lazer em bairros periféricos

Reformar as escolas, hospital e espaços de esporte e lazer

Implantar serviços sociais itinerantes para atender a área rural

Realizar consórcio com Barra do Turvo/SP para atendimento de serviços sociais da comunidade de Areia Branca

9. Qualificação do espaço urbano e serviços sociais *

Programa de qualificação da mobilidade urbana

Melhorar a sinalização e dispositivos de segurança na parte urbana da BR-476

Elaborar um modelo de calçadas acessíveis a ser seguido em novas obras

Estabelecer prioridades para obras de pavimentação e sinalização viária

Regulamentar a circulação urbana de caminhões, definindo rotas e estacionamentos de carga e descarga

Delimitar e implantar um pátio coletivo de estacionamentos de caminhões

Ampliar a cobertura do serviço de transporte público coletivo

Elaborar o Plano de Mobilidade Urbana, com atenção especial para circulação de pedestres e ciclistas

10. Qualificação do espaço urbano e serviços sociais *

Programa de melhoria dos serviços de saneamento básico

Revisar o contrato com a Sanepar para ampliar o sistema de esgotamento sanitário na área urbana

Implantar sistemas de tratamento alternativo de esgoto em áreas não atendidas (área rural e áreas urbanas afastadas)



Implantar sistemas de drenagem nos locais com maior incidência de alagamentos

Realizar levantamento da rede de drenagem existente

Criar programa e realizar campanhas educativas de coleta dos resíduos sólidos, sobretudo a seletiva

Incrementar estrutura para a ampliação do serviço de coleta de resíduos

11. Redução de riscos geoambientais *

Esclarecer e orientar a população quanto aos riscos de ocupação de terrenos cársticos e com altas declividades

Complementar os estudos de áreas de risco realizado no PDBS

Incorporar a exigência de laudo Geológico-Geotécnico com termo de referência específico para aprovação de parcelamentos

Implantar projetos de recuperação das áreas de risco geoambiental, prioritariamente as que são alvo de realocação

Monitorar as áreas de risco, elaborar plano de gerenciamento de crises e treinar funcionários da prefeitura para defesa civil

Elaborar estudo para ampliação do cemitério

12. Valorização dos bens socioambientais *

Programa de conservação e recuperação dos recursos hídricos

Controlar o adensamento urbano sobre as áreas ambientalmente frágeis

Mapear e cadastrar as nascentes, dolinas e áreas de recarga do Karst na área urbana

Recuperar áreas de preservação permanente dos rios urbanos, especialmente do Rio Tapera

Vistoriar imóveis urbanos para identificar irregularidades no lançamento de esgoto sem tratamento

Identificar bosques de mata nativa na cidade, formando um sistema de áreas verdes urbanas

13. Valorização dos bens socioambientais *

Programa valorização dos bens socioambientais

Criar mecanismos de compensação para os proprietários de áreas verdes, por meio do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)

Incentivar a conservação ambiental pela redução do IPTU nos terrenos que mantem áreas verdes em bom estado

Incentivar à criação de Reservas Particulares de Proteção Natural

Prestar apoio à inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) para os proprietários de imóveis rurais

Criar mecanismos para frear o aumento das áreas com reflorestamento de Pinus e Eucalipto

Implantar o Programa de Educação Socioambiental, abordando meio ambiente e cultura, fortalecendo a identidade bocaiuvense



Implantar a Casa da Cultura de Bocaiúva do Sul

14. Por fim, gostaríamos também que o(a) senhor(a) colocasse em ordem de prioridade as estratégias cujas propostas foram avaliadas anteriormente. *

Desenvolvimento Rural Sustentável Integrado

Desenvolvimento da Economia Urbana

Qualificação Institucional e Financeira

Fortalecimento da capacidade de gestão territorial

Promoção da moradia digna e regularização fundiária

Qualificação do espaço urbano e serviços sociais

Redução de riscos geoambientais

Valorização dos bens socioambientais

15. Fique à vontade para contribuir com outras ideias, caso entenda que há ações importantes para o desenvolvimento municipal não abordadas nas perguntas anteriores.

Este conteúdo não é criado nem endossado pela Microsoft. Os dados que você enviar serão enviados ao proprietário do formulário.

RODADA 2:



Consulta pública - Estratégias do Plano Diretor (2ª rodada)

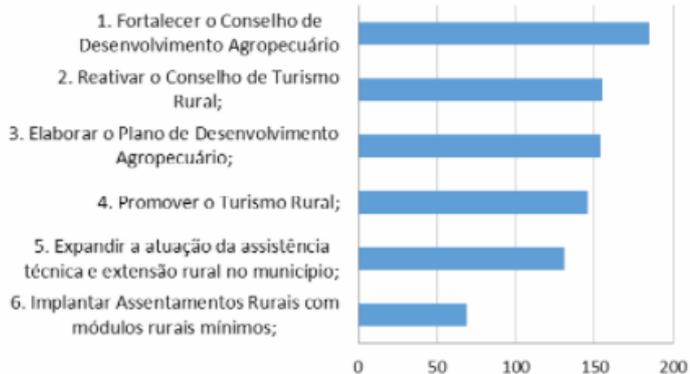
De acordo com as respostas coletadas na 1ª Rodada de Consulta, chegou-se a uma listagem de prioridades das ações estratégicas para o desenvolvimento de Bocaiúva do Sul. A priorização foi realizada por meio do cálculo de um score ponderado pela ordem atribuída por cada um dos(as) senhores(as) na primeira rodada. Nessa etapa da consulta, gostaríamos da sua opinião, concordando ou não com o ordenamento de prioridades. Caso não esteja de acordo, sugira as devidas modificações necessárias.

Avançar

Página 1 de 16



Desenvolvimento rural sustentável integrado



1

Você concorda com essa ordem de prioridades? *

- Sim
 Não

2

Caso não concorde, reordene:

Utilize as setas do lado direito de cada alternativa para classificar as ações por ordem de prioridade (posicione de cima para baixo por ordem de prioridade)

Fortalecer o Conselho de Desenvolvimento Agropecuário

Reativar o Conselho de Turismo Rural;

Elaborar o Plano de Desenvolvimento Agropecuário;

Promover o Turismo Rural;

Expandir a atuação da assistência técnica e extensão rural no município;

Implantar Assentamentos Rurais com módulos rurais mínimos;

3

Observações

Insira sua resposta

Voltar

Avançar

Página 2 de 16

Desenvolvimento da Economia Urbana



4

Você concorda com essa ordem de prioridades? *

- Sim
- Não

5

Caso não concorde, reordene:

Utilize as setas do lado direito de cada alternativa para classificar as ações por ordem de prioridade (posicione de cima para baixo por ordem de prioridade)

Estimular e expandir investimentos empresariais;

Dar acesso a canais de crédito e assistência técnica para micro e pequenas empresas;

Realizar parcerias para fomentar o empreendedorismo e diversificação produtiva;

Ampliar parcerias no Vale do Ribeira para ações de desenvolvimento econômico.

6

Observações

Insira sua resposta

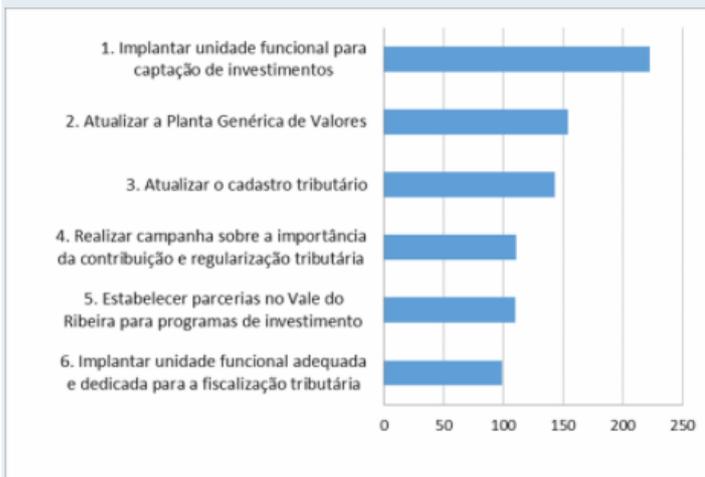
Voltar

Avançar

Página 3 de 16



Qualificação Institucional e Financeira



7

Você concorda com essa ordem de prioridades? *

Sim

Não

8

Caso não concorde, reordene:

Utilize as setas do lado direito de cada alternativa para classificar as ações por ordem de prioridade (posicione de cima para baixo por ordem de prioridade)

Implantar unidade funcional para elaborar projetos, firmar convênios e emendas parlamentares para investimentos no município

Atualizar a Planta Genérica de Valores

Atualizar o cadastro tributário

Realizar campanha sobre a importância da contribuição e regularização tributária

Estabelecer parcerias no Vale do Ribeira para programas de investimento de interesse intermunicipal

Implantar unidade funcional adequada e dedicada para a fiscalização tributária

9

Observações:

Insira sua resposta

Voltar

Avançar

Página 4 de 16

Fortalecimento da capacidade de gestão territorial



10

Você concorda com essa ordem de prioridades? *

- Sim
- Não

11

Caso não concorde, reordene:

Utilize as setas do lado direito de cada alternativa para classificar as ações por ordem de prioridade (posicione de cima para baixo por ordem de prioridade)

Implantar unidade funcional de gestão territorial responsável por urbanismo, meio ambiente, habitação e fiscalização

Implantar departamentos da Secretaria de Obras e Serviços Públicos: (i) de obras e serviços rurais; (ii) de obras e serviços urbanos

Implantar o Sistema de Informações Geográficas municipal (geoprocessamento)

Contratar serviços especializados de geologia para avaliação e expedição de laudos técnicos

Definir os limites dos bairros e ordenar nomes e numeração de ruas

Regularizar a divisa municipal com Rio Branco do Sul

Fiscalizar o uso do solo na área rural em parceria com órgãos metropolitanos

12

Observações:

Insira sua resposta

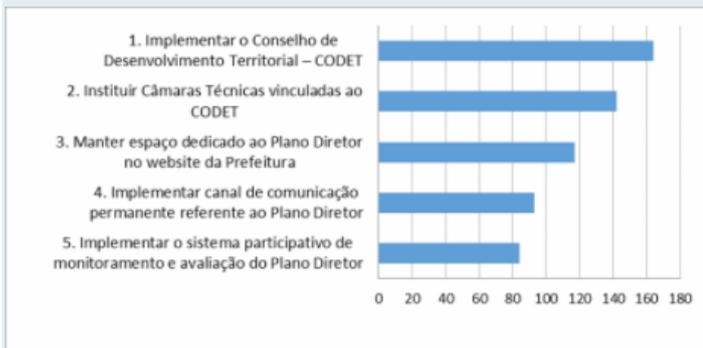
Voltar

Avançar

Página 5 de 16



Programa de transparência e participação social



13

Você concorda com essa ordem de prioridades? *

- Sim
 Não

14

Caso não concorde, reordene:

Utilize as setas do lado direito de cada alternativa para classificar as ações por ordem de prioridade (posicione de cima para baixo por ordem de prioridade)

Implementar o Conselho de Desenvolvimento Territorial – CODET

Instituir Câmaras Técnicas vinculadas ao CODET: Urbanismo, Meio Ambiente e Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Econômico

Manter espaço dedicado ao Plano Diretor no website da Prefeitura, atualizando constantemente os estudos e normas a ele relacionadas

Implementar canal de comunicação permanente para sugestões e dúvidas referentes ao Plano Diretor

Implementar o sistema participativo de monitoramento e avaliação do Plano Diretor

15

Observações:

Insira sua resposta

Voltar

Avançar

Página 6 de 16

Promoção da moradia digna e regularização fundiária



16

Você concorda com essa ordem de prioridades? *

- Sim
- Não

17

Caso não concorde, reordene:

Utilize as setas do lado direito de cada alternativa para classificar as ações por ordem de prioridade (posição de cima para baixo por ordem de prioridade)

Realocar moradores em área de risco para terrenos próximos e seguros

Mapear terrenos de propriedade municipal e estabelecer os procedimentos para concessão dos 'comodatos' para fins de moradia

Realizar campanha para regularização urbanística de terrenos e construções

Implantar o cadastro habitacional de Bocaiúva do Sul, para a área urbana e rural

Implantar Plano de Regularização Fundiária de Interesse Social

Implantar Plano de Habitação de Interesse Social, de forma a aumentar a oferta de moradia

Implantar serviço de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS)

18

Observações:

Insira sua resposta

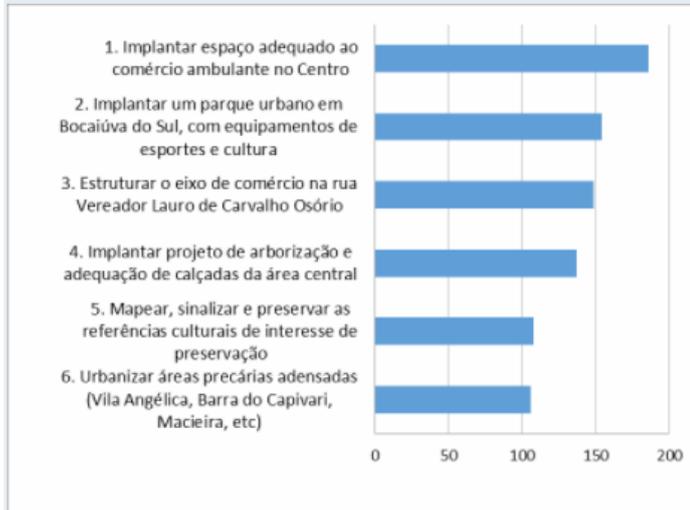
Voltar

Avançar

Página 7 de 16

Qualificação do espaço urbano

Programa de qualificação urbanística e paisagística



19

Você concorda com essa ordem de prioridades? *

- Sim
 Não

20

Caso não concorde, reordene:

Utilize as setas do lado direito de cada alternativa para classificar as ações por ordem de prioridade (posicione de cima para baixo por ordem de prioridade)

Implantar espaço adequado ao comércio ambulante no Centro

Implantar um parque urbano em Bocaiúva do Sul, com equipamentos de esportes e cultura

Estruturar o eixo de comércio na rua Vereador Lauro de Carvalho Osório

Implantar projeto de arborização e adequação de calçadas da área central

Mapear, sinalizar e preservar as referências culturais de interesse de preservação

Urbanizar áreas precárias adensadas (Vila Angélica, Barra do Capivari, Macieira, etc)

21

Observações:

Insira sua resposta

Voltar

Avançar

Página 8 de 16

Programa de qualificação dos serviços sociais



22

Você concorda com essa ordem de prioridades? *

- Sim
- Não

23

Caso não concorde, reordene:

Utilize as setas do lado direito de cada alternativa para classificar as ações por ordem de prioridade (posicione de cima para baixo por ordem de prioridade)

Implantar novas escolas para Educação Infantil e Ensino Fundamental

Ampliar os serviços do Hospital Municipal, implantando serviço de Pronto Atendimento e maternidade.

Implantar um CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

Implantar uma nova UBS - Unidade Básica de Saúde, contratando equipe necessária

Reformar as escolas, hospital e espaços de esporte e lazer

Melhorar os serviços e implantar novos equipamentos de cultura, esporte e lazer em bairros periféricos

Melhorar os serviços e implantar novos equipamentos de cultura, esporte e lazer em bairros periféricos

Implantar serviços sociais itinerantes para atender a área rural

Realizar consórcio com Barra do Turvo/SP para atendimento de serviços sociais da comunidade de Areia Branca

24

Observações:

Insira sua resposta

Voltar

Avançar

Página 9 de 16

Programa de qualificação da mobilidade urbana



25

Você concorda com essa ordem de prioridades? *

- Sim
 Não

26

Caso não concorde, reordene:

Utilize as setas do lado direito de cada alternativa para classificar as ações por ordem de prioridade (posicione de cima para baixo por ordem de prioridade)

Melhorar a sinalização e dispositivos de segurança na parte urbana da BR-476

Elaborar um modelo de calçadas acessíveis a ser seguido em novas obras

Regularizar a circulação urbana de caminhões, definindo rotas e estacionamentos de carga e descarga

Estabelecer prioridades para obras de pavimentação e sinalização viária

Delimitar e implantar um pátio coletivo de estacionamentos de caminhões

Ampliar a cobertura do serviço de transporte público coletivo

Elaborar o Plano de Mobilidade Urbana, com atenção especial para circulação de pedestres e ciclistas

27

Observações:

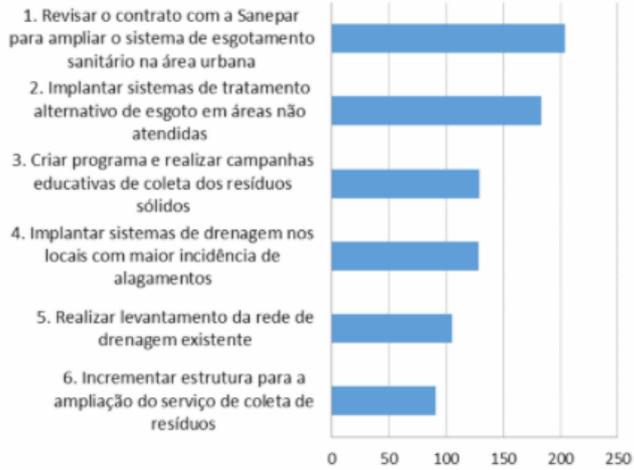
Insira sua resposta

Voltar

Avançar

Página 10 de 16

Programa de melhoria dos serviços de saneamento básico



28

Você concorda com essa ordem de prioridades? *

- Sim
- Não

29

Qualificação do espaço urbano e serviços sociais

Programa de melhoria dos serviços de saneamento básico

Revisar o contrato com a Sanepar para ampliar o sistema de esgotamento sanitário na área urbana

Implantar sistemas de tratamento alternativo de esgoto em áreas não atendidas (área rural e áreas urbanas afastadas)

Criar programa e realizar campanhas educativas de coleta dos resíduos sólidos, sobretudo a seletiva

Implantar sistemas de drenagem nos locais com maior incidência de alagamentos

Realizar levantamento da rede de drenagem existente

Incrementar estrutura para a ampliação do serviço de coleta de resíduos

30

Observações:

Insira sua resposta

Voltar

Avançar

Página 11 de 16

Redução de riscos geoambientais



31

Você concorda com essa ordem de prioridades? *

- Sim
 Não

32

Caso não concorde, reordene:

Utilize as setas do lado direito de cada alternativa para classificar as ações por ordem de prioridade (posicione de cima para baixo por ordem de prioridade)

Esclarecer e orientar a população quanto aos riscos de ocupação de terrenos cársticos e com altas declividades

Complementar os estudos de áreas de risco realizado no PDBS

Implantar projetos de recuperação das áreas de risco geoambiental, prioritariamente as que são alvo de realocação

Incorporar a exigência de laudo Geológico-Geotécnico com termo de referência específico para aprovação de parcelamentos

Monitorar as áreas de risco, elaborar plano de gerenciamento de crises e treinar funcionários da prefeitura para defesa civil

Elaborar estudo para ampliação do cemitério

33

Observações:

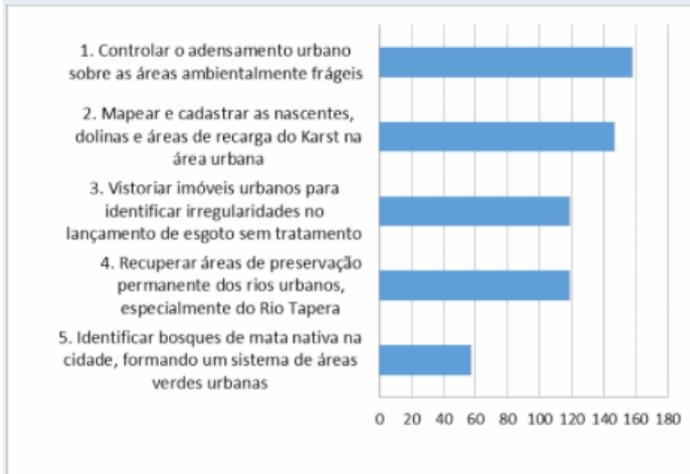
Insira sua resposta

Voltar

Avançar

Página 12 de 16

Programa de conservação e recuperação dos recursos hídricos



34

Você concorda com essa ordem de prioridades? *

- Sim
- Não

35

Caso não concorde, reordene:

Utilize as setas do lado direito de cada alternativa para classificar as ações por ordem de prioridade (posicione de cima para baixo por ordem de prioridade)

Controlar o adensamento urbano sobre as áreas ambientalmente frágeis

Mapear e cadastrar as nascentes, dolinas e áreas de recarga do Karst na área urbana

Vistoriar imóveis urbanos para identificar irregularidades no lançamento de esgoto sem tratamento

Recuperar áreas de preservação permanente dos rios urbanos, especialmente do Rio Tapera

Identificar bosques de mata nativa na cidade, formando um sistema de áreas verdes urbanas

36

Observações:

Insira sua resposta

Voltar

Avançar

Página 13 de 16

Programa valorização dos bens socioambientais



37

Você concorda com essa ordem de prioridades? *

- Sim
 Não

38

Caso não concorde, reordene:

Utilize as setas do lado direito de cada alternativa para classificar as ações por ordem de prioridade (posicione de cima para baixo por ordem de prioridade)

Criar mecanismos de compensação para os proprietários de áreas verdes, por meio do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)

Incentivar a conservação ambiental pela redução do IPTU nos terrenos que mantêm áreas verdes em bom estado

Incentivar a criação de Reservas Particulares de Proteção Natural

Criar mecanismos para frear o aumento das áreas com reflorestamento de Pinus e Eucalipto

Prestar apoio à inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) para os proprietários de imóveis rurais

Implantar o Programa de Educação Socioambiental, abordando meio ambiente e cultura, fortalecendo a identidade bocaiuvense

Implantar a Casa da Cultura de Bocaiúva do Sul

39

Observações:

Insira sua resposta

Voltar

Avançar

Página 14 de 16

Estratégias



40

Você concorda com essa ordem de prioridades? *

- Sim
- Não

41

Caso não concorde, reordene:

Utilize as setas do lado direito de cada alternativa para classificar as ações por ordem de prioridade (posicione de cima para baixo por ordem de prioridade)

Desenvolvimento Rural Sustentável Integrado

Desenvolvimento da Economia Urbana

Qualificação Institucional e Financeira

Promoção da moradia digna e regularização fundiária

Fortalecimento da capacidade de gestão territorial

Qualificação do espaço urbano e serviços sociais

Redução de riscos geoambientais

Valorização dos bens socioambientais

42

Observações:

Insira sua resposta

Voltar

Avançar

Página 15 de 16





Consulta pública - Estratégias do Plano Diretor (2ª rodada)

Voltar Enviar Página 16 de 16

Esse conteúdo foi criado pelo proprietário do formulário. Os dados que você enviar serão enviados ao proprietário do formulário. Nunca forneça sua senha.

Da plataforma Microsoft Forms | Política de privacidade | Condições de uso

ANEXO 04 – Memória das reuniões técnicas e eventos participativos

MEMÓRIA DE REUNIÃO PREPARATÓRIA

1. Dados Gerais

Atividade: Reunião de Coordenação/Preparatória
Data: 28/07/2020 Horário início 8h30m Horário fim 11h30m
Local: Reunião online via aplicativo Google Meet
Pauta(s): continuidade do trabalho frente às medidas sanitárias pela Pandemia Covid-19; discussão sobre a proposta de zoneamento.

2. Participantes

Funpar: Débora Furlan; Mauricio Alexandre Maas; Maria Eduarda Duda. PMBS: Andreia Tagomori.
--

3. Memória da Reunião

Tratou-se, em síntese, das seguintes questões:
<ol style="list-style-type: none">1. A reunião foi iniciada pelo coordenador da equipe da Funpar, Maurício Maas, falando a respeito da entrega do Produto 4, a qual ocorreu no dia 27/07. O documento do Produto 4 está dividido em quatro seções, as duas primeiras são referentes à Análise Temática Integrada. A seção II é referente à síntese de ATI, na forma de potencialidades e deficiências e a última envolve o relatório dos resultados obtidos pelo inquérito por questionário, que substituiu as oficinas comunitárias.3. O objetivo principal dessa reunião foi acordar a continuidade do trabalho de Revisão do Plano Diretor. Ainda durante a fase da Análise Temática Integrada, a partir das deficiências e potencialidades identificadas os consultores já iniciaram a elaboração das propostas: estratégias de intervenção, zoneamento e instrumentos urbanísticos.4. A arquiteta da equipe técnica municipal, Andreia Tagomori, questionou se seria interessante fazer uma capacitação para trazer o que foi discutido sobre estratégias e ações para o Grupo de Acompanhamento. Maurício Maas afirmou que essa capacitação já está prevista.5. Sobre o período de isolamento social durante a pandemia, o Ministério Público, por meio da Nota Técnica 04/2020, sugeriu que as Audiências Públicas sejam suspensas até o momento que possam ser realizadas presencialmente. Também recomenda que o período de distanciamento social seja aproveitado para aprofundamento das análises e ampliação da mobilização social. A partir deste documento, A Funpar também entende ser importante manter os atores sociais mobilizados durante o período de isolamento social.6. A partir disso, o coordenador da equipe da Funpar apresentou uma tabela de cenários (3) sobre impactos positivos e negativos de acordo com uma possibilidade de mudança de cronograma. Explica que, nos cenários que contemplam a suspensão dos trabalhos em virtude da pandemia, haveria necessidade de extensão contratual proporcional ao período suspenso, acrescido de um tempo de re-mobilização das equipes (Equipe de consultoria, Equipe Técnica Municipal e Grupo de Acompanhamento), calculado em cerca de 40 dias.7. No primeiro cenário seria suspenso o trabalho na Fase 3 – Estratégias, não apresentando nenhum aspecto positivo para o andamento do Plano. Esse cenário traria a necessidade de extensão do contrato para 2021,



com a probabilidade de impactos negativos no andamento do trabalho, já que haverá mudança de gestão do poder executivo e legislativo municipal. Este cenário pode ser descartado, pois o trabalho de elaboração das estratégias já está em andamento, e a audiência prevista para esse período pode ser realizada posteriormente, sem prejuízo para o processo.

8. O segundo cenário seria suspender o trabalho ao final da Fase 3 – Estratégias, provocando uma interrupção da linha criativa de raciocínio e desmobilização das equipes, com possibilidade de prejuízo no processo de elaboração da Legislação e Plano de Ação. Caso haja paralização ao final desta fase, ainda haveria a necessidade de extensão do contrato para o ano de 2021.

9. O terceiro cenário seria de continuidade dos trabalhos sem suspensão. O debate de todo o material produzido para a revisão do PDDBS pode ser organizado em uma única Audiência Pública, realizada em dois períodos durante um dia de final de semana, de forma a permitir a participação de todos, no período em que as medidas sanitárias permitirem encontros presenciais. Há também a alternativa de realização de duas Audiências Públicas (ATI/Estratégias e Legislação/Plano de Ação), com intervalo de cerca de 15 dias entre elas. Este cenário não implicaria em extensão contratual e de cronograma, permitindo a finalização da Revisão do Plano Diretor ainda nesta gestão do poder executivo e legislativo municipal.

10. No segundo e terceiro cenários, as oficinas comunitárias previstas podem substituídas por uma metodologia de participação denominada "Delphi", que já foi aplicada em outros planos e obteve bons resultados. Caso não haja possibilidade de realizar a Audiência Pública em setembro (conforme cronograma atual), poderá ser realizada uma 'live' para debate on-line das estratégias de intervenção, como já tem acontecido em outros municípios do estado que estão em fase de revisão do Plano Diretor. Este debate seria retomado e validado pela Audiência Pública presencial, quando as medidas sanitárias permitirem. As Oficinas Técnicas e de Capacitação poderão ocorrer através de videoconferência.

11. A proposta do coordenador da Funpar é de continuidade do trabalho, com vistas à manutenção do cronograma atual, evitando-se a suspensão do trabalho e extensão contratual, avaliando-se novamente a situação ao final da 3ª fase.

12. A arquiteta Andreia também questionou se haveria a possibilidade de a Audiência Pública ser feita através de uma 'live', caso não pudesse acontecer presencialmente. Foi explicado que há possibilidade de o Ministério Público não validar o processo, mas que isso pode ser verificado com o promotor público do município.

9. A arquiteta Andreia também lembrou da questão da aprovação na Câmara do Karst, pois está enfrentando dificuldades em marcar a reunião com os representantes. Maurício Maas explicou que é importante apresentar para a Câmara a proposta de Zoneamento, mostrando a questão da capacidade de suporte, através de uma reunião que irá validar o que está sendo feito, no entanto não há prejuízo para o trabalho se esta reunião acontecer no final de agosto ou em setembro.

10. Fica acordada a continuidade do trabalho, com a aplicação da metodologia Delphi para obtenção de informações que seriam recolhidas em oficinas comunitárias (a serem realizadas após a suspensão das medidas sanitárias do Covid-19), prevendo-se também a realização de uma 'live' para discussão das propostas e a realização da reunião com a Câmara Técnica do Karst, que já vem sendo negociada pela prefeitura junto à Comec.

11. Com base neste encaminhamento, o coordenador da equipe da Funpar apresentará, no prazo de 2 dias, o cronograma da Fase 3 revisado, considerando as datas para a próxima oficina/capacitação com o GA, a realização de uma reunião com a Comec, e a reunião com a Câmara Técnica do Karst.

12. A partir do cronograma revisado, a arquiteta Andreia encaminhará as tratativas para a realização da reunião com a Comec e Câmara Técnica do Karst.

13. A encerrar-se o primeiro ponto da pauta, a arquiteta Andreia apresentou algumas dúvidas que ela enfrenta atualmente:

- Há dificuldade na aprovação de obras na área rural, pois o zoneamento vigente só permite atividades ligadas ao setor primário. O PD atual impede a aprovação de várias atividades, principalmente por questões ambientais. Dessa forma, a arquiteta pensou em criar um termo de comprometimento ambiental por parte dos proprietários. Maurício indicou para Andreia anotar as demandas para serem vistas de forma mais aprofundada, uma vez que o termo de compromisso não garantiria responsabilidade de atividades de grande impacto, a legislação estadual Lei nº 8935/1989 auxiliaria melhor nesse sentido;
- A arquiteta também questionou se análise simplificada de projetos seria feita para construções de até 70 m². Foi esclarecido que é possível e recomendável, a prefeitura deve estabelecer um limite de tamanho da construção, e esse dispositivo é incorporado ao Código de Obras. O responsável técnico assinará um termo de compromisso e a análise da prefeitura será no âmbito urbanístico. Isso simplifica o processo para quem vai construir, além disso, também foi discutida a possibilidade de isenção de taxas nesses projetos de pequeno porte. O estabelecimento de parcerias com universidades e CAU-PR auxiliaria na viabilização de obras pequenas e de baixo custo, garantindo assistência técnica na elaboração e aprovação desses projetos. Atualmente, o que mais esbarra essas obras é a falta de documentação, muitas pessoas possuem apenas o contrato de compra e venda e não o registro de imóveis, isso interfere inclusive na arrecadação de impostos (ITBI) do município;
- Sobre a aprovação e abertura de ruas que, em tese, só poderiam ser oficializadas depois de passar por um processo de avaliação, há dúvida se em áreas rurais também haveria um processo para aprovação. Essa questão será verificada, com a possibilidade de inserir parâmetros na parte da lei de sistema viário.
- No setor de tributação da prefeitura, está sendo estudada a possibilidade de aumento de recursos e arrecadação. A implantação de porto seco, como atrativo para o município foi uma das alternativas apontadas pelos membros da área. No entanto, o transporte de cargas que passa pelo município não caracteriza porto seco. Por isso, essa questão será verificada com técnico de economia da equipe da Funpar.

12. Em seguida, os técnicos da Funpar discutiram e responderam as dúvidas apresentadas, e iniciou-se o debate sobre os estudos preliminares da nova proposta de zoneamento, apresentado pela arquiteta e urbanista da equipe da Funpar, Débora Furlan.



4. Material utilizado.

Quadro de cenários de continuidade da revisão do Plano Diretor frente à pandemia:

Alternativas	impacto positivo	impacto negativo	Mudanças de cronograma
1. Suspensão do trabalho na fase 3 - Estratégias		<ul style="list-style-type: none">- Interrupção da linha criativa de raciocínio dos consultores, essencial para a fase de propostas, que vem se desenvolvendo a partir do diagnóstico. A retomada do trabalho leva à necessidade de recapitulação das fases anteriores, demandando tempo e resultando em possíveis perdas.- Desmobilização do Grupo de Acompanhamento e da ETM.- A retomada do trabalho demanda tempo para mobilização da equipe, recapitulação das fases realizadas e rearticulação das equipes de trabalho (ETM, Grupo de Acompanhamento e Equipe da Consultoria). Estima-se que o prazo para a realização de Audiência Pública após a retomada seja de, no mínimo, 40 dias.- Baixa probabilidade de finalizar a Revisão do PDBS antes da mudança de gestão, levando à possibilidade de rearticulação das equipes de concepção da revisão (ETM, Grupo de Acompanhamento e Equipe de Consultoria) com a nova gestão do executivo e novos representantes na Câmara de Vereadores.	<ul style="list-style-type: none">- As Audiências de ATI e Estratégias, bem como as oficinas de Estratégias poderão ser remarçadas após 40 dias da retomada dos trabalhos, acarretando em atraso do cronograma. O restante do cronograma será reestruturado a partir desta data.- Necessidade de extensão do contrato para 2021, provendo o tempo necessário para rearticulação das equipes após mudança de gestão e a finalização da revisão do PDBS.

<p>2. Suspensão do trabalho ao final da fase 3 - Estratégias</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Permite a concepção das estratégias e revisão dos zoneamentos a partir das discussões e ideias decorrentes da Análise Temática Integrada, mantendo-se a linha criativa de raciocínio para a primeira etapa de propostas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Interrupção da linha de raciocínio dos consultores, que vem se desenvolvendo a partir do trabalho já realizado. A retomada do trabalho leva à necessidade de recapitulação das fases anteriores, demandando tempo e resultando em possíveis perdas. - O hiato entre a fase de estratégias e a fase de revisão da legislação e elaboração do Plano de Ação pode acarretar falhas. - Desmobilização do Grupo de Acompanhamento e da ETM. - A retomada do trabalho demanda tempo para mobilização da equipe, recapitulação das fases realizadas e rearticulação das equipes de trabalho (ETM, Grupo de Acompanhamento e Equipe da Consultoria). Estima-se que o prazo para a realização de Audiência Pública após a retomada seja de, no mínimo, 40 dias. - Baixa probabilidade de finalizar a Revisão do PDBS antes da mudança de gestão, levando à possibilidade de rearticulação das equipes de concepção da revisão (ETM, Grupo de Acompanhamento e Equipe de Consultoria) com a nova gestão do executivo e novos representantes na Câmara de Vereadores. 	<ul style="list-style-type: none"> - As oficinas comunitárias de estratégias podem ser substituídas por metodologia de priorização de estratégias a partir de consulta online dos stakeholders municipais (Método Delphi). - Caso não haja possibilidade de realizar a Audiência Pública em setembro (conforme cronograma atual), poderá ser realizada uma 'live' para debate online das estratégias de intervenção. Este debate seria retomado a validado por uma Audiência Pública presencial, quando as medidas sanitárias permitirem. - A Oficina Técnica e Capacitação prevista para esta fase poderá ser mantida, realizada por videoconferência. - Provável necessidade de extensão do contrato para 2021, provendo o tempo necessário para rearticulação das equipes após mudança de gestão e a finalização da revisão do PDBS.
---	--	--	---



<p>3. Continuidade do trabalho sem suspensão</p>	<p>- Mantém-se o fluxo criativo e linha de raciocínio, desenvolvido desde o início dos trabalhos.</p> <p>- Considerando-se que não haveria necessidade do período de retomada dos trabalhos após interrupção, aumenta a probabilidade de finalização da Revisão do PDBS no prazo previsto pelo contrato.</p>	<p>- As Audiências Públicas poderão acontecer com intervalos curtos de tempo entre elas.</p>	<p>- As oficinas comunitárias de estratégias podem ser substituídas por metodologia de priorização de estratégias a partir de consulta online dos stakeholders municipais (Método Delphi).</p> <p>- Caso não haja possibilidade de realizar a Audiência Pública em setembro (conforme cronograma atual), poderá ser realizada uma 'live' para debate online das estratégias de intervenção. Este debate seria retomado a validado por uma Audiência Pública presencial, quando as medidas sanitárias permitirem.</p> <p>- As Oficinas Técnicas e Capacitações previstas para as fases propositivas poderão ser mantidas, realizadas por videoconferência.</p> <p>- Caso haja necessidade, é possível organizar o debate de todo o material produzido para a revisão do PDBS em uma única Audiência Pública, realizada em dois períodos (manhã e tarde) em final de semana, permitindo a participação de todos, quando as medidas sanitárias permitirem encontros presenciais. A alternativa é a realização de duas Audiências Públicas (ATI/Estratégias e Legislação/Plano de Ação), com intervalo de 15 dias entre elas.</p>
--	--	--	---

5. Lista de presença.

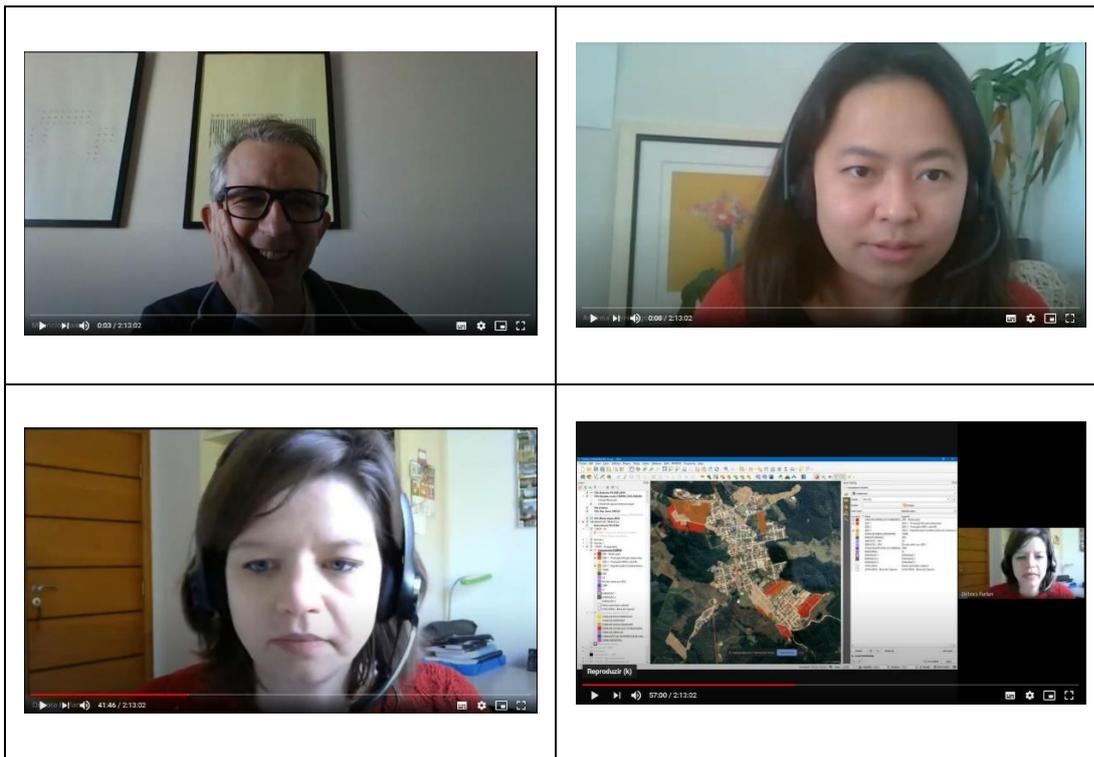
 Pessoas (4)

 Chat (1)

 Adic. pessoas

-  Maria Eduarda Duda (você)
-  Andreia Tiemi Tagomori
-  Débora Furlan
-  Mauricio Maas

6. Fotos





ADENDO:

Calendário das atividades da Fase 3 – Diretrizes e Propostas, apresentado e aprovado no dia 30/07/2020.

2020		agosto				
SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA	SÁBADO	DOMINGO
27	28	29	30	31	01	02
03	04	05	06	07	08	09
10	11	12	13 Capacitação	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25 Início do Delphi	26	27 Reunião Câmara do Karst	28	29	30
31	01	Anotações:				

2020		setembro				
SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA	SÁBADO	DOMINGO
31	01	02	03	04	05	06
07 Independência	08 Padroeira de Curitiba	09 Segunda fase do Delphi	10	11	12	13
14	15	16	17 Live estratégias	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28 ENTREGA PRODUTO 4	29	30	01	02	03	04